



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“UM ENTHUZIASTA DE IDEIAS NOVAS...”:
Inglês de Souza, conflitos e combates no Brasil em fins dos oitocentos**

LEONARDO MATOS FEITOZA

**SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE - BRASIL
2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

F311e Feitoza, Leonardo Matos
 "Um entuziasta de ideias novas -" : Inglês de Souza, conflitos
 e combates no Brasil em fins dos oitocentos / Leonardo Matos
 Feitoza ; orientador Antonio Lindivaldo Sousa. – São Cristóvão,
 2015.
 164 f. : Il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal
de Sergipe, 2015.

1. Educação – História - Sergipe. 2. Reforma do ensino. 3.
Sociologia educacional. 4. Ensino religioso - Sergipe. I. Sousa,
Antônio Lindvaldo, orient. II. Souza, Inglês de, 1853-1918. II.
Título.

CDU94(813.7):37

LEONARDO MATOS FEITOZA

**“UM ENTHUZIASTA DE IDEIAS NOVAS...”:
Inglês de Souza, conflitos e combates no Brasil em fins dos oitocentos**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito obrigatório para obtenção de
título de Mestre em História, na Área de
Concentração Cultura e Sociedade.**

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo
Sousa**

**SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE - BRASIL
2015**

LEONARDO MATOS FEITOZA

**“UM ENTHUZIASTA DE IDEIAS NOVAS...”:
Inglês de Souza, conflitos e combates no Brasil em fins dos oitocentos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa

27 de Fevereiro de 2015

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (orientador)
Programa de Pós-graduação em História/UFS

Prof.^a Dr. Marilza de Oliveira
Programa de Pós-graduação em Filosofia e Língua Portuguesa/USP

Prof. Dr. Claudfranklin Monteiro Santos
Programa de Pós-graduação em História/UFS

RESUMO:

Empossado presidente da Província de Sergipe a 18 de maio de 1881, Herculano Marcos Inglês de Souza tinha a missão de realizar as primeiras eleições provinciais, assim como previa a lei Saraiva. Inglês de Souza, como era comumente nominado, era bacharel em direito, cofundador da Escola do Recife, ao lado de Tobias Barreto, Sílvio Romero e tantos outros. Importante liderança do Partido Liberal na cidade de Santos, Inglês de Souza desembarcou em Sergipe abarrotado de um conjunto de *ideias novas*, muito próprias daqueles agitados tempos. Municiado dessas ideias, o então presidente iniciou uma significativa reforma na administração pública, com destaque a reformulação da Instrução. Entre os pontos mais polêmicos da reforma instrucional, estava o fim das cadeiras de ensino religioso e a criação das cadeiras mistas na Escola Normal. Esse processo tornou-se o estopim para a eclosão de um conjunto de tensões que já vinham erigindo-se entre o presidente e outros atores políticos locais, levando o padre Olympio Campos, pároco da capital, a desqualificar publicamente o presidente e sua reforma. Nesse sentido, utilizando do conflito como recurso metodológico para termos acesso aos sujeitos envolvidos na trama social e os problemas que eram latentes naquela sociedade, buscando desvelar o tecido social engendrado do presidente Inglês de Souza e o que estava por trás da reforma que o mesmo implementou em Sergipe. Trabalhando na perspectiva da história cultural e nos domínios das ideias, faremos uso dos instrumentos metodológicos advindos da nova história narrativa, em um jogo de variação da escala de observação que muito nos é influenciada pelos micro-historiadores, o que nos faz entender o passado através de indícios, sinais e sintomas aparentemente imperceptíveis.

PALAVRAS-CHAVES: Sujeitos; Inglês de Souza; Sociedade; Ilustração; Conflitos.

ABSTRACT:

Installed president of Sergipe Province ON May 18, 1881, Herculano Marcos Inglês de Souza had the responsibility for conducting the first provincial elections as provided Saraiva law. Inglês de Souza, as was commonly named, was a law degree, co-founder of the Recife School, along with Tobias Barreto, Silvio Romero and many others. Important leadership of the Liberal Party in the city of Santos, Inglês de Souza landed in Sergipe packed with a set of new ideas, very specific of those troubled times. Provided with those ideas, then the president, began a significant reform in public administration, especially the recasting of Education. Among the most controversial points of instructional reform, was the end of the religious chairs of education and the creation of mixed chairs at the Normal School. This process became the fuse for the outbreak of a set of tensions that was already seen erecting between the president and other local political actors, taking the priest Olympio Campos, pastor of the capital, to publicly discredit the president and his reform. In this sense, using the conflict as a methodological resource to have access to individuals involved in the social plot and the problems that were latent in that society, seeking to uncover the social fabric engendered of president Inglês de Souza and what was behind the reform that the same implemented in Sergipe. Working from the perspective of cultural history and in the field of ideas, we will make use of methodological tools arising from the new narrative story in a game of variation of the observation scale, widely used device by micro-historians, which makes us understand the past through evidences, signs and symptoms seemingly imperceptible.

KEYWORDS: Subjects; Inglês de Souza; society; illustration; Conflicts.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Inglês de Souza.....	63
Figura 02: Antiga residência da família Inglês e Souza.....	86
Figura 03: A Panelinha.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ENTRE A MATRIZ E O PALÁCIO: SUJEITOS, IDEIAS E CONFLITOS.	21
1.1 O <i>OFÍCIO</i> DO VIGÁRIO.....	21
1.2 UMA ESCOLA SEM DEUS E MESTRES SEM FÉ	27
1.3 EIS QUE NO SÉTIMO DIA CRIOU-SE O <i>HOMO</i>	31
1.4 NA OFICINA DE GUTENBERG, ERGUE-SE O PALCO PARA CONFLITO	39
1.5 DAS AMARELADAS FOLHAS À ALVA BROCHURA	46
02. O SUJEITO E SUAS ESCOLHAS: INGLÊS DE SOUZA COMO INTÉRPRETE DO MUNDO	57
2.1 O INDIVÍDUO IMERSO NA SOCIEDADE OU A SOCIEDADE IMERSA NO INDIVÍDUO?.....	57
2.2 FORJANDO-SE O <i>MEDALHÃO</i> : INGLÊS DE SOUZA EM FRAGMENTOS DE TRAJETÓRIA	64
2.2.1 Inglês de Souza perante Têmis	73
2.2.2. Rumo a capital da república: Inglês de Souza jurisconsulto	81
2.3 <i>UM HOMEM SEM PROFISSÃO</i> : INGLÊS DE SOUZA, AS LETRAS E OS LETRADOS.....	85
3. UM BONDE DE IDEIAS NOVAS: MEANDROS E PRERROGATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX	98
3.1 O ALARDEADO PRESIDENTE E OS NOVOS-VELHOS TEMPOS DA POLÍTICA EM SERGIPE	99
3.2 <i>IDEIAS NOVAS ESVOAÇAM SOBRE NÓS DE TODOS OS PONTOS DO HORIZONTE</i> : A GERAÇÃO BACHALERADA 1870 E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL NAÇÃO	108
3.3 O PRESIDENTE INGLÊS DE SOUZA EM ROTA DE COLISÃO COM “VELHOS” PARADIGMAS	118
3.4. SUJEITOS MULTIFACETADOS: EQUALIZANDO IDEIAS POR TRÁS DE PSEUDONOMES	135
3.4.1 As naturais incongruências no mundo dos vivos	144

3.5 A DESPEDIDA, A DESQUALIFICAÇÃO E A REORDENAÇÃO DA HISTÓRIA	149
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	159

INTRODUÇÃO

Escrever a vida é um horizonte inacessível, que, no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender. Todas as gerações aceitaram a aposta (...).¹

Ao longo dos séculos, muitos foram aqueles que desejaram narrar uma vida, descrever a história de um sujeito, ou produzir o que simplesmente chamamos de biografia, ou até, autobiografia. A cada geração os interessados mobilizavam os instrumentos que tinham à disposição: arrolavam-se as fontes, problematizavam-se os objetos e lançavam-se hipóteses com o propósito de descortinar, ao modo de cada época, o sujeito que estava sendo perscrutado.

Todavia, por vezes, essas gerações escreviam sem cessar as mesmas vidas, realçando-se as mesmas figuras, mas trazendo esses sujeitos emoldurados em novas fontes, por diferentes problemas e com propósitos distintos, se comparados com aqueles que haviam sido apresentados anteriormente. Mas, o que torna a investigação de uma vida instigante, do ponto de vista historiográfico, são os instrumentos metodológicos utilizados pelo historiador na dupla ação de “narrar e compreender”, assim como esclarece Dosse na citação supracitada.

O historiador francês François Dosse, já mencionado, afirma que a escrita de uma vida “pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias.” Dosse, ao referir-se ao filósofo alemão Walter Benjamin, elucida que este via no historiador aquele que promove uma descontinuidade de uma época para, nela, distinguir uma vida individual com o objetivo de “demostrar como a existência inteira de um indivíduo cabe numa de suas obras, num de seus fatos [e] como, nessa existência, insere-se uma época inteira.”²

Vivemos na atualidade, para ser mais preciso, desde a década de 1980, uma significativa expansão no campo das narrativas biográficas. Debruçando-nos sobre alguns catálogos editoriais, sem muito afinco, já conseguimos perceber que os números mais vendidos no Brasil, e em mais de uma dúzia de países, estão entre as biografias e/ou trajetórias de vida. Outra curiosidade que os catálogos editoriais nos trazem é que não cabe mais exclusivamente aos jornalistas e romancistas a escrita de uma vida: somam-se a esses os historiadores, que a cada dia vêm trazendo à tona trajetórias de sujeitos de renome, bem como de homens e mulheres comuns, outrora encarados como anônimos da História.

¹ DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009. p. 11.

² Id., Ibid. p. 11.

Mais uma vez nos reportamos a Dosse e seu celebrado estudo *O Desafio Biográfico: a escrita de uma vida*, publicado no Brasil em 2009 pela editora da Universidade de São Paulo, onde o historiador francês informa como se deu a febre das biografias na Europa nas décadas de 1980 e 1990 - o que leva a entender o semelhante crescimento do gênero também no Brasil e em outras partes do mundo.

Segundo Dosse, só em 1985 foram publicadas duzentas novas biografias por cinquenta editoras diferentes, demarcando o otimismo e a euforia nesse campo, coisa que nos anos anteriores não acontecia. Entre os anos de 1984 e 1989, o crescimento de publicações que tinham o gênero biográfico como modelo cresceu 66%. Em 1996, contabilizavam-se 611 biografias publicadas e, em 1999, os livreiros franceses já traziam números que chegavam a 1.043 obras, sem contar as inúmeras autobiografias, memórias e confissões.

Isso provoca a expansão do gênero e, por consequência, a necessidade do alargamento e da diversificação da produção biográfica, que já entrava em uma fase, diríamos, mais profissional, ou, como expõe Dosse: “As biografias nascem da rotina, mas depois se nutrem das aquisições da história erudita [história ciência] e do conjunto das ciências humanas. Tornam-se mesmo fonte de inovação.”³

Pode-se escrever a vida de um individuo? Apropriando-se da pergunta feita pelo historiador italiano Giovanni Levi, paramos para refletir sobre as possibilidades que a escrita biográfica nos dá, principalmente no que concerne aos desafios metodológicos que esse gênero historiográfico apresenta. A propósito, Levi credita a escrita biográfica à maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea, sobretudo às relações com as ciências sociais, aos problemas com as escalas de análise e às relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana.⁴

Entre os desafios metodológicos que a escrita biográfica traz para historiografia contemporânea, assim como aponta Levi, um dos aspectos mais importantes refere-se às relações entre história e narrativa, constituindo a biografia um canal privilegiado para que as técnicas peculiares da literatura sejam transmitidas à escrita da história, mas, é claro, sempre respeitando os limites entre história e ficção. Sobre os artifícios literários usados na escrita de uma vida pelo historiador, adverte Levi:

³ Id., Ibid. p. 17.

⁴ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 168.

Obviamente as exigências de historiadores e romancistas não são as mesmas, embora estejam aos poucos se tornando mais parecidas. Nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de documentos alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nos quais se poderiam descobrir indícios de espaços dos atos e das palavras do cotidiano. Além disso, reacendeu o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma em ato de comunicação por intermédio de um texto escrito.⁵

Giovanni Levi põe no centro do debate, diante desse texto escrito originalmente em 1989, as possibilidades apresentadas pela narrativa à produção historiográfica a partir das décadas de 1970 e 1980. O que historiadores como Natalie Z. Davis e Carlo Ginzburg⁶ põem em circulação é uma nova forma de produzir história, ou melhor, uma nova história narrativa, posicionando-se na vanguarda historiográfica atual e reagindo contra a linguagem esquemática e quantitativa dos paradigmas anteriores.

Podemos dizer que não deve ter sido fácil para essas gerações romper com aqueles modelos advindos do *entre guerras*, até porque foi nos anos trinta e quarenta do século XX que a historiografia começou a sentir a autoridade do materialismo histórico e da significativa influência das ciências sociais. Ponto chave no processo de ampliação do olhar do historiador foi a interconexão entre história e filosofia, que já existia, mas intensificou-se por esses tempos.

Para o historiador espanhol Jaume Aurell, provavelmente não falaríamos hoje de um retorno à história narrativa se não tivessem acontecido dois fatos fundamentais e de natureza, aparentemente, filosófica. O primeiro seria o *linguistic turn*⁷ e o segundo, a incorporação, - tardia, mas efetiva - no âmbito historiográfico dos postulados de alguns filósofos como Michel Foucault, Paul Ricoeur, Michel de Certeau, Hans-Georg Gadamer ou Jacques Derrida, que se consolidavam como verdadeiras referências intelectuais para os historiadores, que hoje se utilizam, mais do que nunca, dessa vinculação estreita com a filosofia.⁸

⁵ Id., Ibid. p. 169.

⁶ Aqui nos referimos às clássicas e conhecidas obras de Davis e Ginzburg: *O retorno de Martin Guerre* (1982) e *O Queijo e os Vermes* (1976) respectivamente.

⁷ O *linguistic turn*, ou **virada linguística**, mas também chamada em português de **giro linguístico**, representa um importante amadurecimento da filosofia ocidental contemporânea – principalmente na segunda metade do século XX – que tem como principal característica o foco da filosofia, da história, da antropologia e de outras áreas das ciências das humanidades no aprimoramento das relações entre filosofia e linguagem.

⁸ AURELL, Jaume. **A Escrita da História**: dos positivismos aos pós-modernismos. Tradução: Rafael Ruiz. São Paulo: Sita-Brasil, 2010. p. 128

Texto que já prenunciava essa renovada história narrativa veio a lume em 1979, pela ótica do historiador britânico Lawrence Stone (1919-1999), mesmo não sendo adepto dos novos métodos, pois era um dos grandes nomes do materialismo histórico inglês, além de ter sido discípulo do renomado historiador do capitalismo Richard H. Tawney. Stone trouxe em seu artigo debate elucidativo sobre as mudanças por que passava o método historiográfico, o que ele considerava um retorno à narração em detrimento dos grandes esquemas teóricos e estatísticos que dominaram a historiografia nas décadas anteriores.

Quando nos referimos a esse novo estágio da escrita na história que se estrutura a partir da década de 1970 como um *retorno da narrativa*, queremos deixar claro que a ação de narrar antecede o século XX, vem dos historiadores clássicos, os quais sempre fizeram relatos com prosas elegantes e singulares eloquências. A história narrativa é vista de modo desqualificador a partir do século XIX, que via em uma exposição quantitativa de resultados o caráter científico da pesquisa. Narração era, portanto, sinônimo de ficção, e se caracterizava como literatura, que não era realidade e, por conseguinte, não tinha pretensões de verdade científicas.

Sobre o retorno da narrativa, o historiador Jaume Aurell, citado anteriormente, afirma que:

(...) a inovação nuclear da nova história narrativa é reivindicar e recuperar os relatos que o historiador clássico tinha começado a abandonar, ao optar por uma linguagem mais científica do que literária. (...). A história narrativa diferencia-se da estrutural em dois aspectos: a sua ordenação é descritiva em lugar de analítica, e concede prioridade ao homem sobre as suas circunstâncias. Por isso, ocupa-se do particular e do específico mais do que do coletivo e do estatístico. (...) A narrativa é um modo de escrita histórica, mas é um modo que afeta e também é afetado pelo conteúdo e pelo método.⁹

Torna-se imprescindível, por conseguinte, destacar os relatos apresentados por essa nova história narrativa que não são aqueles do mero cronista, do simples informador, ou do ingênuo relator. Essa narrativa está totalmente voltada ao rigor da exposição histórica através de uma exibição coerente e fundamentada, por meio da qual os narrativistas, como, por exemplo, Natalie Z. Davis e Carlo Ginzburg buscaram percorrer todos os caminhos da pesquisa histórica, desde o levantamento e a compilação dos dados documentais, até a decodificação das informações perscrutadas.

⁹ Id., Ibid. p. 131.

A nova história narrativa pretende devolver à história a sua capacidade de converter-se em arte, mas sem deixar de ser ciência. Arte? Sim, arte! Referimo-nos às belas, épicas e eloquentes narrativas históricas produzidas pelo mundo clássico, a exemplo das atribuídas ao poeta grego Homero, ou ainda, aquelas outras escritas por Heródoto, considerado o pai da história. Mas calma, não estamos aqui propondo o retorno daquela história heroica, sem método ou propósitos claros, ao contrário.

A nova história narrativa faz parte de um amplo processo de mudanças na escrita da história que teve início também nas décadas de 1970 e 1980, com a antropologia cultural de Clifford Geertz e, posteriormente, com maior componente histórico em Marshall Sahlins.¹⁰ Esses antropólogos possibilitaram ao historiador perceber a carga simbólica que as ações humanas possuíam e que iam muito além do que aparentemente podia-se perceber, seja em rituais religiosos ou festivos, em ações burocráticas ou cotidianas, seja através de fontes escritas, orais ou de qualquer outro tipo.

O resultado desse processo de intensas transformações por que passou, e ainda passa a escrita da história, é que podemos perceber a priorização dos temas que fazem dos sujeitos protagonistas, em prejuízo do grupo. Dentre os problemas mais estudados, abandonou-se o econômico e demográfico em favor do cultural; no que diz respeito aos modelos explicativos, buscaram-se as interdisciplinaridades, ou ainda, as pluridisciplinaridades; na organização do relato, prioriza-se o discurso para além do descritivo; e na própria conceituação da função do historiador, destaca-se o cientista mais preocupado com a estética e a verossimilhança do que com a verdade propriamente dita.¹¹

Um bom caminho que agora o historiador pode seguir, diante de todas essas influências, é aquele sugerido por Walter Benjamin, afirmando que o fazer historiográfico é como uma montagem cinematográfica, onde cada cena, cada fotografia é carregada de significados - e todas essas cenas unidas compõem o movimento, a trama que se desenha a partir dos fios da narrativa. Esse mesmo caminho deve seguir o historiador, diz o filósofo alemão.¹²

¹⁰ Aqui nos referimos especificamente às seguintes obras: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012 e SAHLINS, Marshall David. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

¹¹ AURELL, Jaume. **A Escrita da História: dos positivismos aos pós-modernismos**. Tradução: Rafael Ruiz. São Paulo: Sita-Brasil, 2010. p. 144.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ªed. 2ªreimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 64.

Para Benjamin, o historiador precisa recolher os traços e os registros do passado, mas deve também realizar com eles um trabalho de construção, ou seja, de composição de verdadeiro quebra-cabeças, pois, só assim, as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias. E nas múltiplas combinações se estabelece que algo será revelado, de modo que o historiador consiga perceber as sinuosidades e, por consequência, possa oferecer explicações para a leitura do passado.

Influenciados por esses mecanismos teóricos e metodológicos do fazer historiográfico, vamos a partir de agora perscrutar os caminhos delineados em torno da passagem de Herculano Marcos Inglês de Souza por Sergipe.

Nomeado presidente da Província de Sergipe pelo Conselheiro Saraiva¹³, Herculano Marcos Inglês de Sousa¹⁴ é empossado presidente em 18 de maio de 1881, estando à frente da administração provincial até 22 de março de 1882.

Entretanto, antes de ser Presidente da Província sergipana, sua trajetória de vida se encontra alinhada com o direito, a educação e a produção literária.

Inglês de Sousa, como era comumente nominado, insere-se em um seleto grupo de intelectuais responsáveis pela promoção de importantes rupturas do fazer literário brasileiro, inaugurando nova escola literária no país¹⁵ e estando entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras – ABL, instituição reconhecidamente valorada pelo seu trabalho de preservação da língua e da literatura nacionais.

A nomeação do jovem bacharel paraense para presidir a pequena Província do norte atendia, mais uma vez, à demanda da elite diligente brasileira. Afinal, Inglês de Souza, além de ser bacharel - requisito chave para vida pública -, era filho de destacado juiz e casado com a sobrinha-neta de José Bonifácio de Andrada, figura de muito poder e prestígio em relação ao governo imperial. Mas, além disso, outro fator colaborava para a nomeação: Inglês de Souza compunha as cadeiras do partido liberal, agremiação que tinha a maioria dos Ministérios e do Parlamento Nacional, além de ser nome destacado na cidade de Santos, onde já era deputado provincial por aquele Distrito.

¹³ Ministro do Império entre 1880 e 1882. Filiado ao Partido Liberal e monarquista.

¹⁴ Nasceu em Óbidos, Pará, em 28 de dezembro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 06 de Setembro de 1918. É filho do desembargador Marcos Antônio Rodrigues de Sousa e de Henriqueta Amália de Góis Brito Inglês, que constituem uma das mais antigas famílias paraenses.

¹⁵ Ficcionista que transcendeu os ideais e a estética do Romantismo, precedendo em cinco anos o Naturalismo de Aluizio de Azevedo e escrevendo pioneiramente em terras brasileiras dois romances em que a objetividade e a análise dos fatos predominaram: *O Calculista* e *o Coronel Sangrando*. BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, p. 214.

Inglês de Souza foi enviado para Sergipe com o propósito de fazer cumprir, na época, a mais recente legislação eleitoral brasileira, a Lei Saraiva, que havia sido sancionada pelo imperador em 09 de janeiro de 1881 e previa, já no seu primeiro artigo, que as nomeações dos cargos eletivos - a saber, senadores, deputados gerais e provinciais - seriam realizadas a partir daquela data através de eleições diretas, em que tomariam parte da mesma todos os cidadãos alistados, ficando assim abolido o sistema de eleições indiretas que vinha sendo adotado no Brasil desde 1821, instituindo-se, pela primeira na legislação brasileira, o sistema de eleições diretas, através do voto secreto.

Ao chegar a Sergipe, somando 28 anos de idade, Inglês de Souza trazia na bagagem, além da influência política, significativo amadurecimento intelectual que obtivera desde os anos em que estudou Humanidades no Rio de Janeiro aos passados no Recife, onde iniciou seu curso de Direito, até aquele período em que esteve na Faculdade de Direito de São Paulo, com o propósito de concluir os estudos jurídicos. Além disso, Inglês de Souza já era afamado na imprensa paulistana, santista e carioca. Isso sem falar de suas primeiras obras literárias, que já haviam sido publicadas: *O Calculista* (1876) e *História de um pescador* (1876), ambos romances regionalistas que se enquadram em uma literatura naturalista realista.

A passagem de Inglês de Souza por Sergipe teria sido tranquila e sem maiores percalços, não fosse o seu desejo de implantar um novo modelo educacional por estas terras. Apesar do seu grande destaque no campo da Literatura e do Direito e na imprensa, é na Educação, ou na reformulação dela, que esse personagem ganha eminência e importância nas discussões do tema no Brasil, em meio aos embates políticos nos quais se envolveu.

As pesquisas no campo da História da Educação, realizadas em São Paulo, Sergipe e Espírito Santo, que demarcam como tempo a segunda metade dos oitocentos não podem deixar de enfatizar o nome de Inglês de Sousa e a sua influência sobre um longo processo de mudanças da instrução pública brasileira, tendo como resultado um número significativo de trabalhos científicos produzidos nos respectivos Estados.¹⁶

Nesse sentido, as pesquisas apresentam Inglês de Sousa como protagonista de uma Pedagogia Moderna, além de inovar em suas propostas de formação e qualificação dos professores, vendo estes, já no século XIX, como sujeitos-chave no processo de formação social através da educação.

¹⁶ Para isso ver significativo número de trabalhos arrolados ao longo dessa dissertação e referendados ao final, na bibliografia.

Inglês de Sousa propõe em Sergipe reformas na instrução pública, com a implantação do que ele chamava de Método Indutivo,¹⁷ que valorizava as capacidades sensoriais e cognitivas dos alunos, na construção de um cidadão crítico e reflexivo em detrimento de uma postura de indivíduo reprodutor de padrões estabelecidos.¹⁸

O que Inglês de Sousa põe em circulação é uma pedagogia laicizada, liberal e ilustrada, que busca se projetar por intermédio dos conhecimentos científicos e possui o positivismo como um dos principais referenciais, advogando a secularização da sociedade, não havendo na escola espaço para se ministrarem temas concernentes a Religião - saberes considerados abstratos e isentos de preocupação com a preparação para o mundo moderno.

Observa-se que as reformas implementadas pelos liberais, como era Inglês de Souza, nas décadas de 1870 e 1880, tinham como alvo a separação entre Igreja e Estado, união que havia sido sancionada em 1824, na primeira Constituição Imperial. Para Sérgio Buarque de Holanda, todo o pensamento moderno, liberal, positivista ou cientificista “se orientava na mesma direção”. A ideia de um Estado laico e verdadeiramente liberal ganhava a cada dia mais adeptos.¹⁹

Nesse ínterim de reformas propostas por Inglês de Sousa, surge o padre Olympio de Sousa Campos como representante da oposição desse ideário que feria os princípios religiosos e políticos da sociedade provincial sergipana, utilizando-se dos jornais como meio para promoção de um embate o qual colocaria em risco as reformas propostas pelo literato paraense nas terras de Sergipe.

Os artigos publicados na *Gazeta do Aracaju*, em 1881, tinham como título *À minha provincia e o seu actual presidente o sr. dr. Herculano Marcos Ingles de Souza*. Os textos foram escritos como forma de incitar a sociedade sergipana a ir contra a gestão de Inglês de Souza. A cada matéria publicada por Olympio Campos, o jornal *Echo Liberal* fazia circular observações assinadas por *Homo*. Entendeu o pároco que deveria ser Inglês de Souza,

¹⁷ O método intuitivo desembarcou na realidade brasileira na bagagem de nossos intelectuais ilustrados: homens públicos, reformadores, juristas, proprietários de escolas, diretores e professores, e se constituiu num dos principais elementos da renovação educacional por eles propostos em projetos de reforma, pareceres, conferências pedagógicas e experiências educacionais de vanguarda, vinculadas a iniciativas governamentais e de particulares, as quais acreditavam poder modificar o cenário da nação, através da educação SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública**: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁸ Id., Ibid.

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Monárquico – declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 6. p. 334.

utilizando um pseudônimo, e passou a atacar com mais veemência a reforma da instrução pública.

O debate travado por Olympio Campos contra a reforma empreendida por Inglês de Sousa durou meses e, ao final, o próprio padre tratou de publicar os artigos em formato de livro, com o título *O ensino religioso na escola normal da Província de Sergipe*.

O conflito entre o presidente Inglês de Souza e o padre Olympio Campos demonstra de maneira clara como, em meio ao processo de transição política por que o Brasil passava no final do século XIX, os novos ideais que buscavam se consolidar encontravam ainda muitos percalços nos caminhos que percorriam, fossem nos grandes centros urbanos ou nas pequenas e mais afastadas províncias, como era o caso de Sergipe.

Ao apontarmos os holofotes da história para Inglês de Souza e o conflito que se erigiu entre ele e o padre Olympio Campos, não desejamos edificar uma biografia aos moldes heroicos desses personagens. Tampouco esboçarmos aqui um estudo de caso sobre o presidente Inglês de Souza e sua gestão à frente da Província de Sergipe. O que nos interessa saber é a versão dos fatos contada na perspectiva de Inglês de Souza - e não mais do padre, como parece ter feito, até aqui, a historiografia existente.

Nesse ínterim, buscaremos apreender o tecido social em que Inglês de Souza estava envolto, para que, possamos entender parte de sua trajetória em Sergipe, com o propósito de deslindar as sinuosidades existentes entre Inglês de Souza e Olympio Campos, entendendo que as motivações que levaram ao conflito entre esses personagens vão além da dissolução ou da criação dessa ou daquela cadeira nas instituições de ensino básico de Sergipe. Mas, para conseguirmos ter acesso a esse mundo de pertencimento de Inglês de Souza, é preciso percorrer os espaços por onde esse sujeito passou antes e depois de vir a Sergipe.

Inglês de Souza se faz presente neste trabalho na condição de guia, a nos conduzir aos diversos espaços por onde passou, ao permitir contato com as pessoas com quem conviveu, ao nos possibilitar perceber as influências que recebeu e as ideias que vendeu. O político, advogado e literato Inglês de Souza nos convida a mergulhar em uma Aracaju que se havia modificado timidamente desde a transferência da capital, mas que já trazia, nos sujeitos que a compunham, verdadeiros representantes daqueles fervorosos tempos os quais caracterizam o final do século XIX.

O convite feito por Inglês de Souza nos revela um universo ainda mais complexo quando nos reportamos para espaços que extrapolam os limites de Sergipe, ganham o Brasil e o mundo, em um bojo de ideias muito reveladoras sobre o universo cultural a que Inglês de Souza pertencia. Utilizar o conflito entre Inglês de Souza e Olympio Campos como um

recurso metodológico para penetrar no mundo de ideias desses sujeitos possibilita-se trazer à tona os conflitos ocorridos entre esses representantes de ideais tão antagônicos, elucidando-se a forma com que esses indivíduos construíam suas identidades e com que buscavam ser representados na defesa de suas concepções.

Além disso, essa pesquisa ampliará o reconhecimento dos sujeitos envolvidos na trama social, desvelando o mundo de pertencimento dos personagens e trazendo, ainda, luzes para esse acontecimento ainda obscuro da História de Sergipe. É importante frisar que optaremos por compreender melhor a trajetória de vida de Inglês de Souza, pois acreditamos que esse personagem deve ser entendido como um porta-voz do seu tempo, e que, por conta da sua cultura liberal, esclarecida e ilustrada, sofreu os encaixos políticos e ideológicos do seu opositor, Olympio Campos.

Ao longo dos três capítulos que seguem, na construção desse trabalho dissertativo, desvelar-se-ão fragmentos da trajetória de Inglês de Souza, pois acreditamos que, a partir deles, conseguiremos compreender sua atuação em Sergipe - o que nos fez municiarmos de significativa literatura relacionada com o propósito de desvelar o elucidativo mundo de ideias desse personagem que muito tem a dizer sobre o que era Sergipe nas últimas décadas dos oitocentos, além de ser um exímio representante de um novo mundo que entrava em choque com antigas instituições as quais buscavam se restabelecer, como era o caso da Igreja Católica Romana, que tinha em Olympio Campos um ilustre emissário.

No primeiro capítulo – *Entre a matriz e o palácio: sujeitos, ideias e conflitos* – buscamos, a partir de uma dupla ação de narrar e analisar, reconstituir o pleito entre Inglês de Souza e Olympio Campos, litígio que se torna de significativa importância para nossa pesquisa, pois só através dele conseguiremos ter acesso ao mundo de ideias desses sujeitos, assim como afirma o antropólogo estadunidense Clifford Geertz, que, ao trabalhar, influenciado pelo também antropólogo Victor Tuner, a briga de galos balinesa, percebe a *trama social*, ou *conflito de pequena monta* que envolvia aquela sociedade.²⁰

Para esses cientistas sociais, é no conflito, nas divergências e nas oposições que se revelam as tensões latentes na sociedade. Tensões essas que já existiam, mas estavam submersas em meio às boas regras de conduta. Exatamente com o desejo de revelar a *trama social* optamos por começar a escrita dissertativa pelo conflito, pela revelação das tensões que

²⁰ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

compunham aquela sociedade, cujos protagonistas são o presidente Inglês de Souza e o pároco Olympio Campos.

O caminho desenhado nesse capítulo permeia a ambientação em Aracaju, capital da Província de Sergipe, no momento em que o pároco tem a notícia de que seria extinta a cadeira de ensino religioso da Escola Normal. A partir dessa revelação têm início os primeiros diálogos do padre com o presidente, através de ofícios, e logo depois esgaça-se o debate do âmbito particular de modo a ganhar a imprensa, onde são publicados dezesseis artigos, que compreendiam treze do padre Olympio Campos e três, supostamente, do presidente Inglês de Souza.

No segundo capítulo – *O sujeito e suas escolhas: Inglês de Souza como intérprete do mundo* – buscamos situar Inglês de Souza no seu mundo, envolto por um conjunto de ideias e valores que fervilhavam na segunda metade do século XIX e que o cooptavam, fazendo do bacharel um legítimo representante daquele universo de ideias que estavam em constante ebulição, revelando concepções as quais não eram mais aceitas naqueles novos tempos.

Com o propósito de desvelar esse mundo inglesiano, percorremos vários momentos da vida de nosso personagem. Passeamos por Recife, Aracaju, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, com o intuito de entender um Inglês de Souza estudante, advogado, político, amigo, literato, pai e esposo. Apesar de utilizarmos de nossa *lupa* para enveredar de maneira minuciosa pelos acontecimentos que envolvem Inglês de Souza nos meses em que ele esteve em Sergipe, rompemos os limites do tempo para observarmos o Inglês de Souza que antecede e sucede as terras sergipanas, por acreditarmos que nas ideias defendidas em Sergipe, por esse sujeito, constroem um homem, *a posteriori*, que muito elucida suas ações *a priori*.

No terceiro capítulo – *Um bonde de ideias novas: meandros e prerrogativas na construção de um Brasil na virada do século XIX para o XX* – pretendemos entender a passagem de Inglês de Souza por Sergipe a partir de sua perspectiva, ou seja, perscrutando o cenário político e social sergipano e nacional, pois só assim, iremos entender as reais motivações da reforma educacional implementada pelo presidente, desvelando as sinuosidades dos embates sob a égide de alguém que ainda não foi ouvido, ou foi, pelo menos, mal entendido pela historiografia sergipana.

Não buscamos nesse terceiro capítulo entender a reforma pela reforma, pois não é nosso desejo realizar um trabalho de história da Educação, o que queremos é ir além da reforma, é ver o bacharel e seu mundo, as relações de solidariedade construídas por Inglês de Souza em Sergipe - relações que já vinham de muito antes de sua chegada por estas plagas.

O que os meandros da pesquisa já vêm para nós anunciando é a desconstrução de uma concepção, já difundida na historiografia sergipana, de que Inglês de Souza foi rechaçado em Sergipe porque suas ideias eram muito superiores ao espírito provinciano local, legando a Sergipe e a seus cidadãos o *status* de atrasados e alheios ao mundo civilizado. Mas o que vemos é um Sergipe que também comungava das mesmas ideias de Inglês de Souza, mas também não teve naquelas circunstâncias a propulsão necessária para levar a cabo a reforma trazida pelo presidente.

As fontes de pesquisa que arrolamos neste trabalho envolvem aquelas encontradas principalmente na hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória, na cidade de Aracaju, nos arquivos digitais da hemeroteca da Biblioteca Nacional, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE e no Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES. Também tivemos acesso à documentação que faz parte do Arquivo Geral do Museu Imperial, do Arquivo Geral da Academia Brasileira de Letras e do Arquivo-Museu da Literatura Brasileira, que se encontra na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Fazem parte da coleta de dados desses arquivos, além dos jornais, que muito nos ajudaram na construção desse trabalho, correspondências, emitidas e recebidas, entrevistas, relatos pessoais, exames anuais da faculdade de Direito do Recife, fotos, relatórios de presidente de Província e outras fontes que fazem parte da burocracia estatal.

O recorte temporal corresponde aos meses em que Inglês de Souza esteve à frente da Província de Sergipe, entre maio de 1881 e março de 1882. É preciso frisar que esse marco corresponde ao período nas quais as fontes sergipanas nos municiam para entender a chegada, a permanência e a saída de Inglês de Souza, de Sergipe, mas nós promoveremos rompimentos nessas marcas de tempo para perscrutar o Inglês de Souza de antes e depois dos anos em que esteve em Sergipe, com a intenção de ter acesso ao mundo de ideias desse sujeito, assim como engendramos nos parágrafos anteriores.

1. ENTRE A MATRIZ E O PALÁCIO: SUJEITOS, IDEIAS E CONFLITOS.

A prova do que venho diser está nessa soberba reforma da instrução publica, que v. ex. baixou, esse monumento, que, acabado, metterá inveja as maiores capacidades da velha Europa.

Sergipe nunca pensou subir tanto; (...) nunca imaginou ter em seu seio uma academia, onde os seus filhos, depois de seis anos de estudos, vão ser bachares em letras!

E não é isto um grande melhoramento?²¹

(...) Para o povo sergipano a administração de v. ex. morreu com essa reforma da instrução publica que todos encaram como o “mons paturiens” da fabula; (...).

Por causa dessa peça, que eu julgo luminosa, v. ex. tem soffrido seus desgostos; e para dar-lhe vida, tem commettido erros sobre erros e passado por bem amargas decepções. (...) ²²

1.1 O OFÍCIO DO VIGÁRIO

Era manhã de quarta-feira, 13 de julho de 1881. Aquele alvorecer deveria ser igual a todos os outros em Aracaju. As ruas da capital sergipana já estavam atravancadas pelos carros de bois, pelas tropas de burros dos aguadeiros, pelas carroças de aluguel, pelos animais vagando e pastando aqui e ali, compondo uma Aracaju que, segundo Gumercindo Bessa, mais parecia uma *tabaroa pobretona calçada de tamancos e vestida de chita*. ²³

Passando pelas ruas da Aurora, Japaratuba, Laranjeiras, São Cristóvão, Santa Luzia, Pacatuba, Maruim ou pelas Praças do Imperador, da Conceição e do Rio Real, totalizando, além das três praças, 25 ruas, desenhava-se uma Aracaju que se construía e que se havia modificado timidamente desde a transferência da capital.

Os primeiros raios de sol que despontavam naquela manhã de quarta-feira já revelavam a significativa movimentação de pessoas na cidade. Os armazéns de “secos e molhados”, por exemplo, abriam suas portas nas primeiras horas do dia, tendo entre os mais frequentados o “Armazém Estrela”, de propriedade do Sr. Francisco Xavier Bastos Coelho; o “Porto”, de Manuel Araújo Porto; além do “Progresso”, de Francisco Manuel de Melo.

Os armazéns eram espaços que a elite aracajuana preferia frequentar, atraída pelo consumo de gêneros considerados mais requintados, como açúcar, café, chás preto e verde, arroz pilado, leite condensado, sardinhas, ovas de bacalhau, ervilha, azeitonas, batatas do

²¹ O GRARANY. Missiva ao presidente IV. Ano. IV, N°. 23, p.01.

²² O GRARANY. Missiva ao presidente VI. Ano. IV, N°. 25, p.01.

²³ DÓRIA, Epifânio. **Aracaju**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, nº 12, Aracaju: 1942.

reino, azeite doce de Lisboa, queijos flamengos, manteiga Lepelletier, cervejas preta e branca de Bass, vinho do Porto, pimenta e canela da Índia.²⁴

O grande comércio acontecia na segunda-feira e atraía aglomerados de gente, pois era ao iniciar a semana que a movimentação na capital sergipana se intensificava, graças ao contingente de pessoas reunidas na Rua da Aurora, entre a Praça do Palácio e a Alfândega, significando que o comércio miúdo de todos os gêneros e quinquilharias, havia começado, ou seja, era dia de feira em Aracaju.

A feira era lugar de barulho e balbúrdia, território majoritariamente dos mais pobres, passeio apertado onde se forçava a passagem com os cotovelos. Por conta do vaivém de pessoas, sempre ocorriam brigas e desentendimentos entre ambulantes e transeuntes, além dos corriqueiros acidentes envolvendo animais - principalmente burros, mulas e cavalos.

Os problemas envolvendo os animais que viviam soltos nos logradouros eram tão sérios, por esses tempos, que os jornais não economizavam críticas. O *Diário Popular*, em nota intitulada “Perigo”, advertia, em 1879: “Dentre os diversos animais que frequentavam as ruas desta capital, há um burro pertencente ao Sr. Paulino Bomfim, que costuma correr após o transeunte para mordê-lo. Para prevenir qualquer acidente lamentável”, aconselha o periódico, “convém que o semelhante quadrúpede, com honras de cão, seja caçado.”²⁵

Dirigindo-se para a parte posterior da Praça do Palácio, podíamos avistar a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, templo erguido durante a década de 1860 e inaugurado em 1875. Naqueles tempos, a igreja matriz de Aracaju e o seu entorno eram importante ponto de encontro da cidade, podendo ter por lá desde os mais religiosos, até aqueles que frequentavam as cerimônias e as festividades para cumprir mais um ato público de boa convivência.²⁶

A matriz aracajuana não tinha espaço privilegiado na composição do *quadrado de Piro*, bem diferente de outras igrejas, que ocupavam ambiente distinto no centro administrativo das grandes e pequenas cidades, desde a colônia. A nova lógica concebida entre Igreja e Estado a partir da segunda metade dos oitocentos fez Gumercindo Bessa, parafraseando o poeta romano Ovídio, adjetivar o principal templo católico de Aracaju como

²⁴ SANTOS, Maria Nely. **Aracaju**: um olhar sobre sua evolução. Aracaju: Triunfo, 2008. p. 74.

²⁵ É importante destacamos aqui que o Sr. Paulino Bomfim era o pai do médico e escritor Manuel Bomfim. Apud: SANTOS, Maria Nely. **Aracaju**: um olhar sobre sua evolução. Aracaju: Triunfo, 2008. p. 27 e 28.

²⁶ CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3.Ed. Aracaju: Banese. 2001. p. 100

uma *rudis indigestaque moles*²⁷, localizada atrás das casas do executivo e do legislativo provincial, ou seja, em plano secundário na ordenação dos poderes.

A igreja, enquanto espaço de fé, silêncio e oração tornou-se, ao final dos oitocentos, palco para inúmeras peleias. A matriz de Aracaju virou cenário para a deflagração de alguns pleitos entre grupos e sujeitos que procuravam, através de suas práticas, acastelar ideias e valores os quais tinham como propósito, por um lado, a consolidação de uma nova ordem social e, por outro, a permanência de antigos princípios.

Neste tempo tornou-se comum encontrar na porta da igreja matriz de Aracaju ou da residência dos padres feixes de capim colocados pela estudantada, assim como narra Mário Cabral, como forma de inibir e desqualificar as autoridades clericais. Esses estudantes eram, em sua maioria, advindos do curso de Humanidades do Atheneu ou das Escolas de Direito do Recife e de medicina da Bahia. Um dos casos mais conhecidos é o do frade Paulo de Casanova, que, enraivecido com o feixe de capim em sua residência, fez questão de, no dia em que se despediu de Aracaju, bater as alpercatas na borda da embarcação que o levava e raivosamente afirmar: “Não quero levar comigo nenhum grão de areia desse lugar. Um dia o mar destruirá essa cidade. E ninguém haverá de saber sua localização.”²⁸

Em meio a esse clima de significativa movimentação em Aracaju, a manhã de 13 de julho de 1881 reservava o início de mais um conflito, que ganharia significativas proporções na imprensa sergipana e estava próximo de irromper entre o Palácio Provincial e a Matriz aracajuana.

Nas primeiras horas daquela quarta-feira, o padre Olympio de Souza Campos,²⁹ vigário de Aracaju, iniciava sua rotina com o *ofício das horas*,³⁰ oração matutina que antecedia a primeira missa. Logo após a celebração, dirige-se o padre ao desjejum, momento em que tinha em suas mãos as principais informações do dia e onde, ao ler “o Jornal Oficial”,³¹ recebeu a notícia de “que o Estado e a Província” de Sergipe “não teem restricta obrigação

²⁷ Em tradução livre *Massa confusa e informe*. É como Públio Ovídio Naso, poeta romano, descreveu a *matéria caótica* em uma de suas mais importantes obras, *Metamorfoses*, publicada na Itália no século VIII d.C..

²⁸ CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3.Ed. Aracaju: Banese. 2001. p. 101

²⁹ Olympio de Sousa Campos nasceu aos 26 de julho de 1853, na vila de Itabaianinha, vilarejo um pouco distante da recém-criada capital sergipana, nas terras do engenho Periquito. Mais detalhes sobre a trajetória sacerdotal do padre Olímpio Campso encontra-se no livro escrito pelo padre Antônio Carmelo, padre nascido em São Cristóvão em 1870, assina nota de introdução à primeira edição do seu livro ainda em 1909, sua obra tem perfil biográfico, foi publicada no terceiro aniversário da morte do já conhecido monsenhor Olympio Campos. CARMELO, Antônio. **Olympio Campos perante a história**. Rio de Janeiro: Gomes, Irmãos & C., 1910.

³⁰ Ofício das horas: nome utilizado durante séculos, até ao Concílio Vaticano II, que exprimia o carácter de obrigatoriedade (ofício) desta oração para os clérigos. Ao mesmo tempo, remetia para o dever de rezar, dado por Deus aos seus fiéis.

³¹ GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 108, p. 02 e 03.

de ensinar Religião, e que se alguém corre semelhante dever é aos parachos, que assim desempenham uma de suas mais elevadas missões”, significando, essa notícia, o fim da cadeira de ensino religioso da recém-criada Escola Normal de Sergipe.

Essa alteração no currículo escolar fazia parte do amplo processo de reforma por que a instrução pública passava desde que o decreto de 04 de julho 1881³² foi instaurado sob a diligência do então presidente da Província, o bacharel paraense Herculano Marcos Inglês de Souza. O respectivo decreto previa a reformulação da educação pública em Sergipe, enquadrando-a nas novas concepções pedagógicas que circulavam pelo Brasil. Dava-se início, em Sergipe, à implantação da Reforma “Leôncio de Carvalho”.

Influenciado por um modelo pedagógico considerado bastante moderno, o presidente Inglês de Souza, ao compor o novo Regulamento da Instrução Pública de Sergipe, providencia a retirada da matéria voltada para o ensino religioso, tanto do ensino primário como daquele que fazia parte do ensino oferecido pela escola normal. Estava prevista, ainda, em seu programa, a necessidade da liberdade de ensino, da obrigatoriedade da instrução primária, das caixas escolares, dos museus escolares e das bibliotecas, da construção de escolas, da coeducação dos sexos, das escolas primárias ambulantes, da alfabetização de adultos, da formação de professores e das conferências pedagógicas. Previa-se, também, a liberdade de ensino como forma de incentivar a multiplicação dos estabelecimentos de educação.³³

Diante daquele jornal, o padre Olympio Campos, ainda em verdes anos de sacerdócio, recém-ordenado no Seminário Diocesano da Bahia, nos idos dos seus 28 anos de idade, perceberia que estava prestes a pleitear o comando de uma importante cruzada, que exigiria do jovem pároco firmeza em suas posições para contrapor-se àquela ação considerada por ele praticamente herética.

Apesar da pouca idade, o pároco da capital sergipana tinha em sua trajetória, até aquele momento, significativo amadurecimento intelectual, afinal, antes de dedicar-se aos estudos teológicos na Bahia, foi aluno do curso de Humanidades no Recife, sob a tutela do Padre Félix Barreto de Vasconcelos³⁴, notável poeta e prosador sergipano, natural da vila de Itabaiana. Mas, antes de concluir seu curso de Humanidades em Pernambuco, decide optar pelo sacerdócio e dirigir-se, em 1869, à Bahia, centro eclesiástico a que Sergipe pertencia, com o propósito de matricular-se no Seminário Arquidiocesano - com apenas 15 anos -, onde

³² REGULAMENTO Geral da instrução pública da Província de Sergipe. Aracaju. Typ. Jornal de Sergipe de 1881.

³³ NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984. p. 151.

³⁴ O Padre Felix Barreto de Vasconcelos era também professor do Colégio das Artes do Recife, tendo ficado muito conhecido em todo o Brasil por ser autor da *Gramática Latina* publicada em 1889, com introdução e notas de Tobias Barreto de Menezes.

concluiu seu curso de Humanidades iniciado em Recife, como discente das disciplinas de Filosofia e Retórica.

Logo após a conclusão dos estudos em Humanidades, Olympio Campos dá início ao noviciado, dirigindo-se às aulas do curso superior do Seminário de ciências eclesásticas, à luz das lições de importantes clérigos brasileiros, como Frei Itaparica, um dos principais defensores da teologia católica no Brasil, também professor do Ateneu Baiano, por onde passaram Tobias Barreto e Castro Alves. Com mestres como esses, o noviço Olympio Campos pôde percorrer boa parte da Teologia Universal, da Moral, do Direito Canônico e Natural, da Hermenêutica, da História, da Filosofia e de outras matérias que constituíam sua formação no Seminário Diocesano da Bahia.

Após oito anos de estudos, o seminarista Olympio Campos é ordenado padre, em 1877, no convento de Santa Teresa, na Bahia, de onde é enviado para ser vigário auxiliar em sua terra natal, a vila de Itabaianinha, permanecendo nove meses à frente dessas atribuições. Com a criação da paróquia de Vila Cristina, atual Cristinópolis, é dada, ao mais recente sacerdote sergipano, a responsabilidade de conduzir aqueles fieis como seu primeiro vigário. Em Vila Cristina reside o jovem padre talentoso de 1878 até 1880, quando da morte do encapelado de Aracaju e é, então, convidado a assumir essa importante função na então capital sergipana.

Mas, naquela manhã de quarta-feira, quando o calendário marcava 31 de julho de 1881, o jovem pároco não se conformou com a decisão que, tomada pelo presidente Inglês de Souza - chegaria ao seu conhecimento através dos jornais.

O padre, então, redige um ofício, no dia seguinte, para o gabinete da presidência, com o propósito de esboçar sua tamanha decepção diante de tal deliberação da administração provincial, afirmando o vigário: “não podia conservar-me quêdo e reprimir os sentimentos que em mim despertaram tal confissão, que não quer, não ambiciona, repele até aquelles de seus filhos que haurem os rudimentos da sciencia em escholas sem Fé dirigidas por mestres sem Deus”.³⁵

Diante da tomada de decisão do governo provincial, o pároco da capital argumenta, em seu ofício, que os “jovens comprovincianos não poderão aprender nas escholas, (...) aquillo que no lar lhes ensinam somente com os conselhos e exemplos, porque a muitos fallece a instrucção precisa”³⁶. Por esse motivo, oferece-se para ministrar as aulas de ensino

³⁵ GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 108, p. 02 e 03.

³⁶ Id., Ibid. p. 02 e 03.

religioso na Escola Normal, ventilando no documento emitido oferecer “a minha província na pessoa de seu digno administrador para explicar as verdades da Religião do Estado, consagrada no Art. 5º da Constituição, na Escola Normal, (...) uma vez que nas praticas parochiaes não se dá o ensino do mesmo modo que n’aula.”³⁷

Nas palavras escritas pelo padre Olympio Campos no decorrer do ofício percebe-se o tom ríspido e descontente que vai emoldurando o tamanho de sua insatisfação diante da reforma que se erigia em Sergipe, liderada pelo presidente Inglês de Souza.

Assim, o pároco da capital rebate a tomada de decisão do diligente, utilizando-se do artigo 5º da Constituição Política do Império³⁸ para contra-argumentar a iniciativa de reforma da instrução, afirmando encontrar-se totalmente pasmo “ante esta declaração do órgão oficial”, perguntando o clérigo em seu ofício: “Não está ainda em vigor o artigo 5º da Constituição? Como não se ensinar a Religião, se se admittem officialmente os ministros dessa mesma Religião? Já foi suspensa a cadeira de Direito Ecclesiastico nos Cursos Juridicos do Recife e S. Paulo?”, e continua “Não se exige mais o juramento dos empregados do Estado? O Collegio Pedro II e a Eschóla Normal da Côrte não teem cadeiras de Religião?” e completa seu arsenal de indagações com uma comparação um tanto irônica: “Os governos do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Bahia serão mais retrógados que o de Sergipe, que olha a Religião como uma cousa dispensável na eschóla?”³⁹

Reiterando ainda o padre, em suas derradeiras palavras, “que V. Ex. (...), não se recusará crear na Eschóla Normal a cadeira de Religião, sem que d’ahi resulte ônus algum para os cofres públicos, por prestar-me-hei gratuitamente por todo o tempo que entender a administração”, podendo a Província “dispensar-me logo que encontre outro mais habilitado.”⁴⁰

As solicitações feitas através de ofício pelo padre ao presidente da Província, a 14 de julho de 1881, tão logo foram respondidas ao décimo sexto dia do mesmo mês, onde o administrador concede permissão para criação da cadeira de religião, afirmando que “o que requer V. Rev.mª. é perfeitamente attendivel, sendo até muito louvável o zelo que manifesta pela diffusão das doutrinas da Religião, de que é digno Ministro.”⁴¹

³⁷ Id., Ibid. p. 03

³⁸ Art. 5. A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1824. Rio de Janeiro: Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1846.

³⁹ GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 108, p. 03.

⁴⁰ Id., Ibid. p. 03

⁴¹ Id., Ibid. p. 03.

Mas, ainda assim, não foi toda a resposta emitida pelo Presidente da Província que agradou o pároco de Aracaju. Se as perguntas dirigidas pelo padre ao administrador foram contundentes e regadas de tom desafiador, as respostas proferidas estavam repletas de justificativas jurídicas e fundamentações teóricas coerentes.

O primeiro ponto destacado por Inglês de Souza dizia respeito à legalidade constitucional de suas medidas. Inglês de Souza afirmava que o artigo 5º da Constituição Política do Império “não obriga nem pode obrigar a Província a ministrar a sua custa o ensino de religião; não só porque essa [Província] tem o direito de legislar sobre a instrução, como também não vai offensa a Religião do Estado, em absterem-se os estabelecimentos de ensino instrução sobre Religião”, afinal, destaca o presidente, essa “obrigação [é] restrita dos parochos e dos paes.”⁴²

“Por outro lado, os princípios de justiça que devem presidir a toda a legislação” destaca Inglês de Souza, “impedem que se limite aos filhos dos catholicos a vantagem proporcionada pelos dinheiros de todos os habitantes da Província, catholicos e acatholicos, e que estes se vejam privados de usufruir do ensino ministrado à custa do seu óbolo.”⁴³

O que fez o presidente Inglês de Souza concluir que a “secularização do ensino é não só um principio consagrado pela theoria da liberdade civil, sem offensa do direito de pessoa alguma, como ainda de rigorosa justiça”, sendo “essa verdade, hoje universalmente reconhecida, o que não impede porém, o exercício da liberdade do ensino, consagrada também pelas doutrinas liberais.”⁴⁴

E, como não bastasse, Inglês de Souza enfatiza, ao final do ofício expedido ao pároco, de modo claro e bastante contundente, a permissão para a abertura da cadeira de religião, “ficando todavia bem entendido, primeiro, que a província não acarretará jamais com as despesas dessa aula; segundo, que os alunos não catholicos não serão obrigados a frequentá-la”.⁴⁵

1.2 UMA ESCOLA SEM DEUS E MESTRES SEM FÉ

A réplica dada pelo presidente Inglês de Souza, através do ofício, incomodou sensivelmente o padre Olympio Campos, que, cinco dias após a missiva presidencial, escreveu um artigo para a imprensa, sendo, no sábado do dia 23 de julho de 1881, publicado

⁴² Id., Ibid. p. 03.

⁴³ Id., Ibid. p. 03.

⁴⁴ Id., Ibid. p. 03.

⁴⁵ Id., Ibid. p. 03.

pela *Gazeta do Aracaju*, estampando em suas colunas o artigo intitulado “À Minha Província e a seu actual presidente, o sr. dr. Herculano Marcos Inglez de Souza”⁴⁶, publicizando o padre a problemática da reforma através de um diálogo direto e, por vezes, irônico e intimista.

O vigário começa sua interpelação pública solicitando permissão para que, como ele mesmo registra, “eu, simples mortal, ouse ascender as altas regiões em que se acha colocada S. Ex^a. E, com o respeito que é devido ao meu caráter sacerdotal, à pessoa e ao cargo de S. Ex^a. entre na analyse de officio que respondeu ao meu de 14; (...)”, afinal, “(...) não me conformando com as ideas n’elle emitidas, devo combater-las, o que fazendo, exerço um direito e cumpro um dever.”⁴⁷

Assim, rispidamente, continua argumentando o clérigo Olympio Campos:

Nunca foi meu propósito discutir o Regulamento de 04 de julho, tarefa reservada à imprensa, que, gloriosamente, há se externando a respeito; mas, olvidada a Religião, sem a qual não pode haver sociedade bem organizada, tive de lavar o meu protesto contra a zizania que o Governo Provincial quis plantar em Sergipe, que, acostumada às praticas sublimes da Religião de Jesus e a saudar no crepúsculo vespertino a formosa *Maris Stella*, viu com assombro banir-se, do templo dos mestres da infância, o Livro da mais profunda sabedoria, que traz o timbre da mesma Divindade, o sagrado Evangelho.⁴⁸

Esses pontos destacados são considerados, pelo padre, perturbadores da ordem e da boa conduta dos sergipanos, por isso, o mesmo afirma ter percebido a necessidade de “lavar [um] protesto contra o acto subversor da Constituição Política do Império e das crenças religiosas de minha Província, a qual o seu Presidente tentou sacrilegamente (sic) arrancar dos braços da Cruz de Jesus Cristo” levando esse conjunto de valores tão caros aos sergipanos, segundo o vigário, “para imergil-a na materialidade do paganismo, dando-lhe escolas sem Deus e mestres sem Fé.”⁴⁹

Em meio ao conjunto argumentativo bastante acalorado que toma uma página e meia do periódico aracajuano, o padre Olympio Campos arrola uma série de questões consideradas por ele problemáticas no que se refere à Reforma da Instrução Pública e às ideias defendidas pelo presidente Inglês de Souza no ofício emitido no dia 16 de julho.

Munido de um conjunto amplo de informações, o padre da capital defende de modo objetivo que a “(...) Religião Catholica Apostolica Romana continua a ser a Religião do Estado, (...) essa deve ser conhecida de todos, e o principal meio que tem o Governo de

⁴⁶ GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, N°. 108. p. 02 e 03.

⁴⁷ Id., Ibid. p. 03.

⁴⁸ Id., Ibid. p. 03.

⁴⁹ Id., Ibid. p. 03.

ministrar esses conhecimentos é a Eschola; (...)”⁵⁰, rebatendo a missiva, do presidente, de que o artigo 5º da Constituição Política do Império não obriga o Estado e a Província a custear o ensino de religião, cabendo semelhante dever aos padres.

Afinal, afirma Olympio Campos na *Gazeta do Aracaju*: “Si [os] pais e os parochos não são obrigados especialmente por força de alguma Lei civil a dar o ensino religioso, conclui-se que o são o Estado que tem uma religião oficial,” e, por consequência, também “a Província, que é uma porção desse Estado, a menos que a Religião não seja uma cousa vã, e a Província um território livre da órbita da Constituição que rege o paiz, com o poder de legislar de modo diverso do centro do Governo, como parece entender S. Ex.”⁵¹

Em seguida, o padre avançou conta-argumentando os princípios de justiça defendidos pelo presidente Inglês de Souza, quando este afirmou que não se podia limitar “(...) aos filhos dos catholicos a vantagem proporcionada pelos dinheiros de todos os habitantes da Provincia, catholicos e acatholicos (...)”, fazendo com que o padre habilmente interpelasse o administrador provincial e afirmasse que: “S. Ex^a., a despeito da perspicácia de lynce de que é dotado, claudicou (...) d’uma premissa verdadeira e deduzio uma consequencia falsa” afinal “se o ensino religioso é necessário, como S. Ex^a. não se animará a contestar, (...) o que devia fazer era estabelecer cadeiras para o ensino da Religião Catholica e da acatholica”, pois só assim “não se dará essa desvantagem que S. Ex. imagina na applicação dos direitos públicos (...)”.⁵²

Mas isso seria impossível, afirma o vigário, pois “S. Ex^a. não podia inaugurar o ensino da Religião acatholica,”, afinal, “essa se multiplica em tantos credos quanto os indivíduos que, escudados no livre exame, se arvoram em chefes de Religião, e assim precisos seriam tantos mestres quantos discípulos.”⁵³

Por isso aconselha o padre que o presidente Inglês de Souza “manusêe os recenseamento da Provincia, e certamente não encontrará acatholicos (...), pois a única Religião dos sergipanos é a Catholica, a que vem essa extemporanea distincção?”⁵⁴

Ainda em intenso *labor* intelectual, o padre Olympio Campos promove longa argumentação em torno da secularização do ensino, defendida por Inglês de Souza, mas contestada pelo clérigo, pois “a religião é o laço que une o homem a Deus; portanto,

⁵⁰ Id., Ibid. p. 03.

⁵¹ Id., Ibid. p. 03.

⁵² Id., Ibid. p. 03.

⁵³ Id., Ibid. p. 03.

⁵⁴ Id., Ibid. p. 03.

necessária: Deus, que é a verdade em essência, não pode querer variedade de culto, porque a verdade é uma, e indivisível; d'ahi a negação do tão celebrado livre pensamento (...).”⁵⁵

É ao retrucar as concepções de secularização da educação e da liberdade de ensino, defendidas pelo presidente provincial, que o religioso destila contundente repúdio aos princípios que para ele pareciam ser odiosos e completamente contrários aos princípios sagrados do Cristianismo Romano. Sendo assim, destaca o padre: “Confesso a S. Ex. que sou apologista convencido da liberdade, que nasceu ao primeiro sorriso do menino de Bethlém e foi sellada com o sangue do Divino Martyr do Calvário; mas nunca das ideias liberais (...).”⁵⁶

E ainda completa:

Eu amo a liberdade que visa ao bem e detesta o mal; a liberdade que procura a virtude e repelle o vício, a liberdade que glorificou a João Evangelista seguindo, sem discutir, as pegadas do Divino Mestre; me horroriso, porém, ante as ideias liberais que querem a infância como ovelha incauta prompta a seguir o canto de qualquer zagal aleivoso; as ideias liberais que amesquinham a verdade poudo a seu nível o erro; as ideias liberais que entragam a mocidade ao impulso das paixões e lhe subtraem o philtro miraculoso que a torna útil á família, á pátria, á humanidade por isso que é temente a Deus; as ideias liberais enfim, a fizeram solver o elo da obediência e doce escravidão, e commeter negra perfídia.⁵⁷

O declarado posicionamento antiliberal esboçado pelo vigário de Aracaju era mais do que natural naqueles tempos de tensão entre a Igreja romana e o Estado brasileiro, afinal, como nos aponta Michel de Certeau, o padre é um funcionário da administração eclesiástica e dela se torna peça fundamental para o desenvolvimento da instituição e do próprio religioso, ou seja, um pároco é um agente sociocultural, lotado em um determinado lugar e defensor de um aparato de princípios que não são dele, mas do grupo que o mesmo representa.⁵⁸

Nas últimas observações apresentadas pelo vigário em seu artigo, ficaram aquelas impressões que, segundo ele, “mais acanhamento produziram por ser a minha individualidade o thema em discussão, devido a contundente afirmação do presidente de que a província não acarretará jamais com as despesas dessa aula”.⁵⁹

Essas palavras causaram sensível desconforto ao pároco, fazendo com que ele atribuisse tão mesquinha observação do presidente Inglês de Souza a influência das ideias

⁵⁵ Id., Ibid. p. 03.

⁵⁶ Id., Ibid. p. 03.

⁵⁷ Id., Ibid. p. 03.

⁵⁸ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. v.03. p. 171.

⁵⁹ GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 108. p. 03.

liberais, pois estas “não compreendem que um padre, unicamente por amor a causa que jurou manter, possa dedicar á dita causa seus serviços sem retribuição pecuniária.”⁶⁰

Olympio Campos expressa claramente que o ideal de escola pensada por ele e por Inglês de Souza são bem diversos, pois “a de S. Ex^a. procura o officio por causa do beneficio, ao passo que a do padre aceita o beneficio ‘propter officium’; S. Ex^a. só se lembra da carne; o padre, do espírito, porque ‘caro infirma, spiritus autem vivificat’.”⁶¹

Confiante de que o presidente Inglês de Souza voltaria atrás com sua reforma ou com parte dela, o padre Olympio Campos finaliza seu texto acrescentando: “na qualidade de seu parocho (...) lhe dou dois conselhos prudentes”. O primeiro é que “(...) não me atribua (...) a autoria de qualquer artigo da Gazeta que não leve minha assignatura, como deixa ver nas seguintes palavras do órgão official; (...)” E, no segundo, o pároco pede ao administrador provincial “(...) que recolha sua reforma ou a corrija, porque Ella é repellida pela Província inteira representada pelo Clero, a nobreza e o povo, como S. Ex. não ignora.”⁶²

“Faça S. Ex^a. isto e mais alguma coisa proveitosa, como deve ser sua aspiração, e lhe garantimos que será ditoso em sua administração, e voltará aos lares de adopção com a conciencia tranquilla, coberto de louros e cumulado das bênçãos dos sergipanos” que por consequência “jamais recusam [os aplausos] ao legítimo e verdadeiro mérito”⁶³ que caberá ao senhor presidente.

1.3 EIS QUE NO SÉTIMO DIA CRIOU-SE O *HOMO*

Aqui chegou-me (...) um numero da *Gazeta do Aracajú*, o qual chamou a minha atenção, por ver estampado sobre o papel o nome de v. rvm^a.

(...) procurei com sofreguidão ler (...) era (...) a cerca da supressão da cadeira de religião da escola normal (...).

Terminada a leitura apossou-se de mim a valeidade de sahir de meu obscuro recanto e de levar também á imprensa o producto de meu rude entendimento.

⁶⁴

Foi ao alvorecer de um sagrado domingo, aos 31 de julho de 1881, que irrompeu nas páginas do *Echo Liberal* uma carta redigida “Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Sousa Campos”,⁶⁵ cobrindo três páginas inteiras do periódico liberal, arrolando um conjunto de contundentes observações acerca do artigo publicado pelo padre Olympio Campos na *Gazeta*

⁶⁰ Id., Ibid. p. 03.

⁶¹ Id., Ibid. p. 03.

⁶² Id., Ibid. p. 03.

⁶³ Id., Ibid. p. 03.

⁶⁴ ECHO LIBERAL. *Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos*. Ano. II, Nº. 47, p. 02.

⁶⁵ Id., Ibid. p. 02.

do *Aracaju*, dias antes, sendo a dita correspondência assinada por alônimo que se autonominava *Homo*.

O longo conjunto argumentativo que trouxe o misterioso interlocutor do padre, nas colunas do *Echo Liberal*, colocou uma série de velhas e novas perguntas no centro do debate que, por hora, envolvia o vigário da capital e o presidente Inglês de Souza, trazendo para o pleito a questão das liberdades religiosas e civis entre católicos e não católicos, da legitimidade da Constituição Política do Império nas terras sergipanas, além de desvelar, pelo menos com uma nuvem pouco espessa, os intensos conflitos entre religiosos e liberais, católicos e não católicos, Igreja e Estado, fé e razão, entre outras temáticas que eram próprias do fim dos oitocentos e envolviam tais ideias e instituições.

Por esses caminhos, o dito *Homo* começa por desqualificar a exasperada argumentação proferida pelo padre Olympio Campos em torno da legitimação do artigo 5º da Constituição Política do Império em defesa do ensino de religião. Por seu turno, *Homo* argumenta que “esse artigo não é o único de nossa lei fundamental; outros existem, e aquelle, [o quinto], só pode ser interpretado e executado em harmonia com eles”,⁶⁶ demonstrando ainda enigmático interlocutor intimidade com as leis e com sua aplicabilidade.

Por isso destaca: “quando o artigo 5º da Constituição diz que a igreja catholica continuará a ser a do Estado, ao seu lado os artigos 102, 179 e outros estabelecem a liberdade de consciência, a liberdade de cultos, etc, etc.” Não podendo “V. Revmª esquece-se de um providente verbo do art. 5º” que “há cerca de 60 annos (...) dizia: A religião catholica apostólica romana continúa a ser a do estado.”⁶⁷

Por isso pergunta *Homo*: “Ora, com a certeza de que V. Revmª conhece perfeitamente a verdadeira accepção do termo continúa, perguntarei a V. Revmª: É a actual religião, que V. Revmª professa e ensina, a mesma que há 60 annos mandava o legislador que continuasse a ser a do estado?” E continua interpelando: “E as innovações e alterações que nesse decurso de tempo ella tem soffrido? E o dogma da infalibilidade do Papa e outras especulações semelhantes, que alteraram a religião em sua essência? E a Encyclica de 1868? E o Syllabus?”⁶⁸ E, por fim, atesta categoricamente o misterioso *Homo*: “parece razoável que o povo, que aceitou uma religião, dando-lhe o carácter official, e sustentando o seu culto, possa repellil-a, quando ella soffrer modificações que lhe atenuem a forma primitiva.”⁶⁹

⁶⁶ Id., Ibid. p. 02.

⁶⁷ Id., Ibid. p. 02.

⁶⁸ Id., Ibid. p. 02.

⁶⁹ Id., Ibid. p. 02.

Mas, questão nevrálgica, da emblemática missiva do desconhecido *Homo* fez-se ao tempo que o remetente pautou um conjunto de ideias as quais colocava os argumentos utilizados pelo padre em uma situação de total desqualificação, o que induzia, por consequência, a depreciação da Igreja Católica Romana. Levando o alônimo a debulhar, ponto a ponto, as palavras articuladas pelo vigário na *Gazeta*, iniciando sua análise a partir da afirmação do clérigo, que “olvidada religião, sem a qual não pode haver sociedade bem organizada, tive de lavrar o meu protesto.”⁷⁰

Essas curtas e nada ingênuas palavras do padre Olympio Campos foram ressignificadas por *Homo*, que, como um porta-voz do anticlericalismo romano, escreveu ao *Echo*:

Não declara ahi v. rvm^a a religião, sem a qual não pode viver a sociedade; e a nós quer nos parecer que V.Revm^a procedeu de accordo com um dos artigos do código jesuítico.
Segundo os princípios professados por V. Revm^a só pode e deve haver uma religião verdadeira: é a ensinada pelo ci-de-vante papa-rei.
Ninguém acreditará que V. Revm^a admitta outra religião, sinão a catholica, para fazer a felicidade dos povos.
E, si assim é, por que razão teve V. Revm^a receio de o declarar? Por que disse simplesmente – religião, e não religião catholica?
Aposto que na minuta, ou borrão de seu artigo lá está o termo – catholica – espontaneamente escripto pelo seu fervor religioso, mas por cima dele vê-se o cauteloso traço da revisão lançado pelo conhecimento que v. rvm^a da historia dos povos, e do seu progresso moral e material.⁷¹

Fica claro, nas intenções de *Homo*, o propósito de incitar o padre a promover um debate aberto e colérico em defesa de uma dita superioridade do Cristianismo Católico, não poupando, em sua argumentação, desafiador mecanismo que estimule o padre a isso. Afinal, como afirma *Homo*, “(...) não o deixaremos escapar. Enquanto V. Revm^a não declarar do alto da imprensa, ou do púlpito, que a Humanidade pode viver com qualquer religião, daremos como sua a proposição: que só a religião catholica faz a felicidade (...) da sociedade.”⁷²

É levando em consideração essa bandeira, que parece ter sido erguida pelo padre Olympio Campos, que *Homo* convida o vigário “para um passeio pelo mundo moderno”⁷³ para que possam refletir sobre essa feliz e bem ordenada sociedade católica, em detrimento dos rudes e infelizes povos que optam por não seguir os rudimentos do Catolicismo.

Para dar inicio à longínqua viagem, *Homo* sugere que “comecemos pela Europa culta. Ahi vemos logo duas regiões em tudo semelhantes; fallam a mesma língua, obedecem ao

⁷⁰ Id., Ibid. p. 02.

⁷¹ Id., Ibid. p. 02.

⁷² Id., Ibid. p. 02.

⁷³ Id., Ibid. p. 02.

mesmo governo, descendem da mesma origem; habitam ao lado uma da outra a mesma porção do globo e, portanto, têm o mesmo clima.” *Homo* refere-se a “duas ilhas”, sendo “uma, a Inglaterra e a Escóssia” e a outra a Irlanda. Sendo que “não há (...) motivo aparente para explicar qualquer diferença em sua existência, mas que abysmo as separa!!” ⁷⁴

Assim, prossegue *Homo*: “a Inglaterra e a Escóssia, rica, feliz e próspera, domina o universo com sua indústria, com seu comercio, com sua navegação; as artes, as sciencias, tudo quanto denota a prosperidade material e moral de um povo faz-se ahi sentir.” Já a Irlanda está, segundo *Homo*, “vilipendiada, pobre, triste e abatida, arrasta há séculos a miserável existência do escravo. Seus habitantes, embrutecidos pela miseria e pelo trabalho, são os verdadeiros parias da Europa civilizada. Será, Rev. Sr., exagero o quadro que faço da Irlanda?” ⁷⁵

Complementa ainda *Homo*: “E qual o motivo de tão diversa condição em tão idêntica situação? A Inglaterra é acatholica e a Irlanda catholica!” Conclui sarcasticamente o escritor anônimo que “a sociedade bem organizada e prospera é acatholica, e o desgraçado montão de réprobos chamados irlandezes vive mergulhado no mais estúpido fanatismo religioso, ensinado pelos frades catholicos.” ⁷⁶

Os exemplos trazidos à tona por *Homo* são bem elucidativos e tinham como propósito central desqualificar o egocentrismo católico de que estavam carregadas as linhas escritas pelo padre na *Gazeta*. Solicitando ao padre Olympio Campos que “resigne-se V.Revm^a a necessidade de recorrer aos meios que a sua religião condena, mas que a *sciencia* tem fornecido aos homens para seu progresso.” ⁷⁷ O que não pode é “V. Revm^a (...) ignorar que o vapor, a eletricidade e tantos outros benefícios que a Humanidade tem colhido da *sciencia* são *stigmatisados* pelo catolicismo como produções de satanás.” ⁷⁸

Ainda passeando pelo mundo moderno, *Homo* prossegue apresentando a situação da França, que, submetida a “séculos de despotismo aviltante, até Luiz 16º; viu um mar de sangue, cujos diques abertos pela espada do catholico Napoleão I, levaram à inundaçã da Europa inteira.” ⁷⁹ Prosseguindo, *Homo* pergunta ainda se “sabe V.Revm^a que a guerra franco-prussiana (...) teve por principal instigador o clero romano?” ⁸⁰ E que mesmo a França professando o fervor católico, “que é a das sociedades bem organizadas, segundo V. Revm^a,

⁷⁴ Id., Ibid. p. 02.

⁷⁵ Id., Ibid. p. 02.

⁷⁶ Id., Ibid. p. 02.

⁷⁷ Id., Ibid. p. 02.

⁷⁸ Id., Ibid. p. 02.

⁷⁹ Id., Ibid. p. 02.

⁸⁰ Id., Ibid. p. 02.

foi esmagada e calcada impiedosamente aos pés pelo vencedor herege, pela Prussia acatholica!!...”⁸¹

Onde “a França catholica revelou uma espantosa desorganização social” enquanto, destaca *Homo*, a “Prussia acatholica apresentou-se ao mundo admiravelmente organizada.” Mas, se quiser “alongar ainda o passeio”, o reverendo irá “ver a triste condição a que a sua religião levou a rica e outrora poderosa Hespanha. Quer ver o estado de abatimento a que tem chegado o catholico Portugal?”⁸²

Mas interrompe *Homo* e aconselha:

Não, rvm; fuja de semelhante quadro!
Mas veja para onde se dirige!
Não vá o seu piedoso coração sentir as mil chagas por onde se escoo o sangue da infeliz Polonia, embrutecida e aviltada pelo catholicismo, ao ponto de falta-lhe o alento, até para levantar um gemido sob a grossa pata do acatholico urso do norte.
Fuja, rvm! E sobretudo não vá à Italia!⁸³

Mas o passeio ao qual *Homo* levou o padre pelo mundo civilizado não acabou, pois o interlocutor do vigário atravessa o Atlântico de volta às Américas ainda com a bandeira do clérigo em punho, passando a comparar a situação de duas nações bem conhecidas pelos lados de cá: “o catholico Brazil com o acatholico Estados-Unidos. Mas não? Já d’qui estou vendo o desânimo no semblante de V. Revm^a. Nesse ponto é ferido seu coração de crente, seu coração de patriota!”⁸⁴

As articulações promovidas por *Homo*, ao longo de sua carta ao padre da capital, vão auferindo a cada linha o tom de um conflito ideológico que ganha, naquele 31 de julho de 1881, proporções não imaginadas quando do decreto de 04 de julho do mesmo ano, que determinava a Reforma da Instrução Pública na Província de Sergipe . As questões levantadas por *Homo*, em carta dirigida ao padre Olympio Campos no *Echo Liberal*, vão desenhar um complexo panorama de ideias antagônicas próprias daqueles tempos de incertezas, e que entram em erupção na imprensa sergipana.

Os antagonismos apresentados entre *Homo* e o vigário sergipano percorrem os difíceis e opostos caminhos delineados entre a luz da ciência e a revelação da religião. Caminhos que

⁸¹ Id., Ibid. p. 02.

⁸² Id., Ibid. p. 02.

⁸³ Id., Ibid. p. 02.

⁸⁴ Id., Ibid. p. 03

aos olhos do padre sempre levam a “*sciencia* a corromper-se”⁸⁵, mas que fazem o misterioso remetente indagar: “Pois onde pensa V. Revm.^a que está? (...) sua religião, que declarou com S. Paulo que o universo era um grande tapete; que condenou Galileo por cauza de suas doutrinas *scientificas*; que perseguiu a Colombo por dizer que existia a região que habitamos”⁸⁶? Não pode acusar a ciência de corromper-se.

Corrompida está a religião que o vigário representa, diz *Homo*, afinal “tal poder tem o clericalismo que, em um paiz, onerado de dívidas, com uma instrução publica quase nulla, na qual as necessidades materiaes clamão urgente satisfação, vemos o culto publico absorver uma importante verba do orçamento.” Desconstruindo e levando o discurso do padre a descrédito público, *Homo* pergunta: “E as ordens religiosas, que, com o pretexto da sustentação do culto, extorquiram miseravelmente do leito de agonia dos seus crentes abastados as fabulosas riquezas que possuem, por que não sustentam o culto? O que fazer com essas riquezas?”⁸⁷

As divergências políticas, tão latentes naqueles tempos de cisão por que passavam a Igreja Romana e o Estado Imperial brasileiro, são perceptíveis na queda-de-braço empreendida por *Homo* e o padre Olympio Campos. Sobre o tema, destaca o remetente do *Echo*: “Gostei muito daquele pedacinho de seu officio: ‘o estandarte vermelho do nihilismo religioso... (...). Quebradas as tábuas da lei! Rasgadas as páginas da Carta Magna!! Em estilhaços desfeita a dynastia’.”⁸⁸

Debochadamente, *Homo* afirma que “pasma e admira (...) o cuidado que tem V. Revm.^a pela dynastia!”, afinal, aqueles eram tempos de ruptura entre a Igreja Católica e o Estado monárquico brasileiro. Por isso, *Homo* segue: “Muito alterada vae a religião catholica!”⁸⁹ Essa mesma “religião, que ainda ultimamente, em nosso paiz, pregava, por seus órgãos, a desobediência ao chefe da dynastia, na questão com os bispos!”, concluindo, aparentemente surpreso, que essa “religião tem um sacerdote que receia pelo futuro da dynastia!”⁹⁰

O desejo pela consolidação de um Estado laico e a secularização da educação são visíveis no discurso de *Homo* em oposição ao interesse do “parcho que se põe como

⁸⁵ GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 108, p. 03.

⁸⁶ ECHO LIBERAL. *Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos*. Ano. II, Nº. 47, p. 03.

⁸⁷ Id., Ibid. p. 03.

⁸⁸ Id., Ibid. p. 03.

⁸⁹ Id., Ibid. p. 03.

⁹⁰ Id., Ibid. p. 03.

educador da mocidade”⁹¹, o que leva o *Homo* a fazer uma rápida e, diríamos, assustadora análise sobre os resultados que tem obtido do ensino católico romano a mocidade em vários lugares do mundo, sendo utilizados para isso dados estatísticos extraídos do livro *O futuro dos povos catholicos*⁹², obra citada pelo remetente anônimo e que traz informações aterrorizantes.

Pensar “o padre romano como educador da mocidade” diz *Homo*, “horroriza-me, a mim, que tenho filhos!” Colocar uma “mizera criancinha”, “essa flôr que apenas desabrocha, e que só pede ar, luz e movimento para completar o seu organismo” em “contacto com o padre romano” seria uma violência brutal, pois esse “homem de traje negro e sombrio; de negro e informe chapéo; com a palavra povoada de terrores negros; que em lugar de atrair repelle; que longe de inspirar confiança affoga o pensamento, e constrange o jovem coraçãozinho!” não trazendo frutos para o Brasil, só “hypocrizia, a imoralidade, a prostituição”.⁹³

A prova disso traz *Homo* de “um exemplo (...) do estrangeiro”. Apesar, diz ele, da “delicadeza de meus sentimentos não se harmonizar com a revoltante idéa de semelhante assumpto”, é importante destacar que “cumprem actualmente sentença em Toulon (...) padres romanos, diretores de estabelecimentos de instrucção. Um (...) lecionava em um estabelecimento (...) feminino. Outro (...) dirigia collegio de meninos.”⁹⁴

Do processo arrolado, detalha *Homo*:

O 1º foi convencido de ter violado 18 infelizes criancinhas!

Durante o processo, suspendeu-se a audiência publica, pelos gritos de indignação, explosões de cólera partidos dos expectadores quando ouviram uma interessante menina de 12 annos declarar ‘que por ser muito pequena o sr. Padre a collocava sobre um banco!!!’...

O outro, tendo a policia verificado frequentes casos de ataques epileptiformes nos alunos de seu collegio, abriu um inquérito, e conheceu que o Revm, ao lado do pão do espírito, que lhes fornecia, fazia os meninos entregarem-se a exercícios corporaes, (...).⁹⁵

⁹¹ GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 108, p. 03.

⁹² Obra citada e recomendada por *Homo* ao padre Olympio Campos; traz um conjunto bastante extenso de dados sobre a Igreja Católica Romana ao longo de grande parte da sua história. Livro reeditado várias vezes entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, teve grande aceitação pela comunidade protestante. De acordo com o periódico *O Mensageiro*, “[...] um estudo [...] atual, sugestivo e [...] flagrante[...], entre os crentes o seu efeito foi seguro e entre os estranhos não se nos afigura facilmente o benefício enorme de sua difusão.” LAVELEYE, Émile. *O Futuro dos Povos Católicos: Estudo de Economia Social*. Lisboa, 1912. ed. 07. Apud: AFONSO, José Antônio. OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. STAMATO, Maria Inês Sucupira. SILVA, Sandra Cristina da. **Educação e Cultura Protestante na transição do século XIX**: circulação de impressos e diálogos luso-brasileiros. R. Educ. Públ. Cuiabá. v. 21. n. 47. p. 599 – 618. set/dez 2012.

⁹³ Id., Ibid. p. 03.

⁹⁴ Id., Ibid. p. 03.

⁹⁵ Id., Ibid. p. 03.

Ao passo que *Homo* prossegue seus relatos, vão se desenhando suas verdadeiras intenções com relação ao vigário. O endurecimento e a hostil oposição ao religioso auferem argumentos cada vez mais contundentes, demonstrando que *Homo* não é um desavisado que ousa interpelar o padre Olympio Campos.

Em meio às divergências de credo e às opções ideológicas e/ou filosóficas existentes entre *Homo* e o padre Olympio Campos, o que se vê para além da disputa de interesses são sujeitos muito cientes e instruídos na defesa do que lhes compete defender, sendo o pároco um ávido opositor daquelas concepções que ele entendia como advindas do liberalismo, enquanto seu interlocutor demonstrava verdadeira ojeriza aos princípios universais sobrevividos do tomismo, nos quais o Cristianismo Católico Romano se sustentava.

Essas dissensões filosóficas se opunham de modo bastante truculento em fins dos oitocentos, levando, inclusive, *Homo* a tentar dissuadir o vigário quando o mesmo defende “a negação do tão celebrado livre pensamento, porque não pensamos como nosso arbítrio inculca, mas do modo que a inteligência depois de investigar produz”⁹⁶, fazendo com que *Homo* pergunte-lhe “como d’essa confusão de idéas de um padre romano brota a confissão do positivismo?”⁹⁷

Por esse turno, em tom bastante sarcástico, *Homo* põe em contradição os argumentos elencados pelo padre, enquadrando as ideias defendidas por aquele aos moldes investigativos da escola francesa, pois, diz *Homo*, “não posso supor que V. Revm^a, inteligente como é, cometta, por ignorância, tão flagrante contradição!”⁹⁸, sendo possível ver nessa contradição duas coisas, segundo *Homo*: a “1^a. O pensamento de sua batina romana, educada na capiciosa philosophia das sachristias, condemnando o livre pensamento quando diz: *não pensamos como o nosso arbítrio inculte.*.”; e a, “2^a. O seu pensamento livre, nobre e inteligente quando, desprendido das peas jesuíticas, diz: *mas pensamos do modo que a intelligencia depois de investigar produz.*”⁹⁹

Prosseguindo em tom bastante sarcástico, quase que anedótico ao referir-se ao padre, *Homo* continua:

Sublime philosophia o Positivismo, que até espontânea transpira dos lábios de um adversário!! Que maior contradição do que esta afirmação do que é negado pouco antes; mas também que maior confissão!

⁹⁶ GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 108, p. 03.

⁹⁷ ECHO LIBERAL. Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos. Ano. II, Nº. 47, p. 03.

⁹⁸ Id., Ibid. p. 03.

⁹⁹ Id., Ibid. p. 03.

A mente emperrada pelas ideias jesuíticas tenta negar o livre pensamento; mas essa verdade sublime, rompendo os fracos diques, que lhe oppõe o obscurantismo, apresenta-se por entre o próprio pensamento que a condena. Aceitamos com tanto maior prazer essa verdade fundamental do credo positivista, quando é ella enunciada pelos lábios de um padre romano.¹⁰⁰

Ainda sobre o Positivismo, *Homo* argumenta que o padre Olympio Campos ataca o presidente da Província, Inglês de Souza, em artigo para *Gazeta do Aracaju*, pelo fato de o administrador provincial ter afirmado categoricamente que a Província de Sergipe jamais acarretará com as despesas da cadeira de ensino religioso. Por esse motivo, o vigário afirma que “nossa escola é diversa: a de S. Ex.^a procura o officio por causa do beneficio; ao passo que a do padre aceita o beneficio (...). S.Ex.^a só se lembra da carne; o padre, do espírito.”¹⁰¹

As escolas a que Olympio Campos se refere, ao falar do presidente e dele próprio, são as escolas positivistas, representadas pelo presidente Inglês de Souza e pela escola cristã romana - nesse caso tendo o próprio vigário como digno representante. Mas, quanto a ideia dos padres só se lembram do espírito, *Homo* acrescenta: “A crença que até então nutríamos de sua sinceridade desapareceu (...) ao ler o trecho que ahi fica, acudio-nos aos lábios o titulo de uma das mais sublimes comedias de Moliere.” Por isso pergunta mais uma vez *Homo*: “É em uma capital civilizada que se diz que o padre romano não faz caso dos proventos, que só cuida do espirito e da glória de Deus!!? É muito zombar da credulidade pública.”¹⁰²

De tão indignado com a afirmação do clérigo, *Homo* sugere que comecemos a analisar os “Papás, e vejamos quanto esse santos homens desprezam os pingues proventos. O Papa, este sectário da doutrina do desprendimento das couzas mundanas, habita o maior palácio do mundo”. E ainda “diz V. Revm^a que a escola dos padres romanos é a gloria de Deus e o bem do próximo!!! Abandone V. Revm^a, a funesta máxima: *Perinde ac cadáver*.” E lembre se de que a *sã philosophia* está no *Amicus Plato, sed magis amica veritas*.¹⁰³

1.4 NA OFICINA DE GUTENBERG, ERGUE-SE O PALCO PARA CONFLITO

(...) surge no *Echo Liberal* de 31 de Julho alguém sob o pseudonymo *Homo*. Espalou-se logo na cidade que *Homo* era o idêntico Sr. Dr. [Inglês de Souza], que, não podendo pelo seu carater de alto funcionario dar curso no

¹⁰⁰ Id., Ibid. p. 03.

¹⁰¹ GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 108, p. 03.

¹⁰² Id., Ibid. p. 04.

¹⁰³ Id., Ibid. p. 04. Em tradução livre: *Perinde ac cadáver* [À medida que o cadáver] e *Amicus Plato, sed magis amica veritas* [Platão é meu amigo, mas a verdade é um amigo maior]

Jornal official a idéas antagônicas às professadas pela Lesgislação do Paiz, desceu dos alcatifados salões de seu palacio (...).¹⁰⁴

Tão logo as inúmeras e longas linhas assinadas por *Homo* apresentaram-se nas páginas do *Echo Liberal*, o senhor vigário de Aracaju tratou de responder, ou melhor, de indagar quem era aquele sujeito que assinava a tal carta dirigida a ele. Entendendo o religioso que aquelas desafiadoras palavras teriam sido articuladas no palácio provincial, onde seu principal morador não se manteve quieto diante das críticas feitas à reforma da instrução, o padre decidiu apelar: “Digne-se o Sr. Dr. Marcos de Souza declarar, direta ou indiretamente, que aceita a autoria da carta assignada por *Homo*, que, afirmo a S. Ex.^a, (...), não deixarei indefesa a Religião”¹⁰⁵, pois só assim, afirma o vigário, “a resposta será – ponto por ponto, vírgula por virgula – (...)”¹⁰⁶, pronunciada, onde “não fallecerão decerto os meios de sustentar brilhantemente o certâmen dos princípios com a calma e a decência condignas a nossas pessoas e aos cargos que ocupamos.”¹⁰⁷

Mesmo creditando ao presidente Inglês de Souza o pseudônimo que rubricou a missiva, o padre Olympio Campos recusou-se a responder as acusações feitas por *Homo*, afinal, não sabia ao certo de quem se tratava, pois se “diz positivista, mas amanhã pode surgir um deista, um *pantheista* ou outros, e afinal ou eu seria indelicado para com (...) a saudação (...) ou seria um pleito interminável e repleto de confusão”¹⁰⁸, onde, defendendo-se ainda o vigário, completa:

Offerecido o meu nome como penhor da discussão, faz-se mister que haja outro nas mesmas condições que também seja responsável; além de que, quem assegura que, em vez de lutar com um *Homo* homem, tenha de encontrar-me com um *Homo* burfarinheiro? E isso não se póde suppôr daquelas *affectuosas* expressões da missiva?¹⁰⁹

A atitude de *Homo* de manter-se sob as sombras do anonimato é bastante criticada pelo padre Olympio Campos, que afirma não poder dialogar com o desconhecido, afinal, anda

¹⁰⁴ GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 110, p. 03.

¹⁰⁵ Id., Ibid. p. 03.

¹⁰⁶ Id., Ibid. p. 03.

¹⁰⁷ Id., Ibid. p. 03.

¹⁰⁸ Id., Ibid. p. 03.

¹⁰⁹ Id., Ibid. p. 03.

Homo afirmando por aí que “o fim de qualquer discussão é a luz, a elucidação da verdade”¹¹⁰, mas, aponta o padre, “como se attingir esse fim se é desconhecido o contendor?”¹¹¹

Essa atitude do vigário pode ser vista como uma forma de instigar seu interlocutor a desvencilhar-se do “tenebroso manto”¹¹² que o mantém escondido, o que faz o religioso, inclusive, recusar qualquer tipo de conselho dado, “já porque, não conhecendo a *Homo*, ignoro que tenha autoridade para fazel-o”¹¹³, sendo, pois, “a vista destas breves considerações”¹¹⁴ que:

deve *Homo* saber, por amor de si, que descrence e muito no conceito do leitor educado quem discute uma idéa enxovalhando o adversario; e eu; que presumo sel-o sincero, prestar-lhe-hei o devido acatamento, marcando-o e a todos os *Homo* com o signal da cruz como Luiz XII fez aos nomes dos que offenderam no reinado do seu predecessor, e então se lhes dirá: *Vinde sem receio; a Cruz com que assignalei os vossos nomes não significa opróbrio nem supplicio, significa, porém esquecimento e perdão das injurias.*¹¹⁵

Em resposta, *Homo* volta às paginas do *Echo Liberal*, a 13 de agosto de 1881, com um tom ainda mais jocoso que o de anteriormente, e agora assinando como *Francisco Antônio da Silva* - nome obviamente falso, mas que serviria para atender aos pedidos do vigário, que só dialogaria com quem se identificasse, pois “exige (...) V. Revm.^a que eu assigne o meu nome.” Mas pergunta *Homo*, ou melhor, o transmigrado *Francisco Antônio da Silva*: “Para que ‘Reverendíssimo? Diante do erro ou da verdade de que serve um nome? Mas, para tirar-lhe todo pretexto na sua fuga, eu vou assignar o meu nome”,¹¹⁶ concluiu o suposto Francisco Antônio da Silva.

Nessa segunda carta ao “Ao Ilmo. e Rvm. Sr. Vigario Olympio de Souza Campos”,¹¹⁷ o remetente reafirma seu interesse pelo debate, criticando a tentativa do vigário de fugir do pleito ao utilizar-se de linguagem muito rebuscada, pois “começa (...) usando de um termo inconveniente, chama-me [de] cryptonimo!! Ora, os 14 leitores da Gazeta acostumados à sua linguagem vão logo supor que é nome feio!”¹¹⁸ E ainda acusa que o “pobre diabo tem, como os charlatães de feira, a habilidade de dizer muitas palavras de modo que ninguém o entende -

¹¹⁰ ECHO LIBERAL. *Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos*. Ano. II, Nº. 47, p. 04.

¹¹¹ GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 110, p. 03.

¹¹² Id., Ibid. p. 03.

¹¹³ Id., Ibid. p. 03.

¹¹⁴ Id., Ibid. p. 03.

¹¹⁵ Id., Ibid. p. 03.

¹¹⁶ ECHO LIBERAL. *Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos*. Ano. III, Nº. 02, p. 02.

¹¹⁷ Id., Ibid. p. 02.

¹¹⁸ Id., Ibid. p. 02.

o que é de grande eficácia para os pascácios acudirem as drogas da barraca, mas não pega em uma capital civilizada.”¹¹⁹

O que desejava o inominado interlocutor do padre era promover um debate aberto na imprensa aracajuana. Por isso, aconselha ao vigário: “Deixe-se de palavões que nada adiantão. Vamos à discussão clara sobre pontos precisos. Eu argumento com factos e com os dados estatísticos de incontestável precisão. Faça V.Revm.^a o mesmo e analyzemos.”¹²⁰

Sentindo-se ultrajado pelas linhas escritas por *Homo*, o padre Olympio Campos inicia em seu terceiro artigo um duelo aberto contra seu opositor, afinal “*Homo* teceu encômios, assacou injúrias, mutilou factas, publicou torpezas, exercitou má fé, baralhou tudo, (...). *Homo* veio sustentar o *positivismo*, mas ao envez disto, malsinou o padre romano como um perigo social.” Por isso, concluiu Olympio Campos, “*Homo* não aspirava (...) propagar sua idéa e sim anhelava um pretexto qualquer para expelir todo seu rancor sobre o inofensivo padre Catholico. O vulcão fez erupção; vomitou lavas de improperios à batina do jesuíta. Mas esta não se nodou: só a transgressão a Lei pode fazel-o.”¹²¹

Possivelmente, a cruzada empreendida pelo padre Olympio Campos contra o, segundo ele, herético presidente Inglês de Souza ergueu trincheiras em outros espaços além da imprensa aracajuana. Chegava até as homílias proferidas pelo vigário nas missas que celebrava na matriz. Era diante de toda a gente, composta das figuras mais proeminentes e dos fiéis mais devotados, que provavelmente o padre Olympio Campos vilipendiava Inglês de Souza e a “torpe reforma” erigida por ele, pronunciando, aos presentes, o verdadeiro ultraje que o presidente cometia contra a educação e a infância sergipana.

O resultado dessa ação, nada ingênua, do clérigo espalhou por Aracaju um verdadeiro sentimento de medo e desprezo pelo presidente Inglês de Souza, fazendo com que um admirador do diligente provincial remetesse ao mesmo a seguinte missiva: “Parece-me que V. Ex.^a entrou aqui com o pé esquerdo, porque dizem mal de V. Ex.^a (...) dizem que V. Ex.^a (...) não gosta da religião de Christo e benzem-se três veses quando pronunciam o nome de V. Ex.^a”¹²²

Mas o pleito continua, e na segunda carta emitida ao *Echo Liberal* “desapareceu *Homo* (...) para (...) surgir transmigrado em *Francisco Antônio da Silva*, um escommungado!!! *Vade*

¹¹⁹ Id., Ibid. p. 02.

¹²⁰ Id., Ibid. p. 02.

¹²¹ GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 111, p. 04.

¹²² O GUARANY. Missivas ao Presidente. IX. Ano. IV, Nº. 28, p. 02.

retrò, *Satanaz!* (...) Nem Pythagoras encontraria melhor corpo para a alma de *Homo*, nem o Sr. Dr. Marcos de Souza (...) mais lésto auxiliar”.¹²³

“*Francisco Antônio da Silva* desceu, e desceu muito abaixo do nível da moralidade, (...)”.¹²⁴ Ele “hasteou a nauseante divisa de Calvino – matar ou esmagar com mentiras, calumnias e torpezas é a suprema lei.”¹²⁵ Torna-se “impossível discutir com um contendor sem cavalheirismo que não tem a coragem e suas invectivas. Impossível prestar ouvidos a *Francisco Antônio da Silva*”.¹²⁶ O que fez o vigário advertir o presidente Inglês de Souza que “consciente ou não, das asquerosas filippicas que têm deslustrado os prélos d’uma imprensa decorosa, é rasoavel, que contenha[-se] (...) pois, “não podendo sustentar que o Estado e a Província (...) têm restricta obrigação de ministrar o ensino religioso”, colaborou para o desenvolvimento do “*moralíssimo* raciocínio do *Corsario*, da Côrte, para que dest’arte seus adversários fugissem aviltados pelas truanices do seu espirito joco-sério, e pela lógica de Quinet, que é a lógica da indecência e da lama.”¹²⁷

O padre Olympio Campos chega até a cogitar a possibilidade dos artigos, nas páginas do *Echo Liberal*, não terem sido escritos pelo presidente Inglês de Souza, mas logo retruca e volta atrás, pois mesmo que “o autor dos artigos aludidos” seja “algum amigo que quer prestar-lhe seus bons officios,” o presidente encontra-se rindo “à sombra dos *canaviais*, das convulsões que experimenta S. Ex.^a sob a pressão de uma acusação franca, enérgica [e] generosa.”¹²⁸

A dúvida posta pelo vigário é bastante pertinente para pensarmos os ditos e os não-ditos que estão presentes entre os sujeitos envolvidos na trama, fazendo-se necessário olhar com bastante calma e minúcia a opacidade dos silêncios. Na tentativa de incitar a chama que ilumina a escuridão da dúvida, perguntamos: se os artigos assinados por *Homo* são do presidente Inglês de Souza, por que ele se utilizou de um pseudônimo? Mas, se *Homo* não for Inglês de Souza, quem será? O que leva um sujeito a manter-se nas sombras diante de um franco debate com um padre em fins do século XIX? Se o anônimo não for Inglês de Souza, será que ao menos se conhecem, trocam informações? São representantes de que mundo?

Sabemos que as respostas para essas indagações só encontraremos ao longo dessa pesquisa, só desvelaremos em profundidade e com riqueza de detalhes no decorrer dos

¹²³ GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 112, p. 02.

¹²⁴ Id., Ibid. p. 02.

¹²⁵ Id., Ibid. p. 02.

¹²⁶ Id., Ibid. p. 02.

¹²⁷ GAZETA DO ARACAJU. A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza. Ano. III, Nº. 113, p. 03 - 04.

¹²⁸ Id., Ibid. p. 03 - 04.

próximos capítulos, pois, se o dito revela um mundo de significados e possibilidades, o não dito é ainda mais cheio de minudências a serem perscrutadas. Sendo o silêncio possuidor de condições específicas de produção, é também ambíguo e, ao mesmo tempo, eloquente.¹²⁹

Aqui já conseguimos perceber que pode haver dois silêncios proferidos por Inglês de Souza. Um refere-se à utilização do pseudônimo *Homo*, pois, se o presidente esconde-se às sombras de outro nome, não quer dar voz a si mesmo. Mas se quem assina como *Homo* não é Inglês de Souza, o silêncio torna-se ainda mais intrigante, sendo essa circunstância vista pelo padre Olympio Campos como uma forma de excluir-se do pleito, mandando um estranho emissário.

Nesse sentido, o silêncio de Inglês de Souza pode expressar diferentes formas de resistência, aversão, obstinação, oposição e até opressão, sendo, portanto, o silêncio um dos caminhos que exige do pesquisador bastante astúcia, pois esse não é transparente e necessita ser compreendido através do dito e do não-dito, existindo silêncios que dizem muito, mas havendo também falas silenciadoras. Isso nos faz concluir que nem a eloquente fala nem - e muito menos - o sutil silêncio falam por si e trazem de pronto seus significados, sendo mister compreender o complexo contexto social, cultural e político, além, é claro, dos sujeitos que falam e/ou silenciam.¹³⁰

No afã de mostrar que não estava só, o padre diz que o presidente Inglês de Souza encontrou na “Assembléa de S. Paulo, o inclyto Rodrigo Lobato [defendendo] o ensino da Religião contra o Sr. Dr. [Inglês] de Sousa; em Sergipe não um, porém muitos Rodrigo Lobato teem cumprido esse dever.” O presidente Inglês de Souza “muito bem sabe que não estou só, uma voz circunda de ilustração e virtude, autoridade e prestígio pessoal, se fez ouvir ante S. Ex.^a, ainda bem.”¹³¹

A “voz circunda de ilustração e virtude” a que o padre Olympio Campos se refere é a do vigário-geral, Cônego João Batista de Carvalho Daltro, que, mesmo não estando em Aracaju por este tempo, enviou correspondência ao gabinete da presidência, solicitando explicações ao presidente Inglês de Souza sobre a Reforma da Instrução Pública de Sergipe e o fim da cadeira de ensino religioso na Escola Normal.

No ofício, datado de 29 de julho de 1881, o Cônego Daltro começa destacando o que houve ao fazer a leitura do jornal “Gazeta de Aracajú”: “vi um officio do Revm. Vigário

¹²⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996. p. 276.

¹³⁰ Id., Ibid. p. 276.

¹³¹ Id., Ibid. p. 03 - 04.

Olympio de Souza Campos dirigindo a V. Ex.^a a resposta que V. Ex.^a se dignou dar ao mesmo Vigário em relação ao ensino de Religião no Lyceo Sergipano.”¹³²

As palavras do presidente Inglês de Souza, no ofício o qual o cônego Daltro se refere, defendiam a liberdade e a secularização do ensino, sendo esses princípios, segundo o presidente, consagrados pelas teorias da liberdade civil, o que é ainda de rigorosa justiça, além dessas verdades soarem universais e reconhecidas pelas doutrinas liberais, sendo exatamente por essa postura do presidente Inglês de Souza que o cônego Daltro aconselha:

Exmo. Senhor, abstendo-me de fazer a V. Ex. qualquer observação sobre os males que devem resultar para o indivíduo e para a sociedade do ensino sem Religião, como os Catholicos, como o Cônego e como o indigno delegado de S. Ex.^a nesta Província; em nome da mesma Província, da Santa Religião que professamos, (...) em homenagem ainda aos sentimentos Religiosos da V. Ex.^a ouzo pedir-lhe, que si digne reconsiderar seu acto de 04 de julho, e de restabelecer o curso de Religião no referido Lyceu, ultimamente elevado por V. Ex.^a à categoria de Escola Normal.

Havendo essa “reconsideração”, diz o cônego Daltro: “em vez de deprimir, mais elevará ao saber (...) de V. Ex.^a e attrahirá as bênçãos do Céu sobre V. Ex.^a e sua benéfica administração.” Por fim, o presbítero deixa ao presidente um conselho: “Nutro, porém, a esperança de que V. Ex.^a continuará a manter (...) o ensino da religião, que é a do Estado (...) que é uma das mais sagradas garantias dos cidadãos, e, por isso, não impeça que os alunos tenham a formação religiosa dos seus pais.”¹³³

Os debates na imprensa sergipana entre o padre Olympio Campos e o presidente Inglês de Souza, ou melhor, *Homo*, ou ainda, como anedoticamente se nominou depois *Francisco Antônio da Silva*, duraram quatro meses, contabilizaram dezesseis publicações assinadas pelos respectivos personagens, sendo 13 artigos rubricados pelo padre na *Gazeta do Aracaju* e três cartas emitidas através das páginas do *Echo Liberal*, correspondências essas que o padre entendeu que foram pronunciadas pelo presidente Inglês de Souza, sendo duas assinadas pelo desconhecido *Homo* e uma pelo irônico *Francisco Antônio da Silva*.

Os temas que inflamaram o pleito do padre Olympio Campos e de seu opositor estiveram centrados em quatro eixos de discussão: “1º A influencia do Romanismo, 2º O *Catholicismo* e o positivismo, 3º O padre romano como educador da mocidade, e 4º A diferença entre o *Christianismo* e o *Cathollicismo*, além das questões com que estas theses

¹³² APES. AG4-27. Correspondências Recebidas e Recebidas ao Presidente e Vice-Presidente da Província de Sergipe. Indicação da fonte retrocitada: Claudefranklin Monteiro Santos.

¹³³ Id., Ibid.

[tinham] relação”¹³⁴, mas sempre trazendo para o debate as problemáticas locais que originaram as calorosas denúncias na imprensa - o que fez o suposto pseudônimo do presidente Inglês de Souza afirmar em seu segundo artigo que: “Escolhamos que a imprensa aceite, V. Revm.^a, a discussão no pé em que a colocou no seu 1.º artigo e achará sempre prompto a destruir o funesto e ridículo edifício do romanismo ao seu atento venerador e criado.”¹³⁵

No dominical 21 de agosto de 1881, *Homo* remete o que vem a ser sua última correspondência ao padre de Aracaju nas páginas do *Echo*. Na verdade, o que traz o interlocutor alônimo é uma pequena nota onde informa que, por “motivo imperioso, obrigame a interromper esta correspondência (...) retiro-me por algum tempo da província a negócio urgente (...) volto breve, porém, e breve terá V. Revm.^a a resposta de sua última missiva. Não perderá nem V. Revm.^a nem o assumpto, com a demora.”¹³⁶

Mesmo após a terceira e última epístola emitida por Inglês de Souza, assinando como *Homo* nos fins de agosto de 1881, o padre Olympio Campos dá prosseguimento à exposição de seus textos na *Gazeta do Aracaju*. Nos sábados que seguiram aos meses de agosto, setembro e outubro de 1881, o vigário torna públicas suas aspirações em relação ao presidente Inglês de Souza e a seu suposto pseudônimo, *Homo*, retrucando ferozmente a Reforma da Instrução empreendida por aquele. Mesmo depois do silêncio do presidente, ou melhor, de *Homo*, ou até mesmo do jocoso *Francisco Antônio da Silva*, na imprensa, o padre Olympio Campos publica ainda oito artigos na *Gazeta do Aracaju*.¹³⁷

Em 1882, o vigário Olympio Campos transforma seus artigos em um livro intitulado *O ensino Religioso na Escola Normal da Província de Sergipe*¹³⁸, texto de 155 páginas publicado pela tipografia da *Gazeta do Aracaju*, instalada na Rua Itaporanga, número 20.

1.5 DAS AMARELADAS FOLHAS À ALVA BROCHURA

O que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? O que produz?¹³⁹

¹³⁴ ECHO LIBERAL. Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos. Ano. III, Nº. 02, p. 02.

¹³⁵ Id., Ibid. p. 02.

¹³⁶ ECHO LIBERAL. Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos. Ano. III, Nº. 03, p. 02.

¹³⁷ Os oito últimos artigos do padre Olympio Campos na *Gazeta do Aracaju* foram publicados respectivamente em: 03/09/1881; 10/09/1881; 17/09/1881; 24/09/1881; 01/10/1881; 09/10/1881; 15/10/1881 e 22/10/1881.

¹³⁸ CAMPOS, Olympio de Souza. **O ensino religioso na escola normal da Província de Sergipe**. Aracaju: Typ. Da gazeta do Aracaju, 1882. Obs: Obra encontrada para consulta no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

¹³⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. v. 03. p. 45.

No embate entre a dupla conceituação de *história*, referindo-se ao mesmo tempo à interpretação do vivido e à produção de conhecimento, destaca-se, nessa dúplice ação, o caráter de autorreflexão que tem o conhecimento histórico, sendo esse talvez o maior diferencial da História no conjunto das ciências humanas, atribuindo ao conhecimento histórico um regime de historicidade, onde, utilizando-se das ferramentas da historiografia, o pesquisador deve buscar compreender as contribuições daqueles que o precederam.

Debruçando-nos sobre a historiografia sergipana e imergindo nos domínios da História da Educação que demarcam como temporalidade as últimas décadas dos oitocentos, conseguimos perceber, facilmente, em meio a essa ampla produção, o conjunto de reformas empreendidas pelo presidente Inglês de Souza na Província de Sergipe, a partir do decreto de 04 de julho de 1881.

Foi a partir das pesquisas realizadas pela historiadora sergipana Maria Thetis Nunes que, pela primeira vez, a Reforma da Instrução Pública hasteada por Inglês de Souza ganhou eminência na historiografia com a publicação de *História da Educação em Sergipe* (1984), fazendo com que desse valioso trabalho de síntese inúmeros outros surgissem através de artigos, monografias, dissertações e teses.¹⁴⁰ Nesse sentido, as pesquisas apresentam Inglês de Souza como protagonista de uma Pedagogia Moderna, além de inovar em suas propostas de formação e qualificação dos professores, vendo estes, já no século XIX, como sujeitos-chave no processo de formação social através da educação.

Os historiadores da educação mostram o que Inglês de Sousa põe em circulação é uma pedagogia laicizada, liberal e ilustrada, que busca se projetar por intermédio dos conhecimentos científicos que possui o Positivismo como um dos principais referenciais de análise. Advoga-se a secularização da sociedade, não havendo na escola espaço para se ministrarem temas concernentes a religião - saber considerado abstrato e que não prepara para o mundo moderno, propostas estas que iam ao encontro do que estabelecia a instrução pública no Império.¹⁴¹

¹⁴⁰ Entre aqueles trabalhos que estão no campo da História da Educação destacamos os produzidos por Nunes (1984), Ferreira (1997), Nascimento, Freitas e Nascimento (2002), Valença (2003), Santos (2004), Nascimento (2004), Santana (2004), Santos (2004), Andrade (2006) e Schneider (2007) trabalhos que destacam a reforma proposta por nosso personagem para a instrução pública na Província de Sergipe, discutindo suas ideias e o processo de resistência implementado pelos representantes da instrução pública local.

¹⁴¹ SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública:** atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Nos já clássicos *História da Educação em Sergipe* (1984) e *Sergipe Provincial II* (2006), a professora Thetis Nunes propõe demonstrar como a reforma da educação implementada por Inglês de Souza em Sergipe enquadra-se em um conjunto de mudanças que vinham sendo edificadas na Europa e respingavam também no Brasil, sobre a diligência do ceticismo, do negativismo religioso, além da aceitação das mais variadas correntes filosóficas que se erguiam naquele momento, desde o evolucionismo de Spencer, o transformismo de Darwin, o materialismo mecanicista de Büchner, o cientificismo naturalista de Haeckel, do positivismo de Comte, ao realismo de Zola e ao simbolismo de Baudelaire.¹⁴²

Igualmente, essas ideias influenciaram a publicação de várias obras no Brasil - hoje consideradas clássicas, mas que já apontavam os novos rumos que o mundo começaria a seguir, destacando-se *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo (1881); *Estudos Alemães*, de Tobias Barreto (1882); *O Descobrimento do Brasil*, de Capistrano de Abreu (1883); *A Carne*, de Julho Ribeiro (1886); *A História da Literatura*, de Sílvio Romero (1888), além das principais publicações simbólicas de Cruz e Sousa.

Mas, invariavelmente, a atuação de Inglês de Souza na Província de Sergipe é somente utilizada como ilustração para que seja possível visualizar alguns acontecimentos na História da Educação sergipana, sendo esse personagem uma figura emblemática que constantemente é trazida à tona, porém sem permanecer na superfície mais que algumas linhas, para depois desaparecer da narrativa, deixando a impressão de que, se não tivesse aparecido, não mudaria o ritmo dos acontecimentos. Afinal, a reforma proposta foi revogada tão logo a sua partida.

Por consequência, fica-nos claro que não era do interesse da historiadora Maria Thetis Nunes (1984) nem dos seus sucessores promover uma análise que fosse além da Reforma da Instrução Pública e dos seus significados históricos e pedagógicos, promovendo uma reflexão que perpassa de modo ainda bastante superficial sobre os fatos e as personagens envolvidas nessa trama que se ergueu quase instantâneos 11 meses em que Inglês de Souza esteve à frente da administração pública de Sergipe.

O já citado trabalho de síntese histórica de Maria Thetis Nunes enquadra-se em um modelo historiográfico típico dos anos 1960 e 1970, que tinha na esquerda isebiana,¹⁴³ onde a

¹⁴² NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984. p. 205

¹⁴³ Quando falamos em esquerda isebiana, referimo-nos ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, também conhecido como ISEB. Foi um órgão criado em 1955, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais. O Instituto funcionou como núcleo irradiador de ideias e tinha como objetivo principal a discussão em torno do desenvolvimentismo e, a princípio, a função de validar a ação do Estado, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Foi extinto após o Golpe Militar De 1964, e muitos de seus integrantes, os *isebianos*, foram exilados do Brasil. A maioria dos membros do ISEB era formada por pensadores nacionalistas, influenciados pelas ideias da Cepal, entre eles Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Alberto

sergipana foi estagiária e ligou-se teórica e metodologicamente, a intelectuais como Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, assumindo, assim, interpretações de caráter marxista em sua produção historiográfica, fazendo a referida pesquisadora ver a história através da constante e intensa luta de classe como força motriz para as transformações necessárias, buscando, assim, perceber as constantes intrigas entre dominadores e dominados, as intensas divergências entre exploradores e explorados, o que fez a mesma identificar, por consequência, os interesses que as classes dominantes defendiam e os mecanismos utilizados pelos dominados para burlar a ordem estabelecida, inserindo sempre sua análise em um contexto econômico mundial, nacional e local.

A partir desse caminho teórico, as ferramentas metodológicas por que Thetis Nunes optou ao deparar-se com a reforma educacional empreendida por Inglês de Souza, foram aquelas que muito influenciaram sua geração, e que tinham no método proposto pelo alemão Leopold Von Ranke bases sólidas, seguras e irrefutáveis para análise do passado. Amparando-se na documentação dita oficial, assim como pregava a *Escola Metódica*,¹⁴⁴ Thetis desenvolve um longo trabalho de pesquisa que, seguindo uma sequência cronológica, buscava abarcar quase que toda a história sergipana, desde a colônia e seus modelos educacionais até as primeiras décadas da república.¹⁴⁵

O trabalho de síntese produzido pela historiadora sergipana é de indiscutível importância para nossa historiografia, mas, limitando-se ao que propunha Ranke e seus interlocutores, Thetis Nunes deixava de lado sinuosidades importantes no processo de avaliação do conflito travado entre o presidente Inglês de Souza e o vigário Olympio Campos.

Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Antônio Cândido Mendes, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto, Carlos Estevam Martins, entre muitos outros. Teve também como colaboradores Celso Furtado, Gilberto Freyre e Heitor Villa Lobos. Entre os membros ilustres podemos citar Miguel Reale e Sérgio Buarque de Holanda. Entre seus alunos mais famosos, inclui-se Abdias Nascimento. TOLEDO, Caio Navarro. **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Caio Navarro de Toledo (org.) – Rio de Janeiro: Revan. 2005.

¹⁴⁴ O que aqui denominamos genericamente de *Escola Metódica* na realidade faz parte de um amplo bojo de transformações que ocorriam no mundo durante o século XIX e que tinha na História uma alternativa na construção de um saber científico. Por isso se espalham por toda a Europa, por essa época, os discursos nacionalistas que exaltavam sujeitos e nações que eram considerados a representação da civilização e do progresso. Com o propósito de fazer da História um conhecimento seguro, verdadeiro e irrefutável, Leopold Von Ranke, historiador alemão, separa a história da literatura e busca aproximar-se das ciências exatas, consideradas mais seguras, o que fez a história ir à procura de documentos ditos oficiais, pois só estes podiam transmitir a verdade exigida por esses historiadores. Além de Ranke, com o *historicismo* alemão, essas concepções espalham-se também pela França graças a historiadores franceses que estudaram em universidades alemãs, como Langlois e Seignobos, que criaram manuais introdutórios de história que se difundiram pelo meio acadêmico francês, nascendo assim uma *Escola Metódica* francesa, que também tinha na racionalidade e no rigor metodológico importante caminho na construção de uma História comprometida com a verdade. BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo. Editora Unesp, 2012.

¹⁴⁵ É importante destacar que grande parte da produção historiográfica da professora Thetis Nunes tem um caráter de síntese cronológica. Desde *Sergipe Colonial I* (1989) e *Sergipe Colonial II* (1996), passando pela *História da Educação em Sergipe* (1984), além de *Sergipe Provincial I* (2000) e *Sergipe Provincial II* (2006).

Isso porque a pesquisadora acreditava que a função do historiador seria criticar o documento no que estava explícito, ou seja, Ranke chama isso de crítica interna e externa. O historiador tinha sede pela verdade, não cabendo fazer qualquer questionamento dos fatos ou dos posicionamentos diante do documento, pois qualquer tipo de interferência impregnaria o documento de subjetividade.

O que nos faz rapidamente refletir acerca do conceito de historiografia, como produto intelectual dos historiadores, mas antes enquanto práticas culturais, podendo concluir que ela se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica, estando presa a um conjunto de ideias e conceitos, mas como os conceitos não são castelos soltos no ar, a historiografia é legitimamente uma análise que está no campo da história social, assim nos diz Malerba.¹⁴⁶

Esse caminho também é traçado por Certeau (2011), ao afirmar que o historiador fala de um lugar, de um contexto, estando todo o sistema de pensamento referindo-se a *lugares* sociais, econômicos e culturais específicos.

Nem toda erudição que o historiador possa ter é capaz de suprimir a particularidade do lugar de onde fala e do domínio em que realizou uma investigação. Essa marca é indelével.¹⁴⁷

Sendo a história o produto de um lugar, ela também leva no seu corpo teórico, metodológico, na escrita, na estética e em todas as intenções da instituição intelectual que a produziu, de seus componentes filosóficos, de suas opiniões teóricas, fazendo da História um legítimo campo de investigação, ou seja, uma História necessariamente conceitual.¹⁴⁸

Por esse viés percebemos que os caminhos desenhados pela historiografia sergipana até hoje têm apresentado os embates que envolveram personagens aqui apresentados sem levar em consideração as singularidades dos sujeitos, deixando de lado os meandros que compõem os interesses e as aspirações dos indivíduos, que, mesmo inseridos em um amplo e complexo conjunto de valores e princípios que regem a sociedade na qual estão inseridos, possuem desejos e anseios que os caracterizam de maneira singular, ou seja, são personagens compostos de subjetividades.

Nesse caminho de reinterpretações da história, tem havido reações contra o predomínio das explicações que se voltam para análises meramente quantitativas, prendendo-se, muitas vezes, as estruturas e não se buscando o que está implícito, o que só se encontra nas entrelinhas do documento, das ações e das opções dos indivíduos, sendo o documento não

¹⁴⁶ MALERBA, Jurandi (org). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁴⁷ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. v. 03. p. 45

¹⁴⁸ MALERBA, Jurandi (org). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

uma peça fria e sem ação, mas um instrumento carregado de desejos e sentimentos; sendo o historiador que consegue varejar esse conjunto de subjetividades uma espécie de “monstro que fareja incessantemente sua caça.”¹⁴⁹

O que percebemos a partir da geração de 1970 é o retorno do sujeito, o retorno do ator, como bem nos mostra Peter Burke ao promover um debate em torno da *História e teoria social* (2012). Por isso os simpatizantes de Marx e Braudel vêm sendo acusados de excluírem os sujeitos do processo histórico na medida em que realizam estudos acerca de estruturas estatísticas em detrimento das mudanças ao longo do tempo, levando Burke a apontar:

Todas essas discussões acerca da relação entre os indivíduos e as sociedades ocupam um terreno intermediário entre as asserções convencionais de liberdade ou determinismo. Tratam do possível “encaixe” entre razões públicas e motivos ou emoções privadas. Apontam para as pressões sociais sobre os indivíduos, às quais é mais ou menos difícil (mais do que impossível) resistir. Observam a existência de restrições sociais, mas as veem como algo que reduz a área de escolha, mais do que algo que exige que o indivíduo se comporte de determinada maneira. De qualquer modo, pode-se considerar que as estruturas tanto autorizam como constroem os agentes, tanto individuais como coletivos.¹⁵⁰

Exatamente no encaixe de perpassar esse sujeito, o mundo no qual ele está inserido e dele é resultado, iremos nos municiar dos mecanismos que o fazer História, no campo da Cultura, nos proporciona para entendermos não apenas os mecanismos de produção utilizados por esses sujeitos culturais, mas também os processos de recepção do que é produzido pelo mesmo.

Assim, nos amparamos no já clássico guia de Carlo Ginzburg para fundamentar os primeiros passos que precisamos dar em direção a uma possibilidade interpretativa do que nos propomos aqui trabalhar, consoante o historiador italiano fundado na ideia de que se “a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios – que permitem decifrá-la”¹⁵¹ deixando clara a relação que faz do historiador com o detetive.

Nesse sentido, o historiador detetive não entende a realidade como sendo transparente, e por isso vai além daquilo que é dito, vê além do que é mostrado, exercitando seu olhar para os traços secundários, para os detalhes e para os elementos que, sob um olhar menos arguto e

¹⁴⁹ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54.

¹⁵⁰ BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo. Editora Unesp, 2012. p. 209 e 210.

¹⁵¹ GUINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 117.

perspicaz, passariam despercebidos. Nesse caminho ele não encontrará uma verdade, mas um horizonte de possíveis verdades.¹⁵²

[...] o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas.¹⁵³

Portanto, quando aqui nos reportamos ao passado para analisar os embates entre personagens tão antagônicos, será possível decifrar a realidade por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, através das quais os homens expressam, a si e ao mundo em que estão inseridos, o que faz deste trabalho enquadrar-se nos modelos teóricos metodológicos legitimados pela nova história cultural, que vem ganhando força desde a década de 1980, articulando a história com outras disciplinas, a exemplo da antropologia, da linguística e da sociologia.

A história cultural aqui destacada não se refere à já superada história das mentalidades nem ao radicalismo das teorias literárias que levaram a história ao total relativismo e à mera ficção. Utilizamo-nos de uma acepção mais ampla de história cultural que passa por um estado de maturação a partir das décadas de 1980 e 1990, quando suas referências deixam de ser a estrutura, as classes sociais, e passam a ser os indivíduos, mostrando muito interesse nos fenômenos isolados e singulares, renascendo o interesse pela narração e pela micro-história.

Fica claro, para nós, que a nova história cultural rejeita o reducionismo do historicismo clássico e da história econômica, abandona o sonho da objetividade, reconhece o papel fundamental da imaginação na reconstrução histórica, deixando de lado as antigas aspirações ingenuamente totalizantes, optando por um caminho interpretativo cuja compreensão prevalece sobre explicação.¹⁵⁴

Na busca de decifrar o mundo de pertencimento dos nossos personagens, utilizaremos o procedimento da micro-história na tentativa de reinterpretar o vivido, como em um jogo de variação da escala de observação, com o propósito de perceber os personagens e suas ações, reconhecendo a importância de identificar a atuação desses indivíduos diante do mundo de que fazem parte.

¹⁵² PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49.

¹⁵³ Id., Ibid. p. 51.

¹⁵⁴ AURELL, Jaume. **A Escrita da História**: dos positivismos aos pós-modernismos. Tradução: Rafael Ruiz. São Paulo: Sita-Brasil, 2010. p. 181.

Desse modo, enquanto representação social, a identidade é vista como uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade.¹⁵⁵

Percebem-se, assim, as minúcias constitutivas dos indivíduos na trama, e a identidade se constitui a partir da verificação de uma alteridade, pois um só existe perante o outro, sendo, essas identidades, construídas socialmente a partir de escolhas, experiências, traumas, conquistas - e tudo mais que colabora para forjar os sujeitos.

Partindo da identificação dos indivíduos envolvidos e de seu mundo de pertencimento, conseguiremos percebê-los envoltos na “trama social” de pequena abrangência, mas que revela a tensão latente na sociedade em geral, deixando clara a dramatização de preocupação com *status*, em que se consegue entrever, ao desvelar, o conflito entre o presidente Inglês de Souza e o padre Olímpio Campos - mais do que um evento que representa o simples fim da cadeira de ensino religioso da Escola Normal da Província de Sergipe, ou ainda, a quase ingênua divergência entre o religioso e o anticlerical administrador, assim como os trabalhos produzidos pela historiografia sergipana até aqui mostrados.

Assim, ao modificarmos a escala de observação e perscrutarmos com minuciosidade e afinco os caminhos emaranhados que circundam nossos personagens, farejando quase que, com instinto de fera em busca de presa, alcança-se o propósito de acessar e interpretar o amplo e complexo universo cultural que está no entorno dos discursos desses personagens e que deles se fazem representantes,¹⁵⁶ optando-se aqui por dar maior evidência às ações e ideias apresentadas por Inglês de Souza.

O caminho aqui é o exercício descrito por Ginzburg (1989) como o processo de entrelaçar “provas” e “possibilidades”, o “verdadeiro” e o “verossímil”, buscando, através dos alfarrábios da história, as estratégias da produção da memória, vasculhando cuidadosamente o silêncio que é construído nas fontes.¹⁵⁷

Através da minudência trazida pelos filtros da documentação¹⁵⁸ conseguiremos fazer de Inglês de Souza um fio condutor de seu mundo, puxando a partir dele outros fios que nos

¹⁵⁵ HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2002.

¹⁵⁶ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

¹⁵⁷ GUINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 117.

¹⁵⁸ Municiamo-nos dos dados presentes no Arquivo Publico do Estado de Sergipe – APES, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, na Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória e da Biblioteca Nacional, além do Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis. Algumas das fontes perscrutadas: Relatórios dos Presidentes da Província de Sergipe, correspondências recebidas e expedidas dos poderes executivo e legislativo entre maio de 1881 e março de 1882, atas das seções da Assembleia Provincial de

levam ao abstruso universo cultural que o rodeia, fazendo do presidente da Província sergipana um guia a nos conduzir aos lugares por onde passou, entre as pessoas com quem conviveu e de quem recebeu influências e também influenciou, colaborando para que possamos pensar o mundo de que Inglês de Souza fazia parte, sendo produto e produtor desse universo.

O interesse por esse personagem e por suas práticas não está em analisarmos o homem e sua biografia, mas sim, os efeitos que suas atitudes provocam e quem ele representa. É como analisarmos a pedra que é jogada no lago. Não queremos só saber do que é feita a pedra, mas também o porquê de os círculos se formarem na água quando aquela é lançada, à luz do que é apresentado por Duby (1993) como um aspecto referencial para que valorizemos as “ressonâncias” em detrimento dos “acontecimentos”.¹⁵⁹

Nesse sentido, perguntas ainda podem ser feitas para que melhor possamos entender as reais motivações que levaram ao conflito que se erigiu em Sergipe, em meio à passagem de Inglês de Souza por estas plagas: até que medida os embates entre Inglês de Souza e o padre Olympio Campos podem nos responder a que universo cultural pertencia o então presidente da Província de Sergipe? Em que a trajetória de vida de Inglês de Souza nos municia para compreendermos as reformas que este propôs para Sergipe? De que lugares e instituições vinham as ideias defendidas por Inglês de Souza? A que lugares Inglês de Souza pode nos levar? O que buscava representar? Que sociedade desejava formar?

Essas perguntas tornam-se necessárias para que, através delas, possamos mergulhar no mundo de pertencimento de Inglês de Souza, pois só assim conseguiremos, a partir de agora, ver outra versão sobre o conflito que se ergueu entre a catedral e o palácio provincial nos idos da década de 1880, sendo importante frisar que, quando falamos em outra versão, queremos agora escutar a voz de Inglês de Souza, voz essa que ainda não foi percebida pela historiografia sergipana, dando a entender que a versão propalada, oficialmente, foi a do padre Olympio Campos, que politicamente venceu a disputa, à sua época, mas não conseguiu apagar das laudas da história de Sergipe as pegadas incontestes de Inglês de Souza.

Sergipe, correspondentes aos 11 meses que Inglês de Souza esteve à frente da administração pública provincial, também foram analisados os regulamentos da Instrução Pública que foram modificados por duas vezes entre 1881 e 1882. Ainda no íterim de esmiuçar o pleito entre Inglês de Souza e Olympio Campos, temos nos jornais sergipanos importantes fonte de informações, pois estes trazem a fala das personagens de forma direta em seus artigos. Dentre os textos jornalísticos destacamos o jornal *Gazeta do Aracaju* como principal veículo utilizado por Olympio Campos, além da publicação desses artigos em um livro intitulado: *O ensino religioso na escola normal da Província de Sergipe*, de autoria do próprio padre, e o jornal *Echo Liberal* como instrumento de contraposição aos artigos do vigário, sendo utilizado por *Homo* e por Francisco Antônio da Silva.

¹⁵⁹ DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1993.

Pelos caminhos emoldurados nessa pesquisa, utilizaremos do conflito de pequena monta proposto por Geertz, a trama social, que envolveu o presidente Inglês de Souza e o padre Olympio Campos como um instrumento metodológico para chegarmos aos sujeitos e às respectivas versões alardeadas pelos mesmos, para, com isso, nos apropriarmos das ideias desses personagens e aí conseguirmos perceber as divergências, os desacordos e as dissonâncias existentes.

A partir da identificação das versões, optamos por aquela de que Inglês de Souza é legítimo representante; afinal, a vociferada e até oficialmente contada versão do onipresente monsenhor Olympio Campos já foi, de perto ou de longe, alardeada por inúmeras produções nos campos da História e da História da Educação, assim como apontamos algumas dessas pesquisas anteriormente.

Contar a versão de Inglês de Souza torna-se necessário por dois motivos. Primeiro porque suas reais intenções não foram entendidas quando aquele esteve por estas plagas; conseqüentemente, o que ficou para a posteridade foi o esquecimento, ou ainda, e o que é pior, o total desconhecimento sobre a passagem desse personagem por Sergipe. Afinal, quem associa a criação da Escola Normal de Sergipe a Inglês de Souza? Mas quem ousa desqualificar o real poder político exercido pelo celebrado monsenhor Olympio Campos nas primeiras décadas de nossa República?

A criação da Escola Normal e o debate pedagógico não são nosso interesse nessa pesquisa, muito menos a vida política do Deputado, Governador e Senador Olympio Campos, mas essas perguntas nos fazem refletir sobre as reações e as contribuições desse trabalho de pesquisa para a historiografia sergipana e também para a brasileira.

A segunda e, talvez, mais importante contribuição que podemos legar ao contarmos a versão a partir da perspectiva de Inglês de Souza encontra-se na possibilidade de se conseguir ter acesso ao complexo mundo de que Inglês de Souza fazia parte e a conseqüente construção de uma rede de relações estabelecida por Inglês de Souza em Sergipe. Por esse caminho, conseguiremos desmitificar as concepções historiográficas que até aqui apresentam Inglês de Souza como um sujeito isolado e desconexo da realidade sergipana, como se tivesse passado por Sergipe sem encontrar outros sujeitos que comungavam as mesmas ideias e eram por conseqüência produto do mesmo bojo complexo de fins do século XIX.

Mas será que as terras do cacique Serigy são tão atrasadas a ponto de não haver sujeitos igualmente ilustrados e afeitos às concepções de mundo vigentes naquele final de século? O discurso repressor que o padre Olympio Campos propagou contra Inglês de Souza

era de todos os sergipanos? Inglês de Souza não conseguiu consolidar uma rede de solidariedade em Sergipe, assim como deixa entender a historiografia?

As respostas para essas indagações só conseguiremos ao longo das laudas seguintes, e começaremos delineando esse caminho perscrutando o mundo de Inglês de Souza, tentando, em meio ao emaranhado de possibilidades que as fontes nos apresentam, desvelar quem era esse sujeito e como ele foi forjado a partir do tecido de que fazia parte.

02. O SUJEITO E SUAS ESCOLHAS: INGLÊS DE SOUZA COMO INTÉRPRETE DO MUNDO

Por telegrama, sabe-se que o s. exe., o sr.dr. Herculano Marcos Inglês de Sousa, partira antes de ontem da Bahia para esta cidade [de Aracaju] em vapor, com escala pela Estância.

Chegará, portanto, a esta capital, hoje s. exe., em companhia do dr. chefe de polícia que se achava na Bahia.

SS. Exes. Devem ter uma recepção condigna ao seu merecimento e posição que ocupam na sociedade.¹⁶⁰

O dr. Herculano Marcos Inglês de Souza.

-Como noticiamos em nosso número próximo passado, chegou a esta capital (...) vem s. exe. interprete fiel do gabinete de 28 de março, ser o continuador dessa política altamente liberal, (...).¹⁶¹

2.1 O INDIVÍDUO IMERSO NA SOCIEDADE OU A SOCIEDADE IMERSA NO INDIVÍDUO?

Ao longo dos séculos XIX e XX, as ciências sociais, ou humanas, como são costumeiramente intituladas hoje, traçaram caminhos que nem sempre se comunicavam, mas que procuravam explicar o processo de constituição da sociedade e a maneira como os indivíduos se comportavam em meio ao complexo jogo de valores, ideias e princípios que os cercavam, procurando identificar as ações desses agentes diante das principais instituições sociais.

Entre os mais importantes intelectuais contemporâneos que procuraram promover interpretações acerca da relação indivíduo *versus* sociedade, podemos destacar Karl Marx, Émile Durkheim, Wilhelm Dilthey, Max Weber, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.¹⁶² Vale a pena destacar que os referidos interlocutores das teorias sociais tinham suas opções e especificidades ao refletir em torno da suposta analogia sociedade/indivíduo. Faz-se mister destacar que não estamos inserindo esses pensadores em um mesmo bojo teórico e metodológico, pois esses se enquadram, a depender das circunstâncias, em campos opostos de observação.

¹⁶⁰ JORNAL DE SERGIPE. Presidente da Província. Ano XVI, nº 12, p. 3.

¹⁶¹ Id., Ibid.

¹⁶² Esses autores arrolados e as obras nas quais desenvolvem suas respectivas reflexões sobre a relação entre indivíduo e sociedade são: MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003; DURKHEIM, Émile. **Educação e sociedade**. Lisboa: Edições 70, 2001; WEBER, Max. Ação social e relação social. In: FORACCHI, Marialice, MARTINS, J. de Souza. **Sociologia e sociedade**. São Paulo: Livros técnicos e científicos, 1977; ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; e BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. 4ed. Campinas: Papirus, 1996.

Karl Marx, por exemplo, desenvolve seu foco sobre os indivíduos inseridos nas classes sociais, devendo o sujeito ser analisado de acordo com o contexto de suas condições e situações sociais de trabalho, já que produzem sua existência em grupo e não podem ser vistos de maneira isolada, afinal a existência é anterior ao indivíduo, sendo as condições estruturais de uma sociedade que levam o indivíduo, assim como os grupos e as classes sociais, para determinados caminhos.

Em uma lógica funcionalista defendida pelo fundador da Sociologia francesa, Émile Durkheim, a sociedade sempre prevalece sobre o indivíduo, dispondo de certas regras, normas, costumes e leis que asseguram sua perpetuação, sendo a sociedade ponto crucial na lógica durkheimiana, estando o indivíduo totalmente integrado e subordinado às instituições sociais. Ao contrário de Durkheim, vemos a clara oposição de Max Weber, sociólogo alemão, que vê nas ações dos indivíduos os elementos constitutivos da sociedade, acreditando que, partindo do indivíduo e de suas motivações, ações e interesses, consegue-se compreender a sociedade como um todo.

O "Breve Século XX", como o nomeia Eric Hobsbawm,¹⁶³, lega-nos dois grandes sociólogos que se dedicaram a perscrutar em que consiste essa complexa relação indivíduo/sociedade, procurando integrar esses dois polos: são eles o sociólogo alemão Norbert Elias e o francês Pierre Bourdieu, sendo inegável a contribuição desses para o amadurecimento das ciências sociais diante da complexidade apresentada pelo século XX, sendo importante destacar que o conjunto interpretativo de Elias e Bourdieu, em muitos aspectos, assemelha-se, mas, em tantos outros, enquadra-se em campos opostos.

Assim, iremos nos aproximar do conjunto interpretativo apresentado por Norbert Elias, acreditando que o referido cientista social nos ajudará a dar os primeiros passos rumo ao amadurecimento do nosso objeto de pesquisa, sendo Elias associado a outros intelectuais que muito colaboram para a ampliação do campo de visão do pesquisador, a exemplo do filósofo alemão Wilhelm Dilthey e do historiador francês François Dosse, que realizaram estudos interpretativos de fôlego, sobre sujeito, trajetória e biografia - análises que se adequam aos anseios de nosso trabalho de pesquisa, afinal, desejamos ver o indivíduo imerso em um corpo social, mas não imobilizado por ele, ou seja, o sujeito para além da racionalidade, para além dos limites que a sociedade lhe impõe.

¹⁶³ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991; tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Neste sentido, dialogar com Elias nos faz pensar sobre uma questão central: qual a relação entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular a que chamamos de “indivíduo” e da pessoa singular com a pluralidade? Ao acoplar termos aparentemente antagônicos como “sociedade” e “indivíduos”, Norbert Elias promove a antecipação de um uso mais antigo, estabelecendo um novo modo dos seres humanos individuais ligarem-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade.

O conjunto interpretativo desenvolvido por Norbert Elias para submergir na inter-relação entre “indivíduo” e “sociedade” muito nos ajuda enquanto historiadores, pois o sociólogo alemão nos mostra que essa relação entre o sujeito e o grupo precisa ser construída historicamente e, portanto, não existe enquanto tal em outras épocas e sociedades. Essas noções desenvolvidas por Elias são contextualizadas, possuindo uma afinidade eletiva com um determinado modo de vida, uma determinada forma de socialização, uma forma de produzir identificação e reconhecimento. Faz-se com que, por exemplo, se procurem as conexões entre linguagem, práticas sociais, história e biologia. E é somente nas relações e por meio delas que, nas palavras de Elias, “os indivíduos podem possuir características humanas, como falar, pensar e amar”.¹⁶⁴

Desse modo, percebemos, através do conjunto interpretativo sugerido por Norbert Elias, que toda sociedade grande e complexa tem, na verdade, duas qualidades: “é muito firme e muito elástica.” Em seu interior, constantemente se abre um espaço para as decisões individuais. Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm de fazer escolhas, e de suas escolhas, conforme a sua posição social, pode depender seu destino pessoal imediato, ou o de uma família inteira, ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro delas.¹⁶⁵

Mas, antes de concluirmos que o indivíduo goza de plena liberdade aos olhos de Elias, é preciso perceber que o sociólogo alemão aponta que:

(...) as oportunidades em que a pessoa assim se vê forçada a optar não são, em si mesmas, criadas por essa pessoa. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite, seu ato se entremeará com os de outras pessoas; desencadeará outras sequências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependem desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel.¹⁶⁶

¹⁶⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 68.

¹⁶⁵ Id., Ibid. p.. 48.

¹⁶⁶ Id., Ibid. p.. 48.

Entender o “indivíduo” inserido em uma dada temporalidade e em um referido espaço é uma das grandes intenções de Elias, por isso ele muito colabora com as pesquisas no campo da história, uma vez que ver o “indivíduo” e a “sociedade” em movimento, em constante mutação, influenciando e sendo influenciada mutuamente.

Mas as contribuições de Norbert Elias tornam-se limitadas ao tempo em que necessitamos perceber as subjetividades do sujeito, os desejos, os sentimentos e as intenções que permeiam os caminhos que cada um desenha durante sua trajetória particular, para além do que impõe o grupo social do qual esse indivíduo faz parte.

Nesse sentido, enquadramos nosso trabalho na proposta apresentada pelo historiador francês François Dosse, ao identificar um novo caminho de interpretação do sujeito, através do que ele denomina “biografia hermenêutica”, fruto de um novo olhar que a historiografia lançou sobre o sujeito em fins do século XX, promovendo o “[...] retorno do sujeito após um longo eclipse sob o peso das estruturas.”¹⁶⁷

O que Dosse nos ajuda a entender é a guinada crítica ocorrida na historiografia francesa a partir da década de 1980, quando se buscou romper com o estruturalismo e com as generalizações demasiadas na interpretação da história. Dosse denomina esse rompimento como idade hermenêutica, ligada, sobretudo, à singularidade do sujeito, à reflexão sobre as heterogeneidades, às identificações diversas dos sujeitos no decorrer de sua trajetória, que não é mais linear e centralizada, mas apresenta reentrâncias e singularidades.

É o momento da biografia existencialista de Jean Paul Sartre, ao procurar a minudências da vida do jovem Gustavo em seu clássico livro *L’idiot de la famille: Gustave Flaubert de 1821 a 1857* (1971), é também a ocasião do uso da história oral, da valorização do indivíduo e da narrativa, da micro-história propagada mundialmente por Carlo Ginzburg em *O queijo e os Vermes* (2011), além de Jacques Le Goff, que promove o retorno do gênero biográfico na historiografia francesa em 1996, ao lançar o fruto de mais de quinze anos de pesquisa com o livro *São Luís – Biografia*, sem esquecer, é claro, Michel Foucault, com os depoimentos de um jovem assassino em *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (2011), e também da história psicológica de Sigmund Freud em sua pequena coleção, que engloba o já conhecido *Moisés e o monoteísmo* (1975).¹⁶⁸

É o rompimento com as biografias cronológicas da idade heroica, mas também com as biografias totalizantes, tais como as realizadas pela História Nova, que pretendiam dar conta

¹⁶⁷ DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma vida.** Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 252.

¹⁶⁸ Id., Ibid. p. 252.

do contexto a partir do sujeito. Segundo François Dosse, a idade hermenêutica caracteriza-se pela: “[...] variação do enfoque analítico, pela mudança constante da escala, que permitem chegar a significados diferentes com respeito às figuras biografadas.”¹⁶⁹

Nas bases dessas ideias defendidas por Dosse estão as de Wilhelm Dilthey e a sua forte oposição a uma “história científica” neopositivista, propondo a “compreensão” e a “interpretação” como a melhor opção para desvelar o humano e toda sua subjetividade. Para Dilthey, o que o historiador faz é compreender as “manifestações da vida”, do passado e do presente, de modo que se pode conhecer o sujeito aprendendo a olhá-lo, a escutá-lo, a observá-lo e a acompanhá-lo em suas expressões, sem jamais vê-lo como algo dado ou coisa. O outro é sujeito, uma subjetividade que busca adaptar-se ao mundo externo, transformando-se, e busca uma harmonia interna consigo mesmo e com os outros. Ele não é inteiramente opaco, pois aparece e se dá a conhecer em suas “expressões” e “manifestações de vida”. Essas “expressões de vivência” tornam o outro conhecido e levam o historiador a seu íntimo.¹⁷⁰

Para Dilthey, é possível perceber esse jogo de vai-e-vem, essa lógica em meio ao que aprisiona e o como libertar-se. Sendo assim, destaca o filósofo:

Uma riqueza vital infinita desdobra-se na existência singular das pessoas por força de suas ligações com o seu meio, com os outros homens e com as coisas. Todavia, cada indivíduo é ao mesmo tempo um ponto de cruzamento de conexões que atravessam os indivíduos, que subsistem neles, mas que se estendem para além de suas vidas e que possuem, por meio do conteúdo, do valor e da finalidade que neles se realiza, uma existência autônoma e um desenvolvimento próprio.¹⁷¹

Desse modo, Dilthey procura entender as ações dos sujeitos a partir de um olhar bastante aguçado, através da “compreensão empática”, subdividida entre elementar e superior, revelando o mundo dos indivíduos e de suas criações. Os instrumentos utilizados pelo filósofo alemão são aqueles que compõem o que ele chama de “ciências do espírito”, ou melhor, as ciências humanas, podendo o indivíduo ser compreendido graças ao que há de comum entre os seus pares, mas também vendo o sujeito criativo, que consegue movimentar-se, mover-se com certa autonomia, não se limitando à comunidade histórica na qual se encontra inserido.

¹⁶⁹ DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: Escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 359

¹⁷⁰ DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Tradução de Marcos Casanova. São Paulo: Editora da UNESP, 2010 Apud REIS, José Carlos. Sobre a “compreensão” em História: Dilthey (1833-1977) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920). In: ARAUJO, Valdeci Lopes. **A dinâmica do historiador**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 63 a 80.

¹⁷¹ Id., Ibid. p. 94

Sendo um garimpeiro astuto, o historiador busca ir além da “compreensão elementar”, que limita seu campo de visão àquilo que é comum a todos os indivíduos de uma dada sociedade, tornando-se possível somente através da “compreensão superior” ver o sujeito que se destaca e se diferencia de seu universo cultural e burla a pura racionalidade, fazendo com que o pesquisador tenha que partir para os sinais, os indícios, as pegadas que o personagem deixa em sua fala, em seus escritos e seus atos e, até mesmo, no silêncio, no vazio de informações.

As luzes lançadas no século XIX por Dilthey muito ilustraram François Dosse ao realizar uma longa e minuciosa análise da escrita biográfica ao longo da história¹⁷², fazendo com que o historiador francês percebesse que na biografia, seguindo a aposta diltheyminiana, consegue-se ter acesso a um mundo histórico mais amplo e mais complexo que a vida particular, pois “a relação com o mundo vital se efetua graças à mediação de personagens e à evocação de sua existência individual”¹⁷³, sendo a biografia histórica a mescla de exigências documentais aspirantes à verdade e da natureza narrativa da exposição de ações, emoções e sentimentos de um indivíduo que representa o mundo a que pertence, mas também tem em sua trajetória singularidades.¹⁷⁴

Peter Burke, ao refletir sobre “o retorno do ator” na produção historiográfica da década de 1980, deixa claro ser preciso amadurecer os debates em torno da possibilidade de combinar análise estrutural com análise histórica, sobretudo no que diz respeito à relação entre atores individuais e o sistema social – em outras palavras, o problema do determinismo *versus* liberdade, sendo esse debate problema perene da filosofia. Uma das alternativas dadas por Burke para ligar estrutura e agência seria a psicologia, ou como se chamou nos EUA na década de 1950 a “psico-história” ou “psicologia histórica”, como é comumente nominada hoje. Mas esse tão propalado encontro entre história e psicologia parece que vem sendo adiado, mesmo entre aqueles que o defenderam desde o princípio¹⁷⁵.

¹⁷² A produção de biografias talvez tenha sido uma dos primeiros gêneros da escrita histórica desde que o homem inventou a escrita, mas, invariavelmente, esse modelo de contar histórias tem passado por um longo eclipse ao longo dos séculos da ciência, o XIX e XX respectivamente. Com o propósito de lançar um novo olhar sobre essa modalidade do fazer história, Dosse, nesse livro, empreende uma história do gênero biográfico observando uma espécie de “libertação” desde o início dos anos de 1980: as ciências humanas, em geral, e os historiadores, em particular, redescobriram as facetas da biografia. Dosse mostra que a biografia se tornou, hoje, um bom campo de experimentação para o historiador. DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma vida**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

¹⁷³ DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma vida**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 341.

¹⁷⁴ Id., Ibid. p. 408.

¹⁷⁵ BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo. Editora Unesp, 2012. p. 204 e 205

Por esses caminhos até aqui sugeridos, percebemos os meandros e as sinuosidades que compõem o indivíduo e até que ponto a sociedade o molda, fazendo do sujeito um produto das circunstâncias sociais, mas não o transformando em servo de uma estrutura que o alucina, deixando-o cego e sem alternativas.

É em busca do indivíduo, ou seja, de Inglês de Souza e do seu universo cultural que iremos a partir de agora tentar percorrer os lugares por onde esse sujeito passou, as instituições que representou, as pessoas com quem conviveu, os amigos conquistados, as relações tecidas, os cargos ocupados, as leituras promovidas, as alianças firmadas e as ideias que propalou.

Acreditamos, assim como Norbert Elias, que Inglês de Souza, em contato com a sociedade que o circundava, tornou-se produto dela, do mesmo modo que intervinha em seu curso, mas não se manteve imparcial diante dos seus desejos e aspirações, burlando, até certo ponto, a ordem das coisas; expondo seus desejos e intenções ao engendrar um mundo que atendesse a seus anseios mais particulares, à luz do que propõe Wilhelm Dilthey.

Interpretar as experiências do outro não é analisá-las a partir de conceitos e modelos sociais prontos e lógicos: é preciso buscar reviver as circunstâncias, reconhecendo sinais, movimentos, formas e fins. Talvez por isso o filósofo alemão Wilhelm Dilthey esteja tão presente nas ciências humanas hoje, propondo esse entrecruzamento entre realidade e ficção, entre história e literatura, exigindo do historiador maior compromisso com a estética, com a imaginação e o prazer do leitor; mas, é claro, sem esquecer o compromisso com as fontes e a aproximação da realidade.

José Carlos Reis, historiador brasileiro, ao interpretar o modelo interpretativo proposto por Dilthey, afirma que, sendo o teatro, a música, a literatura e o cinema visto como concorrente das ciências humanas, na medida em que “pensar” não é “viver”, logo, a ficção não se diferencia muito do pensamento e, enquanto imitação, encenação do vivido, pode se fazer representar com muito mais agudeza e densidade que a própria narrativa histórica, que é vista como científica e verdadeira.¹⁷⁶

¹⁷⁶ REIS, José Carlos. Sobre a “compreensão” em História: Dilthey (1833-1977) *versus* (e vice-versa) Weber (1864-1920). In: ARAUJO, Valdeci Lopes. **A dinâmica do historiador**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 63 a 80.

2.2 FORJANDO-SE O *MEDALHÃO*: INGLÊS DE SOUZA EM FRAGMENTOS DE TRAJETÓRIA

(...) E, um belo dia, o Conselheiro Saraiva [nomeia Inglês de Souza] presidente de Sergipe. (...).

Foi recebido pelo Imperador. Segundo ele próprio contava. D. Pedro II começou a dizer-lhe:

- Já o conheço de nome. Sei que é um môço-velho.

E quando [Inglês de Souza] declarou:

- Tenho instrução do Presidente do Conselho para fazer respeitar a liberdade eleitoral...

Retrucou-lhe o Imperador:

- Isto são histórias do Sr. Saraiva. Não persiga os seus inimigos. Pode proteger os seus amigos.¹⁷⁷

Nomeado presidente da Província de Sergipe pelo Conselheiro José Antônio Saraiva,¹⁷⁸ Herculano Marcos Inglês de Souza é empossado em 18 de maio de 1881, estando à frente da administração provincial até 22 de março de 1882.

Figura 01: Inglês de Souza



Fonte: Acervo da Academia Brasileira de Letras.

¹⁷⁷ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 108

¹⁷⁸ Ministro do Império entre 1880 e 1882. Filiado ao Partido Liberal e monarquista, foi o criador do projeto de reforma eleitoral, aprovado em 9 de Janeiro de 1881, que veio a ser designado como Lei Saraiva, que modificava as regras para a eleição de senadores, deputados gerais e provinciais, vereadores e juízes de paz. Foi também deputado provincial, presidente de província, ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Guerra, ministro da Marinha, ministro da Fazenda, senador do Império do Brasil de 1869 a 1889 e da República de 1890 a 1893. Em 15 de novembro de 1889, chegou a ser nomeado primeiro-ministro no lugar do Visconde de Ouro Preto por D. Pedro II, mas o fato sequer foi reconhecido devido ao golpe militar de 15 de novembro. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico - do Império à República**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. t. II, v. 5.

Inglês de Souza, como era comumente nominado, teve sua vida inter cruzada com a política partidária imperial a partir de 1876, quando da obtenção do título de bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi no dia 11 de novembro de 1876 que jovem advogado formou-se, com apenas 23 anos de idade, na quadragésima quinta turma daquela Instituição.

Com o título de bacharel, Inglês de Souza cumpria mais uma fase na conquista da carreira como homem público. Assume, posteriormente, o cargo de secretário do Tribunal de Relações, até 1879, além de estar sempre cercado por amigos parlamentares e intelectuais das mais diversas áreas do saber. A permanência de Inglês de Souza na cidade de São Paulo não demora muito: logo se transfere para Santos, onde residia sua família.

Na cidade do litoral paulista, Inglês de Souza amplia suas relações políticas, conseguindo construir uma rede de boa afinidade entre as mais prestigiadas cabeças. É convidado por José Bonifácio de Andrada, líder do partido liberal santista, para assumir o jornal *Tribuna Liberal*, que se tornará à época, órgão do partido, congregando espaço de iniciação profissional de companheiros de Inglês de Souza, a exemplo de Silva Jardim, Teófilo Dias, Oliveira Rocha e Homero Batista.¹⁷⁹

No mesmo período em que se muda para Santos (1876), Inglês de Souza casa-se com Carlota Maria Peixoto, sobrinha-neta de José Bonifácio, demarcando com o matrimônio a rede de relações que obtinha com a família Andrada, o que colaborou para sua ascensão política durante o Segundo Reinado.

Inserido no partido liberal e com estreita relação com representantes do governo, como eram os irmãos Andrada, galgar cargos era agora uma questão de tempo e oportunidade, pois bacharel e filho de importante jurista Inglês de Souza já era.

Por esses tempos, as teias de relações eram de suma importância para a carreira profissional de um jovem bacharel como Inglês de Souza, seja advogando ou exercendo cargos políticos. Ao narrar a participação de Inglês de Souza em um tumulto na cidade de Santos, em 1877, Otávio Filho, biógrafo e amigo muito próximo de nosso personagem, afirma que o mesmo é preso e logo é:

(...) solto por *habeas-corpus* concedido pela Relação de São Paulo (...) requerido pelo Conselheiro Carrão, lente do quinto ano da Faculdade de Direito, em face de uma justificativa promovida, pessoalmente, por José Bonifácio, o moço.¹⁸⁰

¹⁷⁹ OCTÁVIO FELHO, Rodrigo. **Inglês de Sousa**: 1º centenário de seu aniversário. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1955.

¹⁸⁰ Id., Ibid. p. 22

É nesse momento que Inglês de Souza é eleito deputado provincial com 712 votos, pelo partido liberal, para a 23ª legislatura da Província de São Paulo, representando o chamado distrito da Marinha, que compreendia a cidade de Santos. Como parlamentar participou ativamente das deliberações da casa legislativa paulistana, exercendo grande influência na criação e na implantação da Escola Normal paulista, ou ainda, como destaca o acadêmico Xavier Marques: “os seus trabalhos e discursos eram norteados por uma orientação segura e fecunda, exercendo influência salutar nas deliberações daquela casa”.¹⁸¹

Como integrava o Partido Liberal, Inglês de Souza estava inserido no grupo político que dava as cartas e ditava as regras do jogo junto ao imperador naquele momento. Tinha a maioria de deputados gerais e comandava o Gabinete “28 de Março” com o Conselheiro Saraiva, através de quem se conseguiu instituir o decreto 3.029, em 09 de janeiro de 1881. Esse decreto determinava a criação do título de eleitor e as eleições diretas para os cargos do legislativo, fosse nas assembleias legislativas gerais ou provinciais, e nas câmaras municipais.¹⁸²

Diante desse cenário de mutações do processo político brasileiro, Inglês de Souza é nomeado pelo presidente do Conselho de Ministros, José Antônio Saraiva, para presidir a Província de Sergipe e fazer realizar as primeiras eleições diretas provinciais naquelas plagas do norte. Segundo relatos de Paulo Inglês de Souza, filho do literato paraense, seu pai narrava que “o Partido Liberal se achava dividido na pequena província. A situação era delicada. (...) era preciso garantir a liberdade do voto, na (...) eleição que ia se processar.”¹⁸³

A chegada de Inglês de Souza a Sergipe causou grande interesse da imprensa, que relatou com certa euforia a presença do já conhecido jornalista e escritor. Assim destacam duas edições do *Jornal de Sergipe*:

É s. Exe. uma das mais fortes colunas do jornalismo do país, sendo distinguido como um escritor de primeira força, cujo estilo elegante e didático sabe corresponder perfeitamente ao assunto (...)¹⁸⁴

No duplo caráter de administrador dessa província e jornalista distinto, cumprimos a sua Exe. desejando que seja tão feliz por esta província a sua passagem (...)¹⁸⁵

¹⁸¹ MARQUES, Xavier. **Discursos**: academia brasileira de letras. Imprensa Oficial do Estado, 1920. p. 88.

¹⁸² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Monárquico - do Império à República. Rio de Janeiro: Difel, 1977. t. II, v. 5.

¹⁸³ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 108.

¹⁸⁴ JORNAL DE SERGIPE. Presidente da Província. Ano XVI, nº 12, p. 3.

¹⁸⁵ JORNAL DE SERGIPE. Atos Oficiais – Presidência da Província. Ano XVI nº 18 p. 1

Ao ser nomeado presidente de Sergipe, Inglês de Souza “não se limitou a presidir a eleição direta”, destaca Xavier Marque em um dos seus discursos na Academia Brasileira de Letras - ABL. Apesar de ter sido curta sua administração, de 1881 a 1882, teve tempo de remodelar a instrução pública, de viajar ao interior da província e cuidar dos meios de transporte, “chegando a levantar em um estabelecimento de crédito [de Aracaju] a quantia necessária para os estudos preliminares de uma linha férrea que ligasse Simão Dias a Sergipe”.¹⁸⁶

Essas ações do presidente Inglês de Souza também foram destacadas por Roberto Amorim Ferreira, ao defender sua monografia de conclusão de curso na Universidade Federal de Sergipe, em 1997, sob a orientação do professor Francisco José Alves. Assim, o jovem estudante sergipano traz à tona as principais ações do presidente no campo político e econômico, a exemplo da contenção de despesas que tinha o propósito de aperfeiçoar a arrecadação, gerando a possibilidade do melhoramento dos prédios públicos na capital e no interior de Sergipe.

Mas, segundo os dados arrolados pelo estudante Roberto Amorim Ferreira, a atuação de Inglês de Souza foi além dos cortes orçamentários, pois o presidente utilizou-se de sua influência na Corte para conquistar alguns benefícios para a Província.

Assim, destaca Ferreira:

Imediatamente o novo presidente autorizou a reforma no prédio central da polícia em Aracaju e nos distritos policiais das principais cidades do interior e em vários prédios municipais. Os presos prendados na arte de pedreiro e ajudante serviram à administração nas reformas e nas novas construções”. (...) Em agosto de 1881, Inglês de Souza usando de seu prestígio na Corte solicita ao amigo tesoureiro do Tesouro Nacional Bento Manoel de Carrezedo, um empréstimo para Sergipe no valor de 495 mil contos de reis para negociar as dividas.¹⁸⁷

Já no trato com as facções políticas locais, Inglês de Souza “soube opor uma resistência legal e pacífica aos vexames, aos desmandos, à quase desorganização que se notava na província e conservou sempre a mesma resistência na luta e a mesma moderação na vitória”, aponta ainda Xavier Marque. Uma das suas primeiras providências, ao chegar a

¹⁸⁶ MARQUES, Xavier. **Discursos**: academia brasileira de letras. Imprensa Oficial do Estado, 1920. p. 88.

¹⁸⁷ FERREIRA, Roberto A. **Política de Sergipe no século XIX**: o breve governo de Herculano Marcos Inglês de Sousa (1881-1882). 1997. 33 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe. 1997. p. 07 e 08.

Sergipe foi transferir para a Bahia a guarnição militar, que se havia revoltado. O Governo imperial, reconhecendo-lhe os bons serviços, agraciou-o com o oficialato da Rosa.¹⁸⁸

Sobre a passagem de Inglês de Souza por Sergipe e esse momento conturbado da política por essas paragens, o historiador sergipano Ibarê Costa Dantas nos municia com informações valiosas em um dos seus últimos livros, *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*, desenhando a partir da trajetória de vida do personagem principal da obra o contexto político em Sergipe e as influências da corte diante dos poderes locais, elucidando as disputas partidárias entre as agremiações políticas compostas por liberais e conservadores, além dos pleitos internos dos grupos.

Assim, Dantas argumenta que Inglês de Souza chega a Sergipe em meio ao racha do Partido Liberal, onde a conjuntura apresentava duas poderosas lideranças no mesmo partido, o comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto *versus* Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão da Estância, título pelo qual era preferencialmente nominado. Tratava-se de lideranças que, apesar do grau de parentesco, pois eram cunhados, não comungavam dos mesmos ideais e queriam destinos diferentes para o partido, o que fez a agremiação liberal transformar-se em duas.¹⁸⁹

Sobre as eleições que Inglês de Souza presidiu em Sergipe, que ocorreram em outubro e novembro de 1881 algumas curiosidades sobre o pleito foram relatadas pelo próprio bacharel ao amigo e biógrafo Otávio Filhos, que relatou suas memórias em discurso proferido na ABL por ocasião do centenário de nascimento do literato paraense. Assim, o memorialista conta com curiosidade que, no dia que antecedeu a eleição, um chefe político do interior, o Coronel Fraga, interpelou Inglês de Souza dizendo:

- Vim buscar a força.
- Que força? – perguntou Inglês de Souza.
- A força militar; é preciso mostrar aos eleitores que estamos de cima. Agora o prestígio é nosso. É ou não é?
- Inglês de Souza, muito mais moço do que o Coronel Fraga, achando graça no pedido, manifestou-lhe o seu respeito, e disse, incisivo:
- Não dou força nenhuma. As instruções do Presidente do Conselho são claras. Nada de força, nada de violência. As eleições devem ser as mais honestas...
- O coronel ficou bestificado. Podia esperar tudo, menos aquela resposta.
- Mas não desistiu e disse:

¹⁸⁸ MARQUES, Xavier. **Discursos**: academia brasileira de letras. Imprensa Oficial do Estado, 1920. p. 89.

¹⁸⁹ DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel**: O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe (1825/1909). Aracaju: Criação, 2009.

– Está bem, Presidente. Se o senhor não me pode dar força, eu quero, ao menos, um clarim.

Diante do espanto do Presidente, o Coronel Fraga acrescentou:

– Eu não quero um homem que toque clarim, não senhor. Eu quero somente o clarim, o instrumento...

Inglês de Souza ordenou que fosse entregue um clarim ao desapontado coronel, que mandou ensinar os principais toques militares ao pajem que o acompanhava.

E quando este se manifestou perito em clarinadas, o coronel retornou viagem para a sua cidadezinha natal, onde precisava impor, definitivamente, o seu prestígio político. Calculou as coisas para chegar às portas da cidade antes do dia amanhecer. E mandou que o improvisado corneteiro soprasse a plenos pulmões o clarim da vitória... A população acordou espantada com aquela intervenção militar. O coronel escondeu o clarim numa moita, entrou em sua cidade e foi dizendo a todos, amigos e inimigos políticos:

– A força aí está cercando a cidade. Vocês não ouviram os toques de clarim? Pois é: o prestígio agora é nosso. E havemos de realizar a mais honesta das eleições...¹⁹⁰

O dito Coronel Fraga, citado por Inglês de Souza ao amigo Otávio Filho, é Hormino Rodrigues de Loureiro Fraga, que, como cadete, cursou o preparatório da Escola Militar durante seis anos, mas abandonou para assumir em 1883 a Alfandega de Manaus. A cidade natal que o referido militar deseja manter sob seu controle durante as eleições é o município de Rosário do Catete, reduto político de sua família.¹⁹¹

Inglês de Souza permaneceu em Sergipe até 22 de março de 1882, mas antes de se ausentar das terras do cacique Serigy¹⁹² nasceu, aos 11 de fevereiro daquele ano, na capital sergipana, Carlos Inglês de Souza, terceiro filho da longa prole que o então presidente iria constituir.

Saindo em direção à Província do Espírito Santo, onde tinha sido nomeado presidente por carta imperial, Inglês de Souza toma posse a 03 de abril de 1882, ficando à frente da administração provincial até dezembro do corrente ano, solicitando exoneração para assumir a cadeira de deputado provincial por São Paulo para a 24ª legislatura.

Na Província do Espírito Santos, Inglês de Souza pleiteou importantes reformas na Instrução Pública local, ao lado do também bacharel e jornalista Antônio da Silva Jardim. O que a reforma empreendida pelos jovens advogados ilustrados desejava era uma educação voltada para a realidade dos educandos e dos mestres: valorizava as capacidades sensórias e

¹⁹⁰ OCTÁVIO FELHO, Rodrigo. **Inglês de Sousa**: 1º centenário de seu aniversário. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1955. p. 25 e 26.

¹⁹¹ GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 227.

¹⁹² Líder indígena que lutou durante o século XVII nas terras do atual Estado de Sergipe contra a dominação portuguesa, só sendo derrotado em 1590 pelas tropas de Cristóvão de Barros. Nesse período as colônias portuguesas estavam sob a tutela do rei Felipe II da Espanha, eram os tempos da União Ibérica.

cognitivas dos alunos, na construção de um cidadão crítico e reflexivo e não só um reproduzidor de padrões estabelecidos, implantando o chamado método indutivo, como nos aponta Omar Schneider no longo trabalho de pesquisa que realizou para seu doutoramento.¹⁹³

O que Inglês de Souza põe em circulação na Província do Espírito Santo, com a ajuda de Silva Jardim, é algo bastante semelhante ao que fez em Sergipe no ano anterior, advogando uma pedagogia laicizada, liberal e ilustrada, que busca se projetar por intermédio dos conhecimentos científicos e que possui o Positivismo como um dos principais referenciais de análise.

Estar à frente da administração provincial foi de grande importância para que Inglês de Souza pudesse cumprir o ritual de ascensão política necessário naquele contexto, para que pudesse estar entre as cabeças mais poderosas da Corte, afinal, como nos apresenta José Murilo de Carvalho em seu estudo *A Construção da Ordem: a elite política imperial*¹⁹⁴, era preciso adquirir experiência e isso só era possível através de um processo hierárquico que tinha como prerrogativa assumir determinados postos políticos.

Desse processo, afirma Carvalho, nasce a própria estabilidade do sistema político imperial, a qual permitia a construção de longas carreiras políticas entre os representantes da elite¹⁹⁵, colaborando para que se estabelecesse profundo acúmulo de experiências governamentais.¹⁹⁶ Sendo essa elite imperial ordenada na seguinte sequência, segundo Carvalho: magistrados, deputados provinciais, presidentes de província, deputados gerais, senadores, conselheiros de Estado, ministros e presidente do Conselho de Ministros. A distribuição desses cargos era realizada de maneira a atender os interesses dos mais diversos representantes dos poderes locais ou da Corte, fazendo com que a elite pudesse circular pelo país assumindo postos nos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Sendo assim, a circulação geográfica era de suma importância para o estabelecimento de uma carreira política, sendo essa movimentação fundamental, principalmente para os jovens presidentes, como foi o caso de Inglês de Souza, para ganhar experiência. Esse

¹⁹³ SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública**: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** – a elite política imperial; Teatro de sombras – política imperial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹⁵ A maneira como José Murilo de Carvalho se apropria do termo *elite* é para referir-se a um grupo de homens que se caracterizam por certa homogeneidade, particularmente no que se refere à ideologia e ao treinamento, tanto advindas da formação superior como por serem recrutados entre os setores sociais dominantes. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** – a elite política imperial; Teatro de sombras – política imperial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** – a elite política imperial; Teatro de sombras – política imperial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 93.

processo era o caminho para se galgar acesso a outros postos da administração imperial, pois as regras da ascensão tinham como prerrogativas o acúmulo de conhecimento e o trato com a burocracia do Estado.

Os presidentes de província tinham, assim como nos mostra José Murilo de Carvalho, uma das mais importantes funções para a manutenção da unidade e do bom funcionamento do Império, além dos bons salários e da oportunidade de acelerar sua carreira política, cogitando uma eleição para a Câmara dos Deputados e, logo após, para o senado.

As atribuições de um presidente de província eram muitas. Desde outubro de 1834, as funções desses políticos foram definidas através da Lei nº40, que fazia parte do Ato Adicional¹⁹⁷. Segundo a respectiva norma, como é explícito no seu artigo 1º, “o Presidente da Província é a primeira autoridade dela”. Sua nomeação era uma prerrogativa do imperador e ele não tinha um período fixo de mandato a ser cumprido, podendo ser substituído a qualquer momento, conforme estabelece a Constituição. Diz à lei que: “Haverá em cada Província um Presidente, nomeado pelo Imperador, que poderá ser removido quando se entender que assim convém ao bom serviço do Estado”.¹⁹⁸

Ainda sobre as atribuições dos poderes provinciais, determina o artigo 6º que cabe às Assembleias Legislativas Provinciais nomear “seis cidadãos para servirem de Vice-Presidente, e um no impedimento do outro”, e complementa: “A lista deles será levada ao Imperador, por intermédio do Presidente da Província, e com informação deste, a fim de ser determinada a ordem numérica da substituição”.¹⁹⁹

Mas, no Império, para ascender a esses níveis tão áureos dos que ocupavam cargos administrativos, era necessário adequar-se a alguns pré-requisitos: o primeiro e mais importante era ter um diploma de estudos superiores, especialmente o de bacharel em Direito, pois, a partir daí a entrada no cenário público dava-se preferencialmente pela Câmara dos Deputados, ou através de um cargo no judiciário. Atendido esse ponto “estava-se a um passo

¹⁹⁷ Conjunto de modificações promovidas na Constituição Política do Império de 1834 diante de uma série de movimentos revolucionários que vinham acontecendo nas províncias brasileiras desde a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Sendo o Ato Adicional, segundo José Murilo de Carvalho (2002), fomentado principalmente por políticos conservadores que buscavam dirimir os problemas pelos quais o Império estava passando no início da década de 1830. Com revoltas explodindo em todo território nacional, o Ato Adicional foi uma tentativa de acalmar os ânimos concebendo um pouco mais de autonomia para as províncias. CARVALHO, José Murilo de. **Paulino José de Sousa, Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002

¹⁹⁸ Os presidentes de província passaram a ser nomeados em 1824, quando a *Constituição Política do Império do Brasil* foi promulgada e regulamentou-se esse cargo. As especificidades e atribuições de um presidente estão presentes no Título VII, Capítulo I. Artigo. 167. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1824, p. 72.

¹⁹⁹ Id., Ibid.

do círculo interno da elite, ao qual se tinha acesso por uma combinação de capacidades e patronato, exercendo o Imperador papel ativo na seleção.”²⁰⁰

A pouca idade para iniciar a carreira política não era problema - pelo contrario, assim como nos mostra Carvalho, a perspectiva de vida pública de um homem no século XIX não ia muito além dos 50 anos. “A idade média com que um político atingia o posto de ministro era em torno dos 44 anos, mas muitos conseguiam aos trinta, e alguns aos vinte”.²⁰¹ Pegando o exemplo de Inglês de Souza, percebemos que ele segue esse percurso também, afinal, iniciou sua carreira política aos 27 anos, quando foi eleito deputado provincial por São Paulo, assumiu a presidência de Sergipe aos 28 anos e a do Espírito Santo aos 29, sendo eleito novamente deputado ainda aos 29 anos.

Ser presidente de província no Império representava ter mais influência política que mesmo administrativa, sendo, segundo José Murilo de Carvalho, a mobilidade dos presidentes, em curtos espaços de tempo e em regiões cada vez mais opostas, fatores marcantes dessa forma de governo.

Os poucos meses que um presidente ficava em cada província representavam uma estratégia do governo para manter a estabilidade do Império. Nesse sentido, Carvalho nos apresenta os seguintes argumentos: “Num país geograficamente tão diversificado e tão pouco integrado, onde pressões regionais se faziam sentir com frequência, a ampla circulação geográfica da liderança tinha um efeito unificador poderoso”²⁰²

Essa estratégia governamental de circulação da elite possibilitava, ao mesmo tempo, o treinamento dos envolvidos no processo, a acumulação de experiência administrativa, a captação de potenciais aliados que colaborassem com o progresso administrativo do império e da ascensão dos sujeitos envolvidos, além de evitar que os administradores se identificassem demasiadamente com os interesses e as paixões mais particulares das regiões por onde passavam.

Os anos de 1881 e 1882 foram decisivos na trajetória política de Inglês de Souza. Afinal, se realizasse uma boa administração nas províncias que estavam sob seu comando, teria inúmeras portas abertas rumo à ascensão da carreira burocrática. As reformas educacionais que implantou em Sergipe e no Espírito Santo têm um duplo significado: primeiro a defesa de um conjunto de ideais em torno do que ele acreditava ser educação;

²⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** – a elite política imperial; Teatro de sombras – política imperial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. 4. p. 93.

²⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. **Paulino José de Sousa, Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 16 e 17.

²⁰² CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** – a elite política imperial; Teatro de sombras – política imperial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 96

segundo, o anseio por deixar sua marca pessoal na administração provincial, afinal, essa marca representaria, também, a conquista de *status* perante a corte.

Mas mais decisivos ainda para carreira política de Inglês de Souza foram os anos de 1883 e 1884, pois, nesse momento, diante de uma série de acontecimentos, arrolados nas linhas subsequentes, o jovem bacharel tomaria decisões no que se refere a dar continuidade ou a interromper sua carreira política.

Após dois anos à frente da administração provincial, primeiro em Sergipe e depois no Espírito Santo, Inglês de Souza chega a São Paulo em fins de 1882, com 47\$500, além da esposa e três filhos para completar sua fortuna - assim como relata Paulo Inglês de Souza ao recordar as histórias que seu pai contava ao rememorar algumas passagens de sua vida.²⁰³

Eleito deputado para a 24ª legislatura pela Província de São Paulo, em 1883, afastando-se da câmara paulista em 1884, Inglês de Souza dedica-se à advocacia e às Letras, despendendo nessa fase grande tempo para escrever um romance antigo, que há muito desejava trazer à luz, com o título *O sofisma do Vigário*, que, posteriormente, em 1888, dá espaço para um novo título, *O Missionário*, célebre obra literária de Inglês de Souza, que o fez ser conhecido em todo o país em 1891, quando o livro foi publicado pela Tipografia Diário de Santos e assinado sob o pseudônimo Luís Dolzani.

Entretanto, antes de ter estado à frente a administração da Província de Sergipe e do Espírito Santo, Inglês de Souza teve sua trajetória de vida alinhada aos estudos do direito na Faculdade do Recife e depois em São Paulo, além da produção de suas primeiras obras literárias.

2.2.1 Inglês de Souza perante Têmis²⁰⁴

O futuro de Inglês de Souza como advogado ou em outra área do direito era quase certo desde o dia do seu nascimento, lá no longínquo 28 de dezembro de 1853, quando vinha à luz, na cidade de Óbidos,²⁰⁵ Estado do Pará, como terceiro filho da destacada família do juiz Marcos Antônio Rodrigues de Souza.

²⁰³ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 108.

²⁰⁴ É uma divindade grega por meio da qual a justiça é definida, no sentido moral, como o sentimento da verdade, da equidade e da Humanidade, colocado acima das paixões humanas. Por esse motivo, sendo personificada pela deusa Têmis, é representada de olhos vendados e com uma balança na mão. Ela é a deusa da justiça, da lei e da ordem, protetora dos oprimidos. Na qualidade de deusa das leis eternas, era a segunda das esposas divinas de Zeus, e costumava sentar-se ao lado do seu trono para aconselhá-lo.

²⁰⁵ Em virtude da semelhança topográfica com a cidade portuguesa de Óbidos, Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, deu-lhe igual topônimo quando era governador do Amazonas. Foi elevada à condição de

Ainda na primeira infância, Inglês de Souza vai estudar no Colégio de Sotero dos Reis, no Maranhão, com o propósito de ter os primeiros contatos com as letras, podendo apreciar naquela escola, pela primeira vez, a escrita literária, através de um colega que leu para ele *Dom Quixote*.²⁰⁶ Ficou no Maranhão até ser enviado para o Rio de Janeiro, em 1867, com o desígnio de dar continuidade aos seus estudos. Iniciou na capital do Império o curso de Humanidades, no Colégio Perseverança.

Foi na corte que Inglês de Souza, no segundo ano de estudos, com apenas quatorze anos de idade, teve parte de seus livros confiscados pelo diretor da escola, por não considerar aquelas leituras adequadas para um jovem de pouca idade. Entre as obras apreendidas em posse do estudante, encontravam-se um romance – *Felipe de Monfort*; um drama – *A Justiça de Deus*; um poema herói-cômico – *Os Lopiadas* – alusivos aos paraguaios; e todo um caderno de poesias líricas e heroicas.²⁰⁷

Concluídos seus estudos de Humanidades no Rio de Janeiro, Inglês de Souza retorna às plagas do norte brasileiro, matriculando-se, com exatos dezoito anos, na Faculdade de Direito do Recife, no dia 08 de março de 1872, assim como consta em seu registro de matrícula do primeiro ano:

Aos oito de março de mil oitocentos e setenta e dois, nesta Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, presente o Secretário, compareceu Herculano Marcos Inglês de Souza, filho do Dr. Marcos Antônio Rodrigues de Souza, natural do Pará, de idade de 18 anos, para ser matriculado no 1º ano desta mesma Faculdade de Direito, e tendo satisfeito as condições exigidas pelos Estatutos, foi, por despacho do Senhor Diretor, admittido à matrícula do referido anno, assignando com o Secretário este termo, que para constar se lavrou [ilegível].

O Secretario da Faculdade
José Honorio Bezerra de Menezes
Herculano Marcos Inglês de Souza ²⁰⁸

cidade com a denominação de Óbidos, pela lei provincial nº 252, de 02-10-1854. Com população estimada para 2012 em torno de 49.763, tem uma área territorial de 28.021,419 Km². O município de Óbidos faz limites ao norte com o município de Oriximiná, a leste com os municípios de Almeirim, Alenquer e Curuá, ao sul com o município de Santarém e a oeste com os municípios de Juruti e Oriximiná, estando à margem esquerda do rio Amazonas e a 1.100 quilômetros de Belém, por via fluvial. Fonte: Estimativa Populacional 2013 (PDF). Censo Populacional 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1º de julho de 2013). Página visitada em 29 de novembro de 2013.

²⁰⁶ “Foi realmente esse o seu primeiro contato com a literatura de ficção. Ficou fascinado.” OCTÁVIO FELHO, Rodrigo. **Inglês de Sousa: 1º centenário de seu aniversário**. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1955. p. 20.

²⁰⁷ Todos esses relatos eram feitos pelo próprio Inglês de Souza ao filho Paulo Inglês de Souza, que, em entrevista ao repórter Francisco de Assis Barbosa, em 1944, no Jôquei Clube do Rio de Janeiro, recordou as histórias contadas pelo pai. BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 107.

²⁰⁸ Arquivo da Faculdade de Direito do Recife: Matrículas do 1º ano (1869-1887), livro nº 45, fl. 19.

Entre os quatro anos de estudos no Maranhão e os seis anos em que residiu no Rio de Janeiro, Inglês de Souza tardou uma década para voltar ao seio familiar, só conseguindo ir ao Pará durante as férias que antecederam o terceiro ano do curso jurídico. Tinha 21 anos, permanecendo em Óbidos por cerca de dois meses. Essa foi a última passagem de Inglês de Souza por sua terra natal, pois, durante sua estada no Recife, seu pai, Marcos Antônio Rodrigues de Souza, é transferido para São Paulo, onde é nomeado Desembargador das Relações na capital paulista e, depois, Juiz na Comarca de Santos.

O jovem estudante de Direito permanece no Recife, onde cursa os quatro primeiros anos da Faculdade de Direito, entre 1872 e 1875, assim como atestam os seus julgamentos de exames anuais, dos quais, para exemplificar, apresentamos o primeiro e último exames:

Exames do 1º ano

Aos vinte e oito de Outubro de mil oitocentos e setenta e dois nesta Faculdade de Direito do Recife, procedendo-se aos actos do 1º ano pelos Doutores João José Pinto Junior e Graciliano de Paula Pinto Baptista sob a Presidencia do Doutor José Antonio de Figueiredo distribuidos e regulados os votos, foi tomada em consideração a prova escripta foi Herculano Marcos Inglês de Souza aprovado plenamente.

Do que para constar foi este termo lavrado pelo Secretario da Faculdade, e assignado pelo Presidente e Examinadores.

Dr. José Antonio de Figueiredo
Dr. João José Pinto Junior
Dr. Graciliano de Paula Baptista²⁰⁹

O Secretario da Faculdade [ilegível]
José Honorio Bezerra de Menezes

Exames do 4º ano

Aos dez de Novembro de mil oitocentos e setenta e cinco nesta Faculdade de Direito do Recife, procedendo-se aos actos do 4º ano pelos Doutores Tarquinio Braulio de Souza Amaranto e Graciliano de Paula Baptista sob a Presidencia do Doutor Manoel do Nascimento Machado Portella distribuidos e regulados os votos, foi tomada em consideração a prova escripta foi Herculano Marcos Inglês de Souza aprovado plenamente. Do que para constar foi este termo lavrado pelo Secretario da Faculdade, e assignado pelo Presidente e Examinadores.

Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella
Dr. Tarquinio Braulio de Souza Amaranto
Dr. Graciliano de Paula Baptista

O Secretario da Faculdade
José Honorio Bezerra de Menezes²¹⁰

Os quatro anos em que Inglês de Souza esteve no Recife foram bastante frutíferos para ele, tendo sua vida acadêmica intercruzada à de figuras que muito influenciaram sua formação

²⁰⁹ Arquivo da Faculdade de Direito do Recife: Julgamento dos exames do 1º ano (1869-1890), livro nº 46, fl. 13.

²¹⁰ Arquivo da Faculdade de Direito do Recife: Julgamento dos exames do 4º ano (1874-1892), livro nº 123, fl. 37.

intelectual e jurídica, além de ter conquistado amigos que levou até os últimos dias de sua vida.

Foi na Faculdade de Direito do Recife, um dos principais polos de formação acadêmica do século XIX, que Inglês de Souza teve contato com o movimento denominado “Escola do Recife” (1860-1880), o qual influenciou o jovem estudante grandemente e teve claros reflexos em sua produção intelectual, sobretudo no que diz respeito ao trato do escritor com as principais correntes de pensamento europeu que vigoravam naqueles tempos, a exemplo do Positivismo de Comte, do Evolucionismo de Spencer, do Darwinismo, do Criticismo Religioso, do Naturalismo e do Cientificismo na poesia e no romance, além do profundo amadurecimento nos campos do direito e da política.²¹¹

Esses debates erguiam-se no nascente academicismo brasileiro que principiou após 1822, pois a ideia era instalar no país institutos de educação superior em Direito, com o propósito de consolidar a independência do Brasil em relação a Portugal - uma autonomia que vai além das questões geopolíticas, arquitetando a autonomia nacional na construção de uma identidade, formando aqui uma elite intelectual própria, independentemente das escolas portuguesas e francesas.

As primeiras faculdades de Direito que surgiram no Brasil foram institucionalizadas a partir de 1826 e tornaram-se legítimas com a Lei de 11 de Agosto de 1827 – que primava pela instalação de dois centros dedicados ao estudo jurídico no país. Dessa forma, São Paulo e Olinda foram as localidades escolhidas para abrigar a vanguarda da educação superior brasileira, devido principalmente à situação geográfica, atendendo, desse modo, à significativa demanda do sul e outra para suprir as necessidades dos habitantes do norte do Brasil.²¹²

A escolha da Província de Pernambuco para sediar uma daquelas importantes instituições de ensino superior não aconteceu por mero acaso. Instalar a faculdade de Direito, que tinha como propósito central a construção de uma nacionalidade a partir do saber, em um território que por diversas vezes se opôs ao controle monárquico, elegendo a república²¹³, apresentava-se como estratégia do Estado para a manutenção da unidade nacional e o consequente controle dos provincianos.

²¹¹ BARRETO, Luiz Antônio. **Apologia de Deus e outros escritos sergipanos**. Sociedade Editorial de Sergipe, Aracaju. 1993. p. 105.

²¹² A inserção de estudantes nas faculdades foi crescendo a cada ano desde a sua criação. As matrículas, em alguns cursos superiores, no ano de 1864, assim se distribuiu: Direito: 826; Medicina: 296; Escola Central: 154 e Escola Militar: 109. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico – declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 6. p. 433.

²¹³ Aqui nos referimos aos movimentos revolucionários que aconteceram em Pernambuco: a Revolução pernambucana (1817) e a Conferência do Equador (1824).

Fica claro que a influência das Faculdades de Direito, na vida cultural e política do Brasil, foi decisivamente marcante, pois o fato de saírem das fileiras dos seus diplomados os novos políticos explica, em grande parte, a ausência de preocupação da classe dirigente com os problemas econômicos nacionais e o desenvolvimento de uma cultura voltada quase que exclusivamente para a retórica e a eloquência, onde se contava mais com as palavras do que com os fatos, não havendo lugar para as ciências exatas e para a pesquisa científica, assim como nos mostra Sérgio Buarque de Holanda.²¹⁴

Em meio a esse contexto, Inglês de Souza estava inserido no Recife e, sabendo disso, Otávio Filho, amigo e mais importante biógrafo do bacharel paraense, relata:

(...) matriculou-se na Faculdade de Direito. Aí viveu intensíssima vida intelectual, vastas leituras, frequência aos teatros, longas conversas e intermináveis discussões sobre religião, filosofia, exegese, história, sociologia e literatura. O romantismo dos seus 18 anos não teria forças para resistir ao choque das novas ideias.²¹⁵

Imerso nesse mundo composto de múltiplos olhares o jovem, e ainda imaturo, Inglês de Souza ampliou seu campo de visão, lançando sobre o mundo que o cercava um novo conjunto interpretativo, pois a “Escola do Recife” configurou-se como um espaço de debate intelectual, que congregava pensadores, estudiosos, juristas, sociólogos e poetas que discutiam sobre vários temas: filosofia, sociologia, literatura, política, folclore, questões jurídicas, entre tantas temáticas. Os principais representantes e membros desse movimento foram Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Joaquin Nabuco, Capistrano de Abreu, Castro Alves, Graça Aranha, Umberto Santos e muitos outros.

Foi na Faculdade de Direito do Recife que Inglês de Souza promoveu parcerias e mostrou ser um jovem bastante ativo e formador de opinião. Ainda no segundo ano do curso jurídico, publica alguns artigos e ensaios de crítica literária e filosófica no jornal recifense *Lábaro*, em edições de 1873. Esses jornais de caráter literário tornaram-se mecanismos para propagação de uma cultura escrita que vigorava nas últimas décadas dos oitocentos e da qual o estudante Inglês de Souza fazia parte, assim como nos atestam passagens do próprio periódico: “... Partidários das Letras, literário, crítico e noticioso, O Lábaro saberá manter-se na defesa de sua missão de defender o mundo das Letras e a cultura das luzes...”²¹⁶,

²¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Monárquico – declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 6. p. 434.

²¹⁵ OCTÁVIO FELHO, Rodrigo. **Inglês de Souza**: 1º centenário de seu aniversário. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1955. p. 20

²¹⁶ *O Lábaro*, Julho de 1900.

apresentando uma clara referência ao propósito de divulgar e consolidar a cultura escrita, compondo assim uma população leitora e letrada.²¹⁷

A predileção de Inglês de Souza ao jornalismo não findou nos anos em que ele esteve no Recife, perdurou durante o período em que residiu em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na cidade de Santos, em 1879, fundou, em parceria com o jornalista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, a *Revista Nacional de Artes, Ciências e Letras*. Foi a partir daí que o desempenho de Inglês de Souza na imprensa ganhou notoriedade, pois a revista tinha ampla divulgação em São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas.

A *Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras* era publicada uma vez por mês e tinha entre 64 e 150 páginas. Propunha-se, conforme o anúncio publicado na *Gazeta de Campinas* em 31 de julho de 1877, “reunir e dar a lume as melhores produções inéditas dos homens de Letras do Brasil, tanto no campo da ciência como no da literatura e das artes”. Os editores também prometiam que, em cada número, apareceria “uma crônica do movimento literário, científico e artístico do mundo civilizado e um boletim bibliográfico do que de mais importante se publica na Europa e na América”.²¹⁸

O texto de abertura da revista começa com *União e progresso*, palavras que remetem tanto ao positivismo como à maçonaria, apesar de os editores afirmarem que a revista era “despida de pretensões”. Segundo Inglês de Sousa e Antônio Carlos Ribeiro, a proposta do periódico era:

[...] proporcionar uma arena aos escritores do nosso país, àqueles poucos que se ainda não deixaram assoberbar pela onda política e dos negócios, e acreditam na possibilidade de uma regeneração para as nossas Letras; agrupar os talentos espalhados por todo o Brasil, reunindo os seus escritos sem distinção de ideias políticas, mas somente com distinção do mérito em uma publicação mensal; eis o programa modestíssimo da nossa Revista, programa que se contém todo no seu título.²¹⁹

As duas primeiras edições da *Revista Nacional de Ciência, Artes e Letras* demonstraram, de maneira bastante contundente, o ambicioso propósito do periódico, que

²¹⁷ Essa passagem deixa claro que as mudanças por que passava o Brasil em fins do século XIX eram muito intensas. Os grandes e pequenos centros urbanos brasileiros, a exemplo da cidade do Recife, viviam em meio aos processos de mutações constantes, inclusive no tocante ao processo de difusão e consolidação de uma cultura letrada que atendia às novas e mais importantes necessidades desse final de século.

²¹⁸ FERREIRA, Marcela. **Ideias em evolução**: Inglês de Sousa cronista. In: XII Congresso Internacional da Abralic, 2011, Curitiba - PR. Anais do XII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Curitiba-PR: ABRALIC, 2011. v. 1. p. 1-6.

²¹⁹ REVISTA NACIONAL DE CIÊNCIAS, ARTES E LETRAS, Santos-SP, jul 1877. p. 04. *Apud*: FERREIRA, Marcela. **Ideias em evolução**: Inglês de Sousa cronista. In: XII Congresso Internacional da Abralic, 2011, Curitiba - PR. Anais do XII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Curitiba-PR: ABRALIC, 2011. v. 1. p. 1-6.

tinha Inglês de Souza como colaborador, idealizador e editor. Para isso, tomamos o rico e bem articulado trabalho da pesquisadora goiana Marcela Ferreira, que realizava em suas pesquisas de doutoramento em Letras uma minuciosa análise da produção de Inglês de Souza na imprensa paulista entre 1876 e 1889, demonstrando os textos que compunham o periódico e seus autores.

Assim, as principais considerações de Marcela Ferreira demonstram que o primeiro número da *Revista Nacional de Ciência, Artes e Letras* é julho de 1877, sendo composta por um arrolamento da propriedade territorial de Santos, intitulado “Santos d’outrora”; uma lenda popular, Jacaré-ig, assinada pelo dr. Hypolito de Camargo; “Lembrança”, documento histórico que foi cedido por um Velho Monge; “Calvários”, introdução do poema inédito de Carlos Ferreira; “Cristo”, soneto de Generino dos Santos e uma “Crônica” de Inglês de Sousa.

Já o segundo número, de agosto de 1877, era composto por um conto de Luiz Dolzani, “O sineiro da matriz”, que é a gênese do conto “O rebelde”, publicado posteriormente no livro *Contos Amazônicos*. Além desse, há uma introdução ao poema inédito – Os escravos, de Antônio de Castro Alves, intitulado “Vozes d’África”, uma fantasia, intitulada Hino das trevas, de Afonso Celso Junior, um estudo histórico de Clementino Lisboa, intitulado Beckman, “Marinha”, uma poesia de Celso de Magalhães, finalizando a edição com uma crônica de Inglês de Souza.²²⁰

Mas foi no Recife, diante daquele cenário, em que as ideias estavam em constante ebulição, que Inglês de Souza conheceu alguns sergipanos os quais também faziam ou já tinham feito os estudos na Faculdade de Direito, a exemplo de Tobias Barreto, Silvio Romero, Antônio Ferreira de Figueiredo, Antônio Pedro da Silva Marques, José Cupertino Dantas e outros. Essas amizades são levadas para além dos anos de estudo, pois, quando Inglês de Souza esteve à frente da administração de Sergipe, convidou seu amigo, Tobias Barreto, para assumir a chefia da Instrução Pública Provincial, além de ter homenageado Sílvio Romero ao publicar no Rio de Janeiro, em 1893, *Contos Amazônicos*, dedicando a obra ao amigo sergipano.²²¹

²²⁰ FERREIRA, Marcela. **Ideias em evolução**: Inglês de Sousa cronista. In: XII Congresso Internacional da Abralic, 2011, Curitiba - PR. Anais do XII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Curitiba-PR: ABRALIC, 2011. v. 1. p. 1-6.

²²¹ Em 1872 quando Inglês de Souza iniciou seus estudos de Direito, Tobias Barreto não era mais aluno da Faculdade de Direito do Recife, pois havia acabado seu curso em 1869, mas, como ex-aluno e futuro professor, continua a visitar a Instituição e a participar dos encontros da “Escola do Recife”. Com Sílvio Romero, Inglês de Souza esteve ativamente durante os anos de 1872 e 1873, ano em que o sergipano terminou seu curso jurídico. Já com Antônio Ferreira de Figueiredo, Antônio Pedro da Silva Marques e José Cupertino Dantas, a parceria durante os anos em que esteve no Recife foram constantes, pois estudavam juntos, inclusive na mesma turma. José Cupertino Dantas, por exemplo, matriculou-se na Faculdade de Direito no mesmo dia em que Inglês de Souza.

Ainda no Recife, Inglês de Souza escreveu durante o quarto ano de estudos seu primeiro romance, *O Calculista*, que só foi publicado no ano seguinte, em 1876, pela Tipografia do Diário de Santos, no Estado de São Paulo.²²² Esse era o primeiro romance de uma série pensada por Inglês de Souza para compor a coleção *Cenas da vida amazônica*, que contaria ainda com os romances *História de um pescador* (1876) e *O Coronel sangrado* (1877), tendo sido esses, respectivamente, publicados pela Tipografia do Diário de Santos e pela Tipografia do Diário da Manhã.

Em *O Calculista* e *História de um pescador*, Inglês de Souza assina como Luiz Dolzani, além de afirmar no prefácio que a obra havia sido escrita quando o autor ainda cursava o quarto ano de Direito no Recife.

Já afirmamos anteriormente que obter o título de bacharel era condição *sine qua non* para que Inglês de Souza pudesse ser introduzido na vida pública, além, é claro, de cumprir o ritual do filho de jurista que se torna igualmente um homem das leis. Mas a necessidade do título vai além da carreira profissional ou do simples desejo familiar: o bacharelado cumpria, naquelas circunstâncias, para Inglês de Souza ou para os filhos de qualquer outra família proeminente, a manutenção do *status quo*, ou seja, era preciso, como destacou Machado de Assis em um dos seus contos, tornar-se um medalhão.

No conto *Teoria do Medalhão*²²³, originalmente publicado no jornal carioca *Gazeta de Notícias* em 1881, Machado de Assis, em tom bastante satírico, promove arvorada crítica à sociedade brasileira oitocentista que vivia de aparências e sob a égide dos títulos e do reconhecimento social. No conto fica claro o sarcasmo machadiano, que, ao narrar o diálogo de um pai com seu filho, que acabará de completar a maior idade, dar-lhe conselhos que representam a superficialidade e a estereotipagem a que o homem comumente recorre em seu ambiente social.

Desejando que seu filho desempenhasse os pré-requisitos para a obtenção do desejado reconhecimento, ou melhor, de tornar-se um medalhão, aconselha o pai:

Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas Letras ou nas Artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. Os mesmos Pitt e Napoleão, apesar de precoces, não foram tudo aos vinte e um anos. Mas

²²² Ao apresentar a obra, o autor destaca: “o romance que se vai ler foi escrito em 1875, na cidade do Recife, quando o autor cursava o quarto ano da Faculdade de Direito”. E completa: “Fazendo parte da coleção – Cenas da Vida do Amazonas – não é completo, como verá o leitor, e os episódios que nele se narram hão de ter o seu complemento no Coronel Sangrado, romance que brevemente sairá à luz.” SOUSA, Herculano Marcos Inglês de. **O Calculista: cenas da vida do Amazonas**. Belém - PA: Editora da UFPA, 1973.

²²³ ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. p. 32 -37

qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum.²²⁴

O ofício do medalhão, na ótica machadiana, cumpre-se quando o aspirante ao posto desvela-se em construir uma boa carreira profissional. Mas só a profissão não basta, é preciso sair do anonimato e tornar-se um homem conhecido, lembrado nas horas boas e ruins, pois o “verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um tratado científico da criação dos carneiros, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos.” Ou ainda, aconselha o pai ao filho: “Se caíres de um carro, (...), é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, (...) pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste? (...) Essa é publicidade constante, barata, fácil, de todos os dias”.²²⁵

Mas, durante a execução do ritual para tornar-se um medalhão, quando cursava o quarto ano do curso de Direito, em 1875, Inglês de Souza precisou solicitar transferência para São Paulo, onde passou a estudar o quinto e último ano do curso jurídico na faculdade de Direito paulista.²²⁶ As motivações que levam à transferência são, provavelmente, a mudança de seu pai e, por conseguinte, de toda a família para a cidade de Santos, onde o patriarca assume o posto de Desembargador de relações e, depois, de Juiz da Comarca santista, assim como já relatamos em passagens anteriores.

2.2.2. Rumo a capital da república: Inglês de Souza jurisconsulto

Em novembro de 1889, diante dos movimentos que levaram à Proclamação da República, estava Inglês de Souza no Rio de Janeiro, a passeio. Como era grande amigo de Silva Jardim, pôde acompanhar dia a dia o desenrolar dos acontecimentos. Não teve participação direta nas agitações que levaram à queda da monarquia, apesar de ser considerado, à época, um homem de ideias avançadas. Mas talvez por não ter estado na promoção de uma ampla propaganda republicana, foi visto por muitos como monarquista.

Inglês de Souza tem sua trajetória de vida entrelaçada a um importante momento da História do Brasil, tendo consciência do que tinha diante dos seus olhos entre os dias 13 e 21 de novembro de 1889, quando estava no Rio de Janeiro e decidiu registrar esse momento de

²²⁴ Id., Ibid.

²²⁵ Id., Ibid.

²²⁶ A impossibilidade de maiores detalhes sobre a passagem de Inglês de Souza pelos bancos da Faculdade de Direito de São Paulo é causada pela ausência de documentação desse período. Essa inacessibilidade foi gerada por um incêndio que ocorreu na Instituição em 1880, levando à destruição de toda a documentação antecedente.

ruptura por que passava a história política do Brasil. Em seu diário de memórias, relata: “Rio, 13 de novembro de 1889. Desde ontem, achamo-nos nesta cidade, a passeio, minha mulher, o Henrique e eu. Estamos hospedados no Freitas Hotel, Largo da Lapa.” Como era de se esperar, Inglês de Souza vai à procura do seu “amigo Silva Jardim”, no escritório de advocacia que possuía na “Travessa do Ouvidor, 15”. Quando chega, surpreende Silva Jardim “em conferência secreta, a portas fechadas, com seu amigo Sá Vale. Durante a minha estada ali, entraram alguns conhecidos republicanos com aspecto misterioso.”²²⁷

No dia seguinte, 14 de novembro, “Silva Jardim vem jantar conosco no hotel. Segundo me diz, em reserva, prepara-se para amanhã um movimento militar contra Ouro Preto, de que pode sair a República”. No dia seguinte, “a República está proclamada. A cidade está cheia de soldados. (...) O ministério foi preso, o Imperador deposto. O Barão de Ladário foi o único que regou com seu sangue a árvore da liberdade.” Segundo Inglês de Souza relata “Tudo em paz. A cidade tem um aspecto festivo. Senhoras, entre as quais a minha, passeiam a Rua do Ouvidor.”²²⁸

Nesse momento, há uma possibilidade de Inglês de Souza retornar ao cenário político, quando, no dia 17 de novembro, como ele mesmo relata, foi “apresentado ao Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório. Expondo-lhe o estado em que se achava o Amazonas (...) peço-lhe providencias. Em resposta, (...) convida-me para governador” do respectivo Estado. Outros convites apareceram por indicação de Silva Jardim e Aníbal Falcão para que Inglês de Souza assumisse o governo de Pernambuco, mas nenhuma das nomeações se realizou por “conveniências políticas”, assim, “regresso a Santos”.²²⁹

Logo após o advento da República, Inglês de Souza sofre um grande desgosto com a perda de uma de suas filhas, que tinha apenas seis anos. O desconsolo diante da tragédia é tão grande que ele termina ficando muito doente e debilitado, sendo diagnosticada uma forte asma. Por recomendações médicas muda-se de São Paulo para o Rio de Janeiro em 1892, quando tinha 38 anos. Liquidada todos os seus negócios em Santos, arruma as malas e leva toda a família para a capital republicana, onde recomeça sua vida como advogado e literato. Tinha alguns amigos na capital federal, o que ajudou a conquistar novos clientes. No meio literário, conhecia mais pessoas, restabelecendo as relações intelectuais.

Sobre os primeiros anos no Rio de Janeiro, lembra seu filho, Paulo Inglês de Souza:

²²⁷ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 109 e 110.

²²⁸ Id., Ibid.

²²⁹ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 109 e 110.

(...) abre meu pai o escritório, sem partidos, sem empregos, sem se encostar a ninguém. Os três primeiros anos foram de luta, de dificuldades sem conta, de ilimitada paciência. Mas venceu. A sua reputação de grande advogado se irradiou no país. Vieram ter ao seu escritório muitas das principais questões que se debateram nos tribunais brasileiros, nestes últimos vinte anos: (...) o caso dos limites entre Paraná e Santa Catarina, a questão da presidência do Estado do Rio e do Senador Becker, (...). Trabalhava muito. ²³⁰

A partir desse período, Inglês de Souza ausenta-se da política e dedica boa parte de sua vida ao trabalho com o direito, legando alguns momentos para produção literária. Nessa ocasião, escreveu importantes tratados de Direito, a exemplo dos *Títulos ao Portador do Direito Brasileiro* (1989), em seguida o *Projeto de Código Comercial* e o *Projeto de Direito Privado*, ambos de 1912.

Amigo próximo de Inglês de Souza, Rodrigo Otávio Filho narra que, após a publicação dos *Títulos ao Portador*, é assegurada ao bacharel paraense projeção nacional, fazendo de Inglês de Souza um jurisconsulto de fama e prestígio, sendo, inclusive, indicado para Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, qualidade na qual presidiu o Primeiro Congresso Jurídico Nacional.

O amigo, Otávio Filho, narra ainda que Inglês de Souza foi convidado, por algumas vezes, para o Supremo Tribunal, e não aceitou a indicação, “por motivos de ordem pessoal”, além do convite feito “pelo Ministro Rivadávia Correia para organizar o novo *Código Comercial*, apresentando-o, dentro de 11 meses, com notáveis emendas aditivas, que o transformam em *Código uno de Direito Privado*, de que era convicto partidário”. É organizada por Inglês de Sousa “a primeira codificação integral de todo o direito privado”. ²³¹

O desvelo a vida jurídica não era à toa, Inglês de Souza foi sendo conduzido a uma quase dedicação exclusiva aos temas jurídicos, afinal estava lecionando por esse tempo na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, nas disciplinas de Direito Comercial e Marítimo, além de presidir o Instituto dos Advogados Brasileiros.

Como advogado, são muitos os episódios que se contam sobre o Dr. Inglês de Souza. Uma das histórias mais narradas pelos seus contemporâneos diz respeito à saia justa em que o bacharel colocou o governador Rodrigues Alves quando da construção do porto no Rio de

²³⁰ Id., Ibid. 112.

²³¹ OCTÁVIO FELHO, Rodrigo. **Inglês de Sousa**: 1º centenário de seu aniversário. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1955. p. 28.

Janeiro. O governo brasileiro, representado pelo já citado presidente paulista, negociava em Londres um empréstimo de mais de oito milhões de libras esterlinas com a Casa Rothschild, de quem Inglês de Souza era advogado, e dava como garantia a taxa de 2% de ouro sobre as importações do porto carioca.

Mas era na garantia dada que morava o problema, pois esse penhor já havia sido concedido à outra companhia britânica. Inglês de Souza, sendo advertido pelo senhor Snell, representante da companhia Rothschild no Brasil, tratou logo de tomar as devidas providências para impedir tal golpe do governo espertalhão. Procurando o Barão de Penedo, presidente da companhia, Inglês de Souza solicitou que o nobilitado enviasse enérgico telegrama à sede da companhia, em Londres, demonstrando total indignação com tal atitude do governo brasileiro, e detalhasse como a Rothschild estava sendo ridicularizada neste país.

Os efeitos foram fulminantes. O senhor Rothschild, banqueiro proprietário da companhia, telegrafou ao governo declarando-se surpreso com a estapafúrdia situação, afirmando que não podia aceitar como garantia de um empréstimo concessão que já havia sido feita a outra companhia inglesa.

Diante do exposto, o governador Rodrigues Alves muda de postura e envia inúmeros emissários à procura de Inglês de Souza, solicitando sua presença no Ministério da Fazenda, pois o ministro Leopoldo de Bulhões estava disposto a dar todas as explicações necessárias.

Nesse encontro o ministro afirma: “O governo está disposto a pagar o que os senhores reclamam. Já dei ordem para que a escritura de encampação se assine incontinentem. Se não hoje, amanhã sem falta.”²³² Diante da fala do ministro, redarguiu Inglês de Souza: “Muito obrigado, V. Ex.^a. Transmitirei a comunicação aos meus clientes. Mas devo advertir a V. Ex.^a que, pelas instruções que tenho, só receberei o pagamento à vista (...). À vista quer dizer no ato da escritura.”²³³

O ministro protestou, hesitou, balbuciou e reclamou com toda a veemência diante de tais exigências: “Mas não é possível. Isso é contra toda praxe administrativa. Já lhe disse, senhor doutor. Darei ordens para que o pagamento se faça o mais rapidamente possível”²³⁴, mas o Dr. Inglês de Souza foi irredutível, assim como atestamos em seu diário de memórias: “V. Ex.^a me desculpe. Sou um simples procurador. Não posso deixar de cumprir as instruções dos meus constituintes. Essas são precisas e formais: receber o dinheiro no ato da escritura.”

²³² Id., Ibid. 112.

²³³ Id., Ibid. 112.

²³⁴ Id., Ibid. 112.

²³⁵ Mas Bulhões insistiu dizendo: “Mas o senhor me exige o impossível. Que quer o senhor que eu faça?” ²³⁶ Inglês de Souza replicou: “V. Ex.^a sabe melhor do que eu...” ²³⁷

O dia do pagamento de tais tributos se deu com a presença do presidente do Banco do Brasil, de algumas testemunhas e tabeliões, com o propósito de passar a escritura seguindo todos os trâmites legais, sendo a remuneração feita em moeda, aferida e recebida pelo advogado e por representantes da companhia, assim como é relatado pelo senhor Paulo Inglês de Souza, que conta essas histórias a partir das memórias de seu pai. ²³⁸

Mas, apesar do seu reconhecido trato com as leis e a política, é também no campo da literatura que Inglês de Souza ganha conspícua acuidade, primeiro no círculo das Letras carioca, depois no paulista e, por fim, espalhando-se para o Brasil e até mesmo para fora dele.

Os principais críticos da obra ficcionista inglesiana, a exemplo de Xavier Marques, são taxativos em dizer que o período em que o literato paraense esteve à frente de cargos na administração no Império não trouxe para ele nenhum acréscimo a sua vida de escritor, pois suas mais importantes obras estão situadas em períodos anteriores ou posteriores. ²³⁹

No íterim de mergulhar ainda mais fundo nos mundos pelos quais Inglês de Souza passou e costurou sua teia de relações, ainda seguimos à procura de pistas que possam nos ajudar a desvelar o mundo de pertencimento desse personagem nas laudas que seguem.

2.3 UM HOMEM SEM PROFISSÃO: INGLÊS DE SOUZA, AS LETRAS E OS LETRADOS

Mesmo diante das inúmeras atribuições que o trato com as leis e a política exigia, Inglês de Souza não abandona as letras e o prazer que a produção literária lhe proporcionava. Por isso, o literato paraense aparece em um seleto grupo de intelectuais responsáveis pela promoção de importantes rupturas do fazer literário brasileiro, inaugurando nova escola literária no país²⁴⁰ e estando entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras – ABL,

²³⁵ Id., Ibid. 112.

²³⁶ Id., Ibid. 112.

²³⁷ Id., Ibid. 112.

²³⁸ Esse episódio foi relatado por Paulo Inglês de Souza ao reportar Francisco de Assis Barbosa em entrevista concedida em 1944. As falas apresentadas nesses fragmentos foram retiradas pelo filho de Inglês de Souza do Diário de Memórias escrito por seu pai ao longo dos anos. Esse caso entre Inglês de Souza e o governo brasileiro era um dentre tantos pleitos jurídicos contados pelo próprio Inglês de Souza a amigos e familiares. A época, esse fato foi muito comentados entre os advogados cariocas, o que elevou bastante a fama e o respeito de Inglês de Souza perante seus iguais. BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 112 e 113.

²³⁹ MARQUES, Xavier. **Discursos**: academia brasileira de letras. Imprensa Oficial do Estado, 1920. p. 89.

²⁴⁰ Inglês de Souza é considerado pelos críticos literários o fundador do Naturalismo no Brasil, se antecipando em cinco anos a obra de Aluísio de Azevedo, escrevendo pioneiramente dois romances em que a objetividade e a

instituição reconhecidamente valorada pelo seu trabalho de preservação da língua e da literatura nacionais.

Em meio ao clima cosmopolita que pairava na capital da jovem república brasileira Inglês de Souza vivia com sua família em um faustoso palacete na Rua São Clemente, esquina da travessa Sorocaba, em Botafogo. Ali habitava com sua numerosa parentela, composta de dez filhos e a esposa Carlota de Andrada Peixoto, além dos sobrinhos que vez por outra chegavam para temporadas no Rio de Janeiro, a exemplo de Oswald de Andrade, hoje o sobrinho mais famoso do literato paraense, filho de sua irmã Inês, que teve o “tio Herculano”, como grande exemplo de homem, jurista e escritor, como destaca o próprio Oswald em sua autobiografia.²⁴¹

Devo-lhe tanto! (...) os benefícios oriundos de meu tio Herculano para minha carreira literária. Sendo ele um literato, não soou mal essa palavra em casa, quando, muito cedo, eu me declarei também disposto a escrever. (...). Ser literato não constituía, no seio de minha gente, vergonha nenhuma nem compromisso algum com a existência e carne viva que tem fatalmente que ser a de quem escreve.²⁴²

Na suntuosa casa de Botafogo, Inglês de Souza parecia feliz. “Tão cercado de merecidos carinhos e de prestígio”, recebia muitos amigos para longas conversas e festas nos períodos de inverno, compondo belos saraus com boa música, literatura e até dança. Isso sem falar dos festejos juninos e natalinos, esses sempre organizados por sua esposa Carlota. Apesar do ar respeitável, severo, meio distante, amigos próximos relatam, a exemplo de Otávio Filho, que muito frequentou esses encontros, que Inglês de Souza se transformava quando estava em casa com os amigos. Era afável, acolhedor, gentil e bem-humorado, chegando a contar muitas anedotas e fazer gracejos.²⁴³

A casa da Rua São Clemente tinha bastante espaço para a realização dos famosos encontros promovidos por Inglês de Souza, assim como podemos perceber na fotografia a baixo, reproduzida já na década de 1950, quando o imóvel já não pertencia à família.

Figuras 02: Antiga residência da família Inglês de Souza, transformada na década de 1980 em Casa de Saúde e Maternidade São Clemente, demolida no início dos anos 2000 para construção de um prédio residencial com 13 pavimentos. Localização: esquina das avenidas São Clemente com a travessa Sorocaba, número 271, Botafogo, Rio de Janeiro, Brasil.

análise dos fatos predominaram: *O Calculista e o Coronel sangrando*. BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001. p. 214.

²⁴¹ ANDRADE, Oswald. **Um homem sem profissão**: sob as ordens de mamãe. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

²⁴² Id., Ibid. p. 24 e 25.

²⁴³ Id., Ibid. p. 24 e 25



Fonte: Acervo Particular de André Costa.

Uma das visitas que Inglês de Souza recebeu na Rua São Clemente foi de um parente simples do Pará. O hóspede ficou verdadeiramente assustado com a polidez com que Inglês de Souza tratava sua esposa, chegando a comentar com um amigo da família que “aquele casal tem um mistério. O Dr. Inglês de Souza não entra no quarto sem antes bater à porta. À hora da comida, sempre diz muito obrigado, mesmo quando servido pela própria mulher. É ‘faz favor’ pra cá, ‘dá licença’ pra lá.”²⁴⁴

Entre os amigos que muito frequentavam as reuniões na casa de Inglês de Souza iam principalmente letrados e advogados, mas também políticos e outros bem relacionados homens de família da sociedade carioca. Nesse pequeno e seleto grupo destaca-se o já citado Otávio Filho, o mais importante biógrafo de Inglês de Souza; Oswald de Andrade, sobrinhos mais próximos do literato paraense; participava também dos saraus Alceu Amoroso Lima, jovem crítico literário carioca que se tornou imortal da ABL; ia também Mário Clementino de Carvalho, militar que teve importante papel no processo de profissionalização do exército no início do século. Outro amigo muito próximo que sempre estava na Rua São Clemente era o acadêmico Xavier Marque; além do advogado e jornalista Lúcio de Mendonça, uma das mais premiadas cabeças do Rio de Janeiro, que idealizou e executou a criação da ABL.

O “palacete da Rua São Clemente”, como narra Oswald de Andrade, “onde faustosamente morava meu tio Herculano Marcos Inglês de Souza” era a representação do ar cosmopolita que inundava o Rio de Janeiro na passagem dos oitocentos para os novecentos,

²⁴⁴ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 106.

fazendo da residência dos Ingleses de Souza um dos redutos onde a intelectualidade encontrava-se, acrescentando aos que ali habitavam muito saber e desprendimento, assim como aponta Oswald de Andrade em uma das suas primeiras visitas ao tio: “Senti que fazia um papel meio *pança* junto daquelas primas desembaraçadas e bonitas e daqueles primos bem-postos que tanta coisa sabiam”, além de meu “tio Herculano”, que gozava “de alta reputação” entre a intelectualidade carioca, sempre com aquela aparência de homem polido e sereno, vestindo-se quando recolhido em seus aposentos “em *robe de chambre*”.²⁴⁵

Inglês de Souza viveu no Rio de Janeiro entre 1892 e 1918 quando foi capturado pela morte. Na então capital do Brasil, esse homem das Letras pôde ver de perto a efusiva transformação por que passava a cidade fluminense, com o arrivismo que lhe empurrava rumo ao desenfreado desenvolvimento econômico, urbano, cultural e social. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras diante de seu papel privilegiado de centro político e financeiro nacional, o que fez a sociedade carioca despontar como núcleo privilegiado na produção e no consumo da cultura.²⁴⁶

A mudança da natureza das atividades econômicas no Rio foi de monta, portanto, a transformá-lo no maior centro cosmopolita da nação, em íntimo contato com a produção e o comércio europeus e americanos, absorvendo-os e irradiando para todo país.²⁴⁷

Mas, para consolidação dessa áurea cosmopolita que já se apresentava pelo poderio econômico e monopólio político, era preciso apagar a imagem de cidade insalubre e insegura, era necessário descartar as figuras agressivas de gente rude que estava plantada no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade. Era preciso oferecer ao mundo credibilidade, pois só assim se canalizava para o Rio de Janeiro a civilidade que o velho mundo há muito gozava. Essa imagem de progresso e civilização era o desejo obsessivo coletivo da jovem burguesia brasileira, e principalmente carioca.

Esse bojo de transformações demarca de modo bastante claro, como nos apresenta Sevcenko, a real sagração do novo modelo político que vigorava no Brasil, estando o regime republicano consolidado e a estabilidade garantida, principalmente após a adoção de um regime neutralizador da política nacional, que foi a “política dos governadores”. Assistia-se à

²⁴⁵ ANDRADE, Oswald. **Um homem sem profissão**: sob as ordens de mamãe. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. p. 61, 62 e 63.

²⁴⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1995. p. 27.

²⁴⁷ Id., Ibid. p. 28

transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões completamente originais, não havendo quem pudesse se opor.²⁴⁸

Dentre tantos resultados que se desenrolaram diante do complexo jogo de aburguesamento e adequações que sofriam a cidade, a política, a economia, a cultura e as pessoas, o que de mais concreto se podia ver eram as mudanças na paisagem carioca, com a criação de um ambiente público completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, desejando-se garantir o exclusivo consumo do espaço para aqueles poucos que se enquadravam em um modo polido de vestir, falar, andar, sorrir, comer, cumprimentar e com tantas outras atribuições que exigiam do indivíduo instrução e afabilidade.

Em pouco tempo, e com a ajuda dos jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins.²⁴⁹

Mas não vamos nos enganar e enquadrar a tudo e a todos nessa efusão de mudanças por que passava o Rio de Janeiro e que se espalhava gradualmente por outras plagas brasileiras. Afinal, todo esse turbilhão de coisas não conseguiu cooptar o espírito do já, à época, amadurecido Inglês de Souza. Afinal, essa vertiginosa efusão de mudanças que compunha o arrivismo carioca na transição do século XIX para o XX soterrava de imediato o apurado paladar artístico de outrora, as ideias éticas e a compostura discreta e cortês da elite aristocrática que precedera a burguesia ascendente da qual o ficcionista paraense estava próximo, mas não era produto, afinal o palacete da Rua São Clemente estava inundado de um clima ainda bastante aristocrático. Inglês de Souza preferia receber os amigos em sua casa a frequentar os salões agora badalados e aburguesados, em recepções reservadas, típicas dos ares ainda aristocráticos dos oitocentos.

Nesse sentido, é preciso desvelar o que estava por trás desse amplo bojo de mutações urbanas e de reformas econômicas e políticas, sendo necessário para isso apresentar um conjunto de intelectuais que, desde a década de 1870, propõe um amadurecimento das estruturas de sustentação do Estado e da nação brasileira. A já conhecida “geração modernista de 1870” tinha como foco condenar a sociedade “fossilizada” do Império, pregando as grandes reformas consideradas por eles redentoras: “abolição”, “república” e “democracia”. Nesse ínterim, o engajamento torna-se a condição ética do homem de letras, sendo, por isso, o

²⁴⁸ Id., Ibid. p. 30.

²⁴⁹ Id., Ibid. p. 37.

principal núcleo de letrados cariocas a fazer-se conhecer como “mosqueteiros intelectuais”.
250

Esse conjunto de intelectuais tinha representantes de todas as partes do Brasil e via como principais necessidades da realidade brasileira a atualização da sociedade, a modernização das estruturas da nação e a elevação do nível cultural e material da população. Amparavam-se essas ideias no forte espírito do materialismo científico, tão em voga naquele momento e no anticlericalismo militante. O que movimentava deveras aqueles “mosqueteiros da liberdade” era o afã pela construção de uma nação verdadeiramente brasileira, era o agudo desejo de fazer do brasileiro o nacionalista que levantara a bandeira e gritava em defesa de seu país e sua cultura, assim como os europeus e norte-americanos faziam naquele momento.
251

A reforma republicana para muitos seria a saída para possuir uma nação em oposição ao atrasado que o inerte Estado servil na velha ordem política construiu. Construir a nação e remodelar o Estado era sinônimo de modernizar a estrutura social e política do país, emoldurando o que veio a ser nominado como *Belle Époque*, a partir da junção de uma pluralidade de ideias e interesses artístico-culturais, congregando, inclusive, correntes até então antípodas, como é o caso do cientificismo e do liberalismo.²⁵²

Em busca da construção da unidade através das letras, da cultura e da ilustração, esses intelectuais principiam, ainda em fins dos anos de 1890, a idealizar uma congregação de letrados para que dali pudesse ser irradiado um conjunto de produções literárias que mostrasse o Brasil, que colaborasse na construção da alma brasileira, do tão alardeado espírito nacionalista que era necessário para a construção de uma real unidade nacional.

A inauguração, a 20 de julho de 1897, da hoje tão celebrada Academia Brasileira de Letras – ABL representava a construção da unidade, a vitória da ilustração e a busca da consolidação do espírito brasileiro, assim como o recém-eleito presidente Machado de Assis destacou em seu discurso na sessão inaugural da ABL: “O (...) desejo [dessa Instituição] é conservar, no meio da federação política, a unidade literária” [pautada nos conceitos de] “estabilidade” e de “tradição”.²⁵³ Sendo essa lógica academicista endossada na mesma sessão

²⁵⁰ BARBOSA, J. Alexandre. **A tradição do Impasse**. São Paulo, Ática. 1974. Apud: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1995. p. 79.

²⁵¹ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A Ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

²⁵² Id., Ibid. 22 e 23.

²⁵³ NEVES, Fernão. **A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para sua história (1896-1940)**. Rio de Janeiro: ABL, 2008. p. 221

pelo secretário-geral Joaquim Nabuco ao destacar que “a uma academia importa (...) elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor”.²⁵⁴

Era a ABL, na passagem do século XIX para o XX, até pelo menos a década de 1920, a principal base institucional para a consolidação e o desenvolvimento de uma estética academicista em uma época que se apresentava naturalmente bela, forjando um diálogo entre criação literária e vida social, tendo como produto uma literatura que se impunha enquanto “sorriso da sociedade”, ou seja, como entretenimento, assim como nos apresenta Maurício Silva, parafraseando um dos imortais da ABL, o médico e escritor Afrânio Peixoto.²⁵⁵

A Academia de Letras vai, a partir de então, propalar um modelo artístico e estético da literatura nacional, fazendo da agremiação de autores, à época de sua fundação, uma referência incontestável, apresentando-se como objeto de desejo de muitos dos nossos escritores, mesmo daqueles cuja obra estava reconhecidamente distante dos padrões acadêmicos, dando prestígio aos eleitos e causando, digamos, dor-de-cotovelo de tantos outros que por inúmeros motivos não se enquadravam no rol dos escolhidos, fazendo com que possamos interpretar o movimento academicista brasileiro, à luz das análises de Maurício Silva, como um movimento segregacionista, a exemplo do que aconteceu com Lima Barreto e Emílio Meneses.²⁵⁶

O ambicioso projeto de uma academia de letras era discutido desde a década de 1840, mas, por inúmeras circunstâncias, não foi executado, logrando êxito somente com o advento da república e do cenário de coisas que essa trouxe. Nesse momento, os principais nomes da instituição foram Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay e tantos outros.²⁵⁷

²⁵⁴ Id., Ibid. 221 e 222.

²⁵⁵ Grande contribuição do trabalho desenvolvido por Maurício da Silva é perceber primeiro a ligação intrínseca que os letrados da ABL tinham com o poder político institucionalizado, daí a necessidade de produzir uma literatura para o consumo, ou seja, uma produção que representasse o “sorriso da sociedade” para que pudesse vender, naquelas circunstâncias, uma literatura que representasse o reflexo do social, ou seja, uma sociedade materialmente satisfeita, realizada e próspera - como o mais perfeito sorriso da sociedade. SILVA, Maurício Pedro da. **O sorriso da sociedade: literatura e academicismo no Brasil na virada do século (1890-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013. p. 169.

²⁵⁶ Id., Ibid. p. 35

²⁵⁷ Também participaram das sessões de criação e execução da ABL Coelho Neto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luís Murat e Valentim Magalhães, também presentes às sessões anteriores, e ainda Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Rui Barbosa, Sílvio Romero e Urbano Duarte, Aluísio Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláqua, Domício da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça, que aceitaram o convite e a honra para compor as quarenta cadeiras, assim como a academia

A ideia de *Belle Époque*, conceito apresentado anteriormente para referir-se a esse emaranhado conjunto de mudanças por que passava o Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX, tem na sua origem uma dupla intenção interpretativa. A primeira propõe-se a demarcação cronológica, ao tempo que se refere aos fatos históricos ocorridos na França entre os anos de 1870 e 1914, demarcando de maneira clara e indubitável o advento da Terceira República francesa, logo após a guerra franco-prussiana, até o advento da Primeira Guerra Mundial.

Mas, a articulação comumente empreendida em torno do conceito de *Belle Époque* é como um fenômeno de ordem sociológica, cultural e psicológica existente no contexto francês, sugerindo a ocorrência de fatores que ultrapassam o âmbito da abordagem cronológica e levam à interpretação desse amplo conjunto de ideias para o complexo jogo da cultura, o que nos leva a um caminho sem volta, afinal, partiremos para interpretar uma infinidade de valores culturais, ideários estéticos e concepções artísticas verdadeiramente diversificadas.

A França oitocentista tornou-se catalizador desse mundo complexo e plural que congregava avanços tecnológicos, revelando a incrível capacidade de criação humana; as transformações ocorridas nos grandes centros urbanos, que indicavam um domínio completo do espaço público pelo homem civilizado; as modificações vertiginosas do convívio social, que promoviam, a um só tempo, a liberação feminina, um contato mais íntimo entre os cidadãos e a valorização psicológica do ser-humano.²⁵⁸

Tudo isso fez da *Belle Époque*, diz Maurício Santos, um período fértil de criações culturais, um período aberto para os vários modismos estéticos surgidos no final do século XIX, com o Impressionismo, o Expressionismo, o Simbolismo e o Decadentismo, além das tendências que se radicalizaram a partir das primeiras décadas do século XX, a exemplo do Futurismo, do Dadaísmo, do Surrealismo, do Cubismo e do Modernismo.

A inserção nesse rico universo de coisas foi ampla e profícua naqueles países onde o universo cultural mostrava-se aberto a essas influências estrangeiras, a exemplo do Brasil, que passou durante essa virada dos oitocentos para os novecentos por uma indiscriminada importação dos valores cultuados da *Belle Époque* francesa, transferindo para os trópicos grande parte das conquistas e dos achados europeus durante os anos que mediam a

francesa. NEVES, Fernão. **A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para sua história (1896-1940)**. Rio de Janeiro: ABL, 2008. p. 50 á 62.

²⁵⁸ Sobre a *Belle Époque* francesa, consultar BOURGIN, Georges. **La Troisième République. 1870-1914**. Paris, Armand Colin, 1967; e WEBER, Eugen. **França Fin-de-siècle**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Apud: SILVA, Maurício Pedro da. **O sorriso da sociedade: literatura e academicismo no Brasil na virada do século (1890-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.

passagem do Naturalismo para o Modernismo, erigindo uma sugestiva espécie de *Belle Époque Tropical*.²⁵⁹

Nesse cenário concebemos o Inglês de Souza escritor, amante das Letras, e que apreciava a música e as danças nos encontros de amigos em sua casa. É esse Inglês de Souza inundado por um conjunto plural de ideias e desejos que traz em sua produção literária toda essa influência que vem desde os tempos dos estudos de Direito no Recife até sua participação ativa na instalação da Academia Brasileira de Letras, como membro fundador da cadeira de número 28, que tem como patrono Manuel Antônio de Almeida.

Inglês de Souza foi convidado para participar das sessões de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, por Lúcio de Mendonça, levando-o a ser nomeado, em 28 de janeiro de 1897, a tesoureiro da recém-criada Academia, cargo que ocupou por dez anos e que por iniciativa própria abdicou, por motivações pessoais, apresentadas em seu diário de memórias:

05 de novembro de 1907. Em carta que dirigi a Machado de Assis, demiti-me de diretor-tesoureiro da Academia Brasileira de Letras, cargo em que servia desde a sua fundação. Deu-me algum trabalho e sobretudo muita despesa, porque os acadêmicos, como os literatos em geral, salvo honrosas exceções, não gostam de pagar. E eu tinha de fazer face a uma despesa anual de cerca de um conto de réis com as mensalidades recebidas e dez ou doze sócios a cinco mil-réis para cada um, e muito irregulares.²⁶⁰

Como bem destaca Oscar Dias Correia, não foi sem razão que Inglês de Souza entrou para a ABL, afinal, ele era, na época, reconhecida expressão da ficção brasileira, e sua obra, ainda hoje, embora esquecida, recomenda-o como uma das figuras mais admiráveis do romance brasileiro, sendo isso comprovado na impressão causada pela riqueza dos seus romances, que têm o Amazonas como cenário, sobretudo as plantações de cacau, onde se desenvolve a história e onde se movem as figuras que criou, vendo-se presente a força da introspecção do romancista e o seu poder descritivo e narrativo.²⁶¹

As boas e influentes relações, construídas por Inglês de Souza, entre a intelectualidade carioca, foi de grande valia para sua ascensão enquanto representante da ilustração em fins do século XIX e início do XX. Como mostra a foto abaixo, Inglês de Souza encontra-se em meio ao grupo intitulado, a época, de *Panelinha*, durante um almoço realizado em 1901 no Hotel

²⁵⁹ NEEDLE, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

²⁶⁰ BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 111.

²⁶¹ CORRÊIA, Oscar Dias. **O ficcionista Inglês de Sousa**. In: ABL (Org.) *Ciclo dos fundadores da ABL*. Rio de Janeiro: ABL, 2003. p. 156 e 157.

Rio Branco (1901), que ficava na Rua das Laranjeiras, 192. Enquadrados na fotografia temos de pé: Rodolfo Amoedo, Artur Azevedo, Inglês de Souza, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Rodolfo Bernadelli, Rodrigo Octavio, Heitor Peixoto. Sentados: João Ribeiro, Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Silva Ramos.

Figura 03: **A Panelinha.**



Fonte: Acervo geral da Academia Brasileira de Letras. Peça iconográfica está sob a tutela da ABL desde que foi adquirida em um leilão pela instituição.

Enquanto literato, Inglês de Souza apresenta tímida produção se comparada à de seus contemporâneos, tendo início bem antes de sua inserção na ABL com suas contribuições na imprensa pernambucana, paulista e carioca, como já foi exposto anteriormente, e com suas obras no campo do Direito, mas que, nesse momento, refutamo-nos de sistematizar aquelas que são empenhadas no formato de livros e enquadrando-se nos gêneros de romance e conto.

O primeiro título do escritor obidense foi *O Calculista*, romance escrito ainda no Recife, quando cursava o quarto ano de Direito, como citado anteriormente, mas que só foi publicado em 1876, junto com *História de um Pescador*, segundo romance escrito e publicado em São Paulo; para completar a trilogia *Cenas da Vida Amazônica* veio *O Coronel Sangrado*, que ganha as páginas em 1877; mas o romance que deu grande notoriedade a Inglês de Souza foi *O Missionário*, publicado em 1891, quando o literário paraense afastou-se da vida política e dedicou-se mais ao Direito; já o último livro, *Contos Amazônicos*, veio a lume quando Inglês de Souza já morava no Rio de Janeiro, em 1893.

Sobre a obra inglesiana, a professora e crítica literária Bella Jozef destaca:

Seu estilo é, na maioria das vezes, escoreito e sóbrio, com-praz-se na escolha do termo justo e do vocábulo preciso, o que lhe dá encanto e espontaneidade.

[...] É uma linguagem coloquial, procurando cingir-se ao vocabulário vivo da região. Frequentemente recorre ao estilo indireto livre no diálogo e no monólogo mental, como meio favorito de fazer ouvir, falar e pensar seus personagens.²⁶²

Também sobre a escrita inglesiana podemos dar ênfase às análises produzidas por Pereira (1945), Hollanda (1946), Sodré (1960), Amora (1974) e Bosi (2001), que irão apresentar Inglês de Sousa como o precursor do Naturalismo no Brasil, revelando agudo espírito de observação, amor à natureza, fidelidade a cenas e ao regionalismo. Aurélio Buarque de Hollanda credita a Inglês de Souza a introdução desse novo estilo literário no prefácio da edição de 1946 de *O Missionário*.²⁶³

Os autores acima citados são enfáticos em afirmar as circunstâncias que levaram Inglês de Souza a ser ignorado pela crítica literária até o início da década de 1890. Para eles, os leitores ainda não estavam preparados para absorver as ideias e as referências estéticas contidas nos romances produzidos pelo autor, pois estavam mais acostumados com a escola romântica e suas figuras. As fatalidades com as quais se envolviam os personagens descritos por Inglês de Souza, a ausência de finais felizes, a excessiva minudência dos ambientes e dos costumes, mais próximos de um estudo antropológico da vida dos personagens do que do romance, fizeram com que muitos leitores não se sentissem atraídos pelos escritos.

Sobre a grande influência que Inglês de Souza sofre da literatura inglesa, e principalmente francesa, no processo de introdução do romance naturalista/realista no Brasil, destacamos dois trabalhos de pesquisa de bastante fôlego realizados por Marcos Vinicius Cavalcante Leite e Marcos Vianna Barreto, dissertação e tese respectivamente, que demonstram essa influência na escrita inglesiana, que traça um perfil da sociedade amazônica da segunda metade dos oitocentos, utilizando-se do relato minucioso dos fatos para retratar os costumes, os hábitos, as intrigas e a política daqueles tempos.

Sobre esse conjunto amplo de influências, o próprio Inglês de Souza responde a João do Rio no inquérito *Momento Literário* que: “os autores que mais contribuíram para a minha formação literária foram Erkmann-Chatrian, Balzac, Dickens, Flaubert e Daudet”. Diante dessa relação, João do Rio acrescenta: “Nessa relação não figuram, assim, Émile Zola, que

²⁶² JOZEF, Bella (org.). **Inglês de Sousa** – Nossos Clássicos. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1963. p. 12.

²⁶³ Para tal ver: AMORA, Antônio Soares. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Edição Saraiva, 1974; BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001; HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Introdução**. In: SOUSA, Herculano Inglês de. *O Missionário*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1946. p. I – XVI; PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: prosa e ficção (1870 a 1920)**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1945; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio de Olyveira, 1960.

parece ter-lhe inspirado o argumento de *O Missionário*, e Eça de Queirós, que o impressionou com o ritmo de seu estilo”. E Josué pergunta: “Por que Erckmann-Chartrian?” O próprio Inglês de Souza responde: ²⁶⁴

Hábeis fixadores de tipos e costumes alsacianos, Erckmann-Chartrian deixaram obra copiosa no conto, no romance e no teatro. Antes que Zola empolgasse o público parisiense, eram eles que dominavam esse público, com o Realismo comedido de suas narrativas singelas. Seu mérito derivava da fidelidade com que transplantavam da vida real para o papel literário as paisagens e as figuras da Alsácia. ²⁶⁵

Sendo inquirido, também por João do Rio, sobre de qual das suas obras literárias mais gostava, Inglês de Souza responde: “prefiro *O Missionário*, ainda que a sua fatura não corresponda ao meu modo atual de ver e sentir a natureza. *O Missionário* é espesso e palavroso; tem, pelo menos, cem páginas a mais. Todavia ainda hoje escreveria alguns capítulos” ²⁶⁶

Mesmo sendo visto à época como um espírito liberto, Inglês de Souza traz em suas ações e ideias o *habitus* de seus tempos de formação acadêmica no Recife e depois em São Paulo, além da educação formal e centralizadora do velho desembargador Marcos Antônio de Souza e dos cuidados maternos e refinados de D. Henriqueta Inglês. Traz em seus gestos polidos, e quase sempre contidos, a dureza dos internatos por que passou no Maranhão e, depois, no Rio de Janeiro, além da formalidade do bacharel que tratava de negócios com nobilitados, políticos e latifundiários, não se esquecendo do intelectual, que precisava manter os laços que construíra com as mais ilustres e arejadas mentes paulista, carioca, mineira e de tantos outros recantos do Brasil.

Isso significa, assim como nos faz pensar Norbert Elias, que o Inglês de Souza contista, ficcionista, poeta, político, jornalista, advogado, professor, pai, esposo, amigo, filho, tio e com tantas outras facetas que este cidadão obidense pudesse demonstrar pertencimento a uma ordem social da qual ele fazia parte como produto e reproduzidor, sendo esse Inglês de Souza que conseguimos perceber uma mescla do particular e do geral, do individual e do social, onde o *habitus* é algo como uma segunda natureza, ou melhor, um saber social incorporado durante sua vida em sociedade e que sempre está propenso a mudar, mas não rapidamente,

²⁶⁴ Esses autores a que Inglês de Souza se refere são os franceses Émile Erckmann e Alexandre Chatrian, ambos especialistas em ficção e histórias de fantasmas; Honoré de Balzac, escritor francês famoso por suas análises psicológicas; Charles Dickens, mais popular romancista inglês da era vitoriana; Gustave Flaubert, francês que marcou a literatura europeia pelo seu senso de realidade e, por fim, Alphonse Daudet, famoso romancista, poeta e dramaturgo francês.

²⁶⁵ RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro, 1994. p. 234 e 235.

²⁶⁶ Id., Ibid. p. 73.

havendo, por isso, um equilíbrio entre continuidades e descontinuidades, rupturas e permanências que atendem também aos desejos, anseios, medos, sonhos e tudo aquilo que faz parte do sujeito enquanto um agente que pensa e opta de modo consciente.²⁶⁷

²⁶⁷ O conceito de *hábitos social* é bastante trabalhado pelo sociólogo alemão Norbert Elias em: ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

3. UM BONDE DE IDEIAS NOVAS: MEANDROS E PRERROGATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Em 1900, Sílvio Romero escreve algumas linhas que intitulou de *Explicações Indispensáveis*, texto que fez parte do livro, *Vários Escritos de Tobias Barreto*, publicado em homenagem ao intelectual sergipano. Naquelas laudas, Romero pinta um quadro geral da mentalidade brasileira em fins do século XIX, carregando nas tintas, é bem verdade, mas nos dando um panorama bastante fidedigno de uma época complexa, onde os fatos sobrepunham-se uns aos outros com uma proporção quase imperceptível para o observador desatento.

Sobre aquelas agitadas décadas, Romero destacou: “Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz (...).” Até que de repente, “por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostraram e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez.”²⁶⁸

Toda essa agitação a que Sílvio Romero refere-se, e destacou com bastante ênfase, foi a soma de um conjunto de acontecimentos que vinham somando-se desde a década de 1850, mas que começaram a produzir mudanças significativas no final dos anos 1860 e início de 1870.

O primeiro episódio a abalar as estruturas nacionais, segundo Romero, foi a Guerra do Paraguai, pois “estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o [acanhamento de nosso progresso social], desvendando repugnantemente a chaga da escravidão.” É a partir dos resultados da guerra que “a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa”, contribuindo para a ampliação do debate nos mais diversos campos, colocando-se tudo em discussão: “o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrocho das instituições políticas e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; (...) o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar.”²⁶⁹

²⁶⁸ ROMERO, Sílvio. **Explicações Indispensáveis**. (Apud) BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 16 - 17.

²⁶⁹ Id., Ibid. p. 16-17.

Nas regiões do pensamento teórico, diz Romero, “o travamento da peleia foi ainda mais formidável porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte”.²⁷⁰

A análise promovida por Sílvio Romero, às portas do século XX, tem muito a nos dizer sobre a geração de 1870 e tudo que os envolvia, apesar, como destaca Clovis Beviláqua, de haver, “certamente, algum excesso no tom afirmativo dessas proposições [de Romero]; mas, tomadas em suas linhas gerais elas exprimem, perfeitamente, o estado dos espíritos, a quietude da mentalidade, despreocupada dos graves problemas da ciência, da filosofia, e da política.”²⁷¹

É a partir desses densos cenários apresentados por Sílvio Romero, que iremos tomar o mesmo bonde no qual embarcou Inglês de Souza, tendo como propósito o intercruzamento de fatos e ideias; sujeitos, situações e contextos; valores, crenças e ciência; nosso propósito é perceber os indivíduos agindo até que o bonde chegue ao seu destino. E qual é o destino do bonde? O tempo. Quem está no comando? A História. Então, como diria Ginzburg, vamos analisar *provas*, levantar *possibilidade*, à procura do *verdadeiro*, ou, pelo menos, do *verossímil*.

3.1 O ALARDEADO PRESIDENTE E OS NOVOS-VELHOS TEMPOS DA POLÍTICA EM SERGIPE

O *Jornal de Sergipe* noticiou na manhã de 19 de maio de 1881 a chegada a Aracaju do “exe. Sr. dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, nomeado presidente desta Província. E vem s. exe. interprete fiel do gabinete 28 de Março, ser o continuador dessa política altamente liberal”.²⁷²

O novo dirigente era recebido em meio a muitas expectativas entre os vários setores da sociedade sergipana, desde os seus correligionários liberais até a agremiação conservadora, que dava voz à oposição. O partido liberal recebia Inglês de Souza com visível entusiasmo, pois o viam como legítimo emissário do gabinete 28 Março e isso representava a chance de se manter no poder, afinal, o processo eleitoral para o legislativo provincial agora acorria através de eleições diretas – pleito que estava prestes a acontecer sob a tutela do então presidente.

²⁷⁰ Id., Ibid. p. 16-17.

²⁷¹ BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª Ed. Brasília, INL, Conselho Federal de Cultura, 1977. p. 97.

²⁷² JORNAL DE SERGIPE. Presidente da Província. Ano XVI, nº 44, p. 3.

A presença de Inglês de Sousa em Sergipe também foi destacada pela intelectualidade letrada local, que reconhecia em seu nome figura de acentuada proeminência, erudição e refinada qualidade jornalística da corte. “O exe. Sr. dr. Herculano, pois, mais desenvolverá, certamente o concerto lisonjeiro que de si fazem todos que tem a honra de tratar com s. exe., cavalheiro nato e dedicadíssimo, e de espírito cultivado.”²⁷³

A posse do mais novo presidente da Província de Sergipe foi organizada respeitando todo protocolo exigido pelo distinto cargo. As festividades de recepção buscavam também impressionar o eminente empossado, fazendo-se indispensável à presença de todo corpo administrativo provincial, que foi convocado por ato oficial para assistir “ao juramento e posse do exm. Sr. dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, presidente nomeado para esta província, acto que devera ter lugar hoje ao meio dia perante a câmara municipal dessa capital.”²⁷⁴

A convocação foi dirigida ao “inspetor da thesouraria provincial, ao inspetor da alfândega, ao administrador da recebedoria provincial, ao do correio, ao capitão do porto, ao dr. chefe de polícia, ao delegado de polícia, ao subdelegado, ao dr, procurador fiscal da thesouraria de fazenda, ao da thesouraria provincial, e ao comandante de polícia.”²⁷⁵

Inglês de Souza assumiu o comando da Província de Sergipe após a gestão de Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, bacharel paraibano que muito se identificou com a elite liberal sergipana, sendo essa relação ordeira ponto crucial para que o antecessor de Inglês de Souza pudesse realizar uma administração que, aos olhos dos donatários locais, simbolizou a boa gestão. O que fez um periódico, à época, destacar em suas colunas que Inglês de Souza aportava em Sergipe “depois da benéfica administração [do ilustrado drs. Oliveira Belo] (...) [cujo nome] a província guarda e há de escrever no seu livro de honra,” entre os nomes “dos administradores que mais produziram pelo (...) desenvolvimento moral e material [de Sergipe].”²⁷⁶

Quando chegou em terras sergipanas, Inglês de Souza encontra uma Província que já há algum tempo vinha lutando contra um dos mais graves colapsos econômicos que já havia vivenciado; crise que ia além do econômico, perpassando os setores político e social.

A convulsão financeira a qual assolava Sergipe havia começado ainda em 1878, motivada principalmente pela grave seca que castigava a região nordestina, culminando com a chegada de grande número de imigrantes, “alquebrados pela fome, cobertos de farrapos, sem

²⁷³ Id., Ibid. p. 3.

²⁷⁴ Id., Ibid. p. 3.

²⁷⁵ JORNAL DE SERGIPE. Atos Oficiais – Presidência da Província. Ano XVI nº 18 p. 1

²⁷⁶ JORNAL DE SERGIPE. Presidente da Província. Ano XVI, nº 44, p. 3.

ão e sem abrigo.” Diante desse contexto, decrescia o comércio internacional, atingindo, sobretudo, o açúcar, sustentáculo da economia local. Por consequência, crescia o déficit orçamentário. A preocupação com os problemas financeiros marcaram a administração daqueles que estavam à frente do executivo, exigindo medidas de cortes financeiros, o que por inúmeras vezes impossibilitou a continuidade de obras as quais estavam por se fazer em Aracaju, capital que muito se tinha a erigir.²⁷⁷

A crise por que passava o açúcar brasileiro, sobretudo, o nordestino, durante a década de 1870, começou a arrefecer durante os anos de 1880, graças à expansão das vendas para o mercado externo, com destaque ao significativo consumo norte-americano e ao crescente mercado interno que se intensificava em decorrência da imigração e do processo de urbanização. Isso fez de Sergipe o segundo maior produtor de açúcar do Nordeste, só atrás de Pernambuco. O cultivo da cana para produção de açúcar ocupou, por esses tempos, grande parte do território provincial, colocando as finanças sergipanas dependentes da exportação açucareira.²⁷⁸

Diante de um cenário econômico que vinha ganhando fôlego, mais ainda exigia significativa atenção por parte dos detentores dos meios de produção, ou seja, era preciso que os senhores de terra, proprietários dos grandes latifúndios monocultores, mantivessem o controle do sistema político provincial e de suas representações nas cadeiras do parlamento, seja na corte ou na província, para que a manutenção do poder advindo do açúcar pudesse persistir. Diante dessas tensões que perpassavam a crise econômica, ergueu-se um racha em uma das agremiações partidárias que compunha o cenário político sergipano: o Partido Liberal.

As disputas internas provocaram tensões nas lideranças do grupo liberal e geraram a cisão da bancada começada pouco tempo antes da chegada de Inglês de Souza em Sergipe e foram motivadas, ao que parece, pelo retorno do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto ao cenário político, coisa que ele não fazia, pelo menos de maneira evidente, há mais de uma década, desde que entregou o controle do partido ao cunhado, Antônio Dias Coelho e Melo, o famoso Barão da Estância, assim como já destacamos no capítulo anterior.

Divergências políticas foram entrecruzando os mais importantes nomes da agremiação liberal desde as disputas eleitorais de 1878, quando o barão indicara seu próprio nome para o

²⁷⁷ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II** (1840/1889). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: 2006. p. 202 – 203.

²⁷⁸ OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasse do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2014. p. 29.

cargo de deputado geral e o Comendador Boto recomendou o advogado Sancho de Barros Pimentel como representante liberal para assembleia geral.

A partir daquele momento monta-se uma acentuada fissura dentro do partido, o que gerou a instalação de dois grupos liberais em Sergipe: de um lado tínhamos o Barão da Estância, seu genro José de Faro Rolemberg – filho de Gonçalo Faro Rolemberg, o Barão de Japaratuba – e o padre José Gonçalves Barroso, mais conhecido como vigário Barroso. Do outro lado, em apoio ao comendador Boto, encontrava-se o bacharel e deputado provincial José de Aguiar Boto de Barros, o médico maruinense Francisco da Silva Freire e outros representantes do núcleo liberal sergipano que concentravam-se na cidade de Maruim, a exemplo do, na época, bem conhecido cônsul Otto Schramm.

A divisão do partido liberal sergipano dava-se, principalmente, entre “velhas” e “novas” lideranças. Claro que não podemos ver castas tão bem definidas nesse processo, afinal, os mandatários que se insurgiam, o barão e o comendador, são representantes do que poderíamos denominar de “velha” e “tradicional política” dos idos do XIX, mas os sujeitos que os acompanhavam representavam de modo mais claro, interesses e origens diversas. Entre aqueles que cercavam o nobilitado estavam majoritariamente os produtores de açúcar, já os que acompanhavam o comendador Boto eram, em grande parte, bacharéis advindos das escolas de medicina da Bahia ou das Faculdades de Direito de Pernambuco e São Paulo.

A cisão sofrida pela bancada liberal sergipana montou um novo cenário político por estas plagas, mas que representava uma tendência que vinha ganhando notoriedade no Brasil nas três últimas décadas do século XIX. Referimo-nos as divergências políticas que se montaram entre fazendeiros, representantes de uma antiga ordem política, e bacharéis, jovens embevecidos com a revolução de ideias advindas do velho mundo e que propunham um novo modelo de nação a partir de novas práticas políticas. Sendo assim, podemos afirmar que o Partido Liberal de Sergipe dividiu-se entre *Patriarcas* e *Bacharéis*.

Essas predileções partidárias são citadas de modo bastante sinuoso por um integrante anônimo das fileiras liberais sergipanas, mas que só iremos revelar sua identidade adiante. Segundo *O Velho Liberal* – assim ele intitulava-se – a agremiação sergipana acha-se “em oposição a si mesmo” o que fez criarem-se dois grupos, sendo “uma parte maior, mais seria mais leal e mais opulenta em todos os sentidos, e a outra mais sagaz, mais astuciosa e enganadora e tão fátua, que nem ao menos quer dar a conhecer a sua inópia política.”²⁷⁹

²⁷⁹ O GRARANY. Missiva ao presidente IV. Ano. IV, Nº. 23, p. 01.

O grupo composto de homens “sérios”, “leais” e “opulentos”, assim como se refere *O Velho Liberal*, é aquele liderado pelo Barão da Estância e um número significativo de correligionários e apadrinhados que se destacavam como agricultores de profissão e que tem no domínio da terra e do capital importante instrumento de colisão para o partido, ou seja, este compõe a subdivisão que intitulamos de *Patriarcas*. Já os “astuciosos” e “enganadores” são aqueles que estavam sob a liderança do comendador Boto, nos fazendo entender sua “astúcia” e poder de enganar, ou persuadir, advém da típica oratória e saber científico que os bacharéis adquiriam nos bancos acadêmicos e no consequente aperfeiçoamento profissional, sendo assim, os nominados de *Bacharéis*.

A chegada de Inglês de Souza a Sergipe gerou uma corrida às portas do palácio Provincial por parte dos representantes dos dois grupos de liberais. Era preciso consolidar o quanto antes as alianças com o representante liberal da corte, pois estávamos às vésperas de um novo pleito eleitoral e ter o presidente da Província como entusiasta da campanha representava um conjunto de benéncias que levaria os candidatos à certeza da vitória.

No ínterim de consolidar alianças entre o presidente Inglês de Souza e as lideranças liberais locais, foram utilizadas das mais diversas táticas de aproximação. Os *Patriarcas* trataram logo de utilizar-se da imprensa para dar as boas vindas a Inglês de Souza, ofertando toda ajuda necessária ao mais novo diligente provincial, pois, “Encontra[-se] (...) em Sergipe um partido que o apoia fraternalmente” que é “forte pelo número, forte pela inteligência de que dispõe e forte, sobretudo, porque tem a sua frente, dedicado, sempre leal, sempre nobre, sempre franco o festejado chefe liberal o exe. Sr. barão da Estância (...)”²⁸⁰

A tentativa de aproximação entre Inglês de Souza e o nobilitado usineiro foi frontal. O desejo de manter a bancada liberal sob o domínio dos *Patriarcas* era o principal objetivo, afinal, é preciso lembrar, que esse controle estava ameaçado pelas eleições a qual Inglês de Souza estava prestes a realizar. Por isso continuava no jornal: o nome do barão da Estância “ao pronunciar-se, deflagra o respeito e encantamento mesmo entre os adversários mais (...) fortes,” sendo o nobre sergipano, diz o periódico, defensor “das ideias democratas” expondo sempre “a sua fortuna, (...) em prol dos seus correligionários” destacando-se como um homem que sempre se ocupa “da direção dos negócios políticos da província” conseguindo continuamente “corresponder às expectativas de todos seus amigos.”²⁸¹

Insistindo ainda os apoiadores do barão que se “o Sr. dr. Herculano [estudar] os negócios de Sergipe” verá “que não mentimos, quando assim nos pronunciamos” pois o

²⁸⁰ JORNAL DE SERGIPE. Presidente da Província. Ano XVI, nº 44, p. 3.

²⁸¹ Id., Ibid. p. 3.

“nome de s.exe. o se. Barão da Estância já passou os limites da província, é acatado em todo o Império e ao exe. Sr. dr. Herculano ele não será estranho, como batalhador (...) em prol dessa província.”²⁸²

O tão bem elogiado Antônio Dias Coelho e Melo, mais conhecido como Barão da Estância, título nobiliárquico que lhe foi concedido pelo decreto em 04 de setembro de 1867 era sergipano natural da Freguesia de Nossa Senhora d’Ajuda de Itaporanga, nasceu em 1822 e faleceu em 05 de Abril de 1904, aos 82 anos, sendo sepultado no Engenho Colégio, propriedade que havia sido do seu pai, Domingos Dias Coelho e Melo, também conhecido como Barão de Itaporanga.²⁸³

Senador do Império (Entre 1885 – 1889), Juiz de Paz e Vereador presidente da Câmara Municipal de Itaporanga. Deputado Geral em três legislaturas (Entre 1867-1870, 1878-1881 e 1881-1885), Vice-Presidente e Presidente da Província de Sergipe por diversas vezes (1863, 1864 e 1866). Comendador da Ordem de Cristo e Comendador da ordem da Rosa casou-se três vezes.²⁸⁴

Grande relevância foi dada a Antônio Dias Coelho e Melo por um ilustre visitante que esteve em Sergipe em 1860, o Imperador Pedro II. A visita oficial do Monarca a Sergipe, transcorrida entre 11 e 21 de janeiro, teve como um dos seus itinerários Itaporanga d’Ajuda e o engenho Escurial, que pertencia à família Dias Coelho e Melo e despontava como uma das mais importantes propriedades do fabrico do açúcar nas terras sergipanas.

Nas memórias dessas duas localidades encontramos importantes referências acerca do destacado folgo dos Dias Coelho e Mello. Nenhuma outra família ou figuras políticas foram tão focadas por sua Majestade Imperial.²⁸⁵

O desejo de consolidar uma forte aproximação entre Inglês de Souza e Antônio Dias Coelho e Melo não era somente por conta das cadeiras de deputado geral e provincial, os *Patriarcas* já viam nessa aliança a possibilidade de galgar um assento na mais importante casa do legislativo do império brasileiro, o senado. Diferente do Partido Conservador, que há muito tinha sua representação com João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, os liberais

²⁸² Id., Ibid. p. 3.

²⁸³ MATOS, Leonardo e MOTTA, Renato. **O cotidiano e a riqueza material do engenho escurial oitocentista (1840 – 1884)**. 2010. 126 f. Monografia (Graduação em História) Departamento de História e Ciências Humanas da Universidade Tiradentes. 2010. p. 42

²⁸⁴ Id., Ibid. p. 43.

²⁸⁵ Id., Ibid. p. 46.

desejavam mais esse espaço, o que só foi conquistado em 1884, quando o já citado Barão da Estancia, foi nomeado senador do império.²⁸⁶

Já os *Bacharéis*, agremiação liberal que fazia oposição aberta ao barão e estavam ao lado do comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, buscaram cooptar o presidente Inglês de Souza convidando-o para uma bela e rica festa que se realizou na cidade de Maruim, começando com um almoço na residência do cônsul Otto Schramm e terminou com um jantar e pernoite no engenho Pombinhas, de propriedade do Dr. José de Aguiar Boto de Barros.

O convite para a estadia no engenho foi realizado ainda em meados do mês de junho de 1881, e tinha o propósito de levar o diligente provincial a conhecer as celebrações de São João. A presença do ilustre convidado foi confirmada, sendo “no dia 21 do mez findo” a bordo do “Ganhamoroba”, “vapor da empresa fluvial” que Inglês de Souza embarcou com numerosa comitiva, tendo como destino a cidade de Maruim.

Sobre o dia da viagem, o jornal liberal *O Democrata*, controlado pelos *Bacharéis*, destacou em uma de suas páginas que o dia do embarque do presidente Inglês de Souza mostrou-se como um dia “perfeito de inverno, amanhecera completamente nublado e chuvoso e a superfície do ‘Cotinguiba’ achava-se revoltada pelo vento rígido que soprava do sul”, mas de repente, destacou o periódico, “como se um gênio bom sapoilhasse a bonança do tempo” fazendo-o “límpido e aprazível.”²⁸⁷

O percurso feito entre Aracaju e Maruim foi bastante aprazível, ao som da “banda de polícia” que executou “magnificas peças do seu repertorio, electrizando os ilustres passageiros”. Inglês de Souza destacou *O Democrata*, “afável e prazenteiro como em todas as ocasiões, estava vivamente satisfeito com as provas de apreço de que se tornava alvo.” Acompanhava o presidente na viagem o “chefe de policia, (...) o oficial da secretaria da tesouraria provincial, Ivo José de S. Anna, o capitão Jose de Barros e Almeida, o professor Marcellino de Mello Cardoso, o chefe da secretaria d’assemblea, Theodoro Cordeiro Guaraná e outros cavalheiros (...).”²⁸⁸

O ponto alto da viagem ainda estava por vim, mas não tardou muito para isso, pois ao longe sugira a “bela cidade do Maroim com o seu ar de princesa, cheia de magnificas grinaldas e vestida de uniforme de gala.” Ao desembarcar, o presidente Inglês de Souza pode ver o “porto apinhado de povo”, sendo “s. exe. cumprimentado ardentemente por um crescido

²⁸⁶ DANTAS, Ibarê. **Leonardo Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 190.

²⁸⁷ O DEMOCRATA. Digressão Presidencial. Ano 02, nº 74, p. 02.

²⁸⁸ Id., Ibid. p. 02.

numero de cavalheiros (...). A muzica da cidade rompeu em acordes sublimes, e não há memoria de uma recepção tão brilhante naquela importância (...).

Tão logo desembarcou, Inglês de Souza com sua esposa e comitiva dirigiu-se à residência do cônsul Otto Schramm, onde foi recebido com um luxuoso almoço. “A casa estava ricamente ornada, o perfume das flores (...)”. O salão, diz o jornal, estava “explendido e no meio uma meza lauta, contendo na superfície os mais finos manjares da cosinha brasileira, e os mais soberbos e afamados vinhos da Europa, (...)”. O almoço oferecido ao presidente Inglês de Souza no sobrado dos Schramm era, destaca o boletim liberal, “um verdadeiro banquete, e pintal-o [torna-se] impossível.”²⁸⁹

Mas, mais importante que o faustoso banquete oferecido ao presidente Inglês de Souza, foi a rede de solidariedade que se pretendia erigir neste evento, que era antes de tudo político. A necessidade dos *Bacharéis* em estabelecer forte coalizão com o diligente provincial fazia-se urgente. As eleições estavam próximas, os *Patriarcas* igualmente buscavam o apoio de Inglês de Souza, que ainda não havia deixado claro quem iria apoiar, ou se tomaria partido de algum dos lados no pleito que estava por vir.

Regada a muita cordialidade entre os pares, o bacharel José de Aguiar Boto de Barros convidou os presentes a levantar um “brinde a s. exe [Inglês de Souza], no correr do qual exaltou as qualidades excellentes (...) como administrador de altíssimo tino político e financeiro, e já como amigo particular, dedicado e extremoso.” Ao que parece as palavras do Dr. José de Aguiar muito agradaram ao presidente, que usou da palavra naquele instante para “agradecer termos por demais lisonjeiros (...) levantado pelo ilustre dr. (...) não deixando de recordar ao mesmo dr. os tempos acadêmicos passados [no Recife] na maior intimidade e coleguismo.”²⁹⁰

Neste mesmo jantar promovido pelos *Bacharéis* estava presente o comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, que não perdeu a oportunidade de também levantar um brinde, agora ao dr. Epiphany Bittencourt, que era, à época, o mais novo chefe de polícia que havia chegado em Aracaju. Ainda levantou-se o brinde do dr. Francisco da Silva Freire, que com palavras afáveis, diz *O Democrata*, destacou o nome do “venerado comendador Boto, tornando bem salientar por essa ocasião os seus serviços políticos e as suas qualidades apreciáveis como amigo sincero, recitando uma linda poesia análoga ao caso.”²⁹¹

²⁸⁹ Id., Ibid. p. 02

²⁹⁰ Id., Ibid. p. 02.

²⁹¹ Id., Ibid. p. 02.

O alçar dos brindes teve prosseguimento tarde adentro, inclusive aquele realizado pelo cônsul Otto Schramm que agradecia aos “espíritos que se reúnem em um estreito amplexo para celebrar a viagem de s. exe [Inglês de Souza] a cidade de Maroim.”

Ao fim do almoço, seguiu-se uma comitiva em número “superior a 50 pessoas” para o engenho Pombinhas, de propriedade do dr. José de Aguiar Boto Barros. O expressivo grupo seguiu para a propriedade rural a cavalo, animais de beleza destacada, “sobretudo o que montava s. exe. [Inglês de Souza], não só pela cor, bondade e gordura, como por estar arreado da mais fina prata.”²⁹²

A chegada ao engenho Pombinhas não se demorou, pois este não ficava muito distante de Maroim. O presidente Inglês de Souza foi recebido “entre salvas e girândolas de foguetes e ao som do hino nacional, desferido pela música que o esperava.” A casa do engenho, diz o boletim de *O Democrata*, “estava lindamente decorada com festões de flores e bandeiras”, ao desmaiar do sol no horizonte foi servido o jantar, que apresentava “finíssimas iguarias (...).” Os brindes continuaram entre “todos os convidados da festa, no correr dos quais reinou o mais fervoroso entusiasmo.” A festa no Pombinhas teve ainda “quadrilhas” e muita dança entre os “pares alegres que voaram no meio do salão (...) com uma música que muito concorreu para o deslumbramento do festejo (...) terminado-se a festa as 2 horas da madrugada.”²⁹³

O relato no periódico liberal *O Democrata* foi publicado em 01 de Julho de 1881 e assinado por alguém que se autodenominava de *Um Convidado*. Fica-nos claro que a publicização minuciosa dessa festa oferecida ao presidente Inglês de Souza pela agremiação liberal que aqui denominamos de *Bacharéis*, tinha o objetivo de afrontar a oposição liberal, ou seja, os *Patriarcas*, que também estavam em campanha de aproximação com o presidente da Província.

A diferença óbvia existente entre *Liberais Bacharéis* e *Liberais Patriarcas*, neste pleito, era que os primeiros já haviam construído relações de amizade com Inglês de Souza antes de este vir a Sergipe, além de partilharem de ideias muito parecidas, se não das mesmas, enquanto que os *Patriarcas* pleiteavam as primeiras aproximações com o presidente.

As divergências entre *Bacharéis* e *Patriarcas*, como denominamos as subdivisões liberais em Sergipe, não se restringiam a um contexto político exclusivo de Sergipe, mas representava, naqueles tempos, um conjunto mais complexo de diferenças políticas que existiam entre “antigas” e “novas” ideias do fazer político brasileiro. As derradeiras décadas

²⁹² Id., Ibid. p. 02.

²⁹³ Id., Ibid. p. 03.

do século XIX representavam momentos de rápidas, profundas e indeléveis transformações das mentalidades no Brasil e no mundo.

Via-se, neste contexto, a desconstrução de antigos paradigmas e a construção de novas perspectivas do ser brasileiro, ou como destacou Luís Martins, era a decadência do patriarcado rural e a consequente ascensão do liberalismo urbano, estampando na passagem do século XIX para o XX uma nova colocação de duas entidades históricas brasileiras, ou podemos dizer, de duas gerações: o fazendeiro e o bacharel.²⁹⁴

3.2 IDEIAS NOVAS ESVOAÇAM SOBRE NÓS DE TODOS OS PONTOS DO HORIZONTE: A GERAÇÃO BACHALERADA 1870 E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL NAÇÃO

Em 1946 o filósofo existencialista francês Jean-Paul Sartre afirmou que “o homem nada é antes de fazer de si alguma coisa”, ou seja, constrói a si mesmo a cada instante, e por isso está em constante elaboração, nunca estando pronto e acabado, encerrando esse ciclo só após a morte. Ao afirmar que a “existência precede a essência” Sartre parte da premissa de que o que caracteriza os seres humanos é a consciência, e que ao nascer, nada possuímos de consciente, sendo o homem vazio de valores, ideias e conceitos. Nossa consciência vai sendo preenchida, diz Sartre, a partir da observação dos “fenômenos”, o que nos leva a construir e reconstruir, infinitas vezes, concepções do que vem a ser o “eu” e o “outro” – se é que esses existem de fato.²⁹⁵

O caminho interpretativo proposto pelo filósofo francês em meados do século XX tornou-se bastante elucidativo para que nos reportemos às últimas décadas do século anterior e percebamos que a busca pela emancipação do “eu” e uma construção sólida do “nós” – ou do “outro” – já era desde aqueles tempos, ou desde sempre, o desejo emancipacionista humano. Temos plena consciência de que estamos nos referindo a concepções filosóficas bem diversas, de certo até apostas, mas que tem como fim a compreensão do homem, dos sujeitos, do indivíduo e da complexidade que o forja, mas que ao mesmo tempo ele é responsável por construir.

Quando nos referimos às últimas décadas do século XIX, botamos em destaque as três derradeiras dezenas dos oitocentos, pois estas foram para o Brasil o que podemos denominar, parafraseando Roque Spencer de Barros, de alvorecer da “ilustração brasileira”. Demarcando trinta anos como limite para maturação de um conjunto tão amplo de ideias é no mínimo

²⁹⁴ MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel**. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2008. p. 27.

²⁹⁵ SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Ed. Vozes, 2013.

arbitrário, mas este período, entre 1870 e 1900, aglomera um conjunto farto de acontecimentos que muito nos ajudam a entender estes decisivos anos que levam o Brasil às portas do século XX.

Em 1870 Tobias Barreto, ao fazer uma análise da política brasileira afirma que “é possível distinguir alguma coisa de estranho, que vem sobre nós, que se aproxima de nós, para salvar-nos ou perder-nos, de um modo irresistível.”²⁹⁶

Essa aura de mudanças sentida por Tobias era, de fato, um amplo e inapagável processo de mudanças que o mundo, e com ele o Brasil, passava. Além do advento da terceira república francesa, contexto o qual trabalhamos no capítulo anterior, em âmbito externo, ainda há de se destacar a guerra franco-alemã, que inegavelmente levou mudanças profícuas para a formação do pensamento brasileiro.

Internamente, as alterações também colaboraram em uma nova mentalidade, a começar da descrença no Estado monárquico, após a Guerra do Paraguai, e a consequente articulação republicana, que muito se inspirava nas novas ideias do século: *positivismo*, *liberalismo*, *materialismo*, *darwinismo*, ou seja, uma verdadeira ação cientificista.

O que foi construído no Brasil no fim do século XIX é um “movimento ilustrado” que tinha a crença absoluta no poder das ideias; a confiança total na ciência, a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, dando-lhes inclusive um destino moral. Essa educação que liberta estava no “projeto de nação” dos homens das décadas de setenta, oitenta e noventa, pois eles queriam “ilustrar o país” através da ciência e da cultura; fazendo das escolas “focos de luz”, donde haveria de sair uma nação transformada. Neste sentido, em 1879, Sílvio Romero afirmava no periódico carioca *Reporter* que “nossos erros não nascem tanto de nossa maldade, como de nossa ignorância” deixando clara a urgente necessidade da ilustração para formação de uma sociedade próspera.²⁹⁷

Sobre o tema educação, que muito envolvia a intelectualidade de fins do século XIX no Brasil, Roque Spencer Maciel de Barros destaca ainda:

É crença generalizada, no período, que um país é o que a sua educação o faz ser. Quando se comenta, por exemplo, a vitória alemã na guerra de 70, é na organização do ensino desta nação que se busca a explicação de seu êxito. Os próprios autores franceses (...) clamam contra a organização de seu ensino e apontam o sistema educacional alemão como causa da superioridade do país triunfante. Nota-se bem que não se procura explicar o estado do ensino como reflexo da situação geral de um país, mas, ao

²⁹⁶ *Vários Escritos, Obras Completas*, Edição do Estado de Sergipe, tomo X, 1926, pag. 87.

²⁹⁷ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 10.

contrário, esta como consequência daquele: são as ideias que movem o mundo e a escola é, por excelência, a instituição que as organiza e desenvolve.²⁹⁸

Declara Maciel de Barros que é indiscutível o êxito desse bojo de ideias que buscam a “ilustração brasileira”, pois se espera que da reforma educacional, do aperfeiçoamento da instrução, surja uma mentalidade nova, integrada nas exigências do tempo, sendo a meta dessa geração intelectualizada integrar o Brasil ao “nível do século”.

Torna-se fundamental a compreensão dessa geração de intelectuais que muito trabalhou para a construção de uma nação que não queria ser somente um arremedo da Europa culta e civilizada. Para os que estudam este período da história brasileira, assim como nós, é imprescindível realizar uma interpretação coerente desses sujeitos e suas ideias, pois os mesmos buscavam os instrumentos capazes de validar o que na época podia ser chamado de “brasilidade”, procurando criá-la pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa, da ciência e do livro.²⁹⁹

Os alquimistas que forjaram esse ideal de “brasilidade” conquistaram nos bancos acadêmicos ibéricos, parisienses ou, a *posteriori*, brasileiros, um espírito cultivado, que fez a segunda metade do século XIX produzir uma geração de jovens ousados, românticos, liberais, revolucionários, republicanos, abolicionistas, entusiastas, inclusive, do socialismo de Proudhon.³⁰⁰

Essa geração foi o que poderíamos considerar como gênese da “brasilidade” que tanto se desejava alcançar e teve no jovem bacharel, a síntese de atributos necessários para alavancar um conjunto de forças imprescindíveis para construir uma identidade nacional brasileira. Eruditos, sentimentais e amantes das grandes tiradas oratórias; eram também defensores de todas as utopias, sonhando com a consolidação dos desejos humanitários e reivindicações sociais; acreditavam ser com o debate aberto, entre os reformadores sociais, da época, que conquistariam um caminho seguro para construir uma nação mais justa.

Essa geração de “rapazes educados na Europa, em São Paulo, em Olinda [e] no Rio de Janeiro”, diz Gilberto Freyre, “foram-se tornando (...) desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cuja justiça já não se conciliava com seus gostos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados, afrancesados, urbanizados, policiados.” A maior parte desses jovens, formados em direito e medicina, alguns em

²⁹⁸ Id., Ibid. p. 10

²⁹⁹ Id., Ibid. p. 13.

³⁰⁰ Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 1865): Filósofo francês, foi também membro do Parlamento na França. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo. Também conhecido como socialista utópico, foi assim intitulado por Marx e seus seguidores, rótulo sob o qual jamais se reconheceu.

filosofia, traziam “com o verdor brilhante dos vinte anos as últimas ideias inglesas e (...) francesas, vieram acentuar, nos pais e nos avós senhores de engenho, não só o desprestígio da idade patriarcal, por só uma mística, como a sua inferioridade de matutões atrasados.”³⁰¹

Protagonista de um espetáculo que estava em franca temporada em fins dos oitocentos, o bacharel brasileiro tornou-se, em tempos de convulsão, ator e diretor de um mesmo cenário, fazendo desse personagem peça chave de um quebra-cabeça que estava por ser montado. Para que melhor pudéssemos entender o Brasil, faz-se necessário perscrutar as ideias desses bacharéis advindos das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, depois os que vieram do Rio de Janeiro, além daqueles outros iniciados na Escola de Medicina da Bahia.

Luís Martins, jornalista, poeta e crítico de arte carioca, pôde conviver com muitos desses bacharéis durante as primeiras décadas do século XX, momento em que os mesmos conquistaram espaços políticos de destaque na jovem república. Arrolando vasto aporte documental entre seus contemporâneos, Luís Martins, trouxe importante contribuição para compreendermos a geração de jovens bacharéis que transformaram o Brasil entre as décadas de 1870 e 1910.

Sobre a “arvorada juventude” que compunha as fileiras das escolas superiores brasileiras, ele diz:

Numa idade maleável, plástica, o rapaz se entusiasmava, se adaptava, se transformava. Virara republicano e abolicionista. Deixava crescer a cabeleira romântica, declamava, procurava de apossar de todas as grandezas e de todos os ridículos da época, aplaudia os grandes oradores, recitava nos teatros, escrevia no estilo detestável cheio de líricos lugares-comuns e tiques convencionais. E quando, formado já, ia influir na vida social do país com todo o peso de um bacharel (...), era para apressar as grandes revoluções reclamadas pelo liberalismo (...).³⁰²

A poesia também se destacava como instrumento de exortação dos bacharéis, sendo através da exposição dos sentimentos que esses sujeitos divulgavam toda sua indignação, ou admiração diante de determinada circunstância. No Recife, as batalhas condoreiras eram protagonizadas por Tobias Barreto e Castro Alves, abalando a ordem vigente, estimulando uma mentalidade revolucionária, rebuscada, grandiloquente, altaneira e mais ardente.

Na Faculdade de Direito do Recife, mais que na paulista, sentia-se, diz Luís Martins, uma ressonância das ideias políticas e filosóficas do momento; efeito, destacamos, da Escola do Recife, que estimulava entre os acadêmicos o conflito constante de ideias, mesmo em

³⁰¹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global, 2006.

³⁰² MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel**. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2008. p. 38.

períodos que não estavam por lá seus principais líderes, a exemplo de Tobias Barreto e Silvio Romero.

A efervescência que fazia parte do cotidiano da estudantada que compunha a faculdade de direito pernambucana pôde ser percebida na poesia do estudante José Pinto Ferreira de Oliveira, datada de 1876 e intitulada de *Ao Brasil*:

Não é com ferros, cadeias
que se conquistam laureis;
o povo esmaga os tiranos
e cospe a fronte dos reis.

Que vale o cetro do ferro
que vale o manto de ouro?
a liberdade do Povo
é maior, maior tesouro,

Se p'ra nós não há direitos,
se para nós não há lei,
os pulsos quebrem cadeias
esbofeteie-se o Rei.

Os filhos d'essas montanhas
têm sangue de Briareus.
Sim, o povo Americano
só tem um Senhor, é Deus.

Nós queremos – liberdade.
Igualdade seja a lei;
ou não haja rei n' América
ou o Povo seja o Rei.³⁰³

Vê-se estampado nos versos do aspirante advogado um renovador desejo de Brasil, um desejo que extrapolava aspirações pessoais, ao contrário, buscava um Brasil para um povo que não é só uma massa de desconhecidos, mas um “Povo” com “P” maiúsculo que tinha na lei a garantia de direitos, ou a formalização da cidadania, quase como um estado de espírito, quase como uma utopia.

Um importante propulsor desse caldeirão de ideias novas, por que passava o Brasil em fins do século XIX, foi, sem sombra de dúvidas, o crescente movimento por que as zonas urbanas vinham passando, e não somente nas Províncias ricas, mas também naquelas consideradas de segunda ou terceira ordem, a movimentação das cidades era latente. Em Sergipe, além de Aracaju, que começará a se formar em 1855, já se destacavam Laranjeiras,

³⁰³ *Ao Brasil* de José Pinto Ferreira de Oliveira Apud MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel**. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2008. p. 44.

Maruim, São Cristóvão, Estância, entre outras. Em meio a esse espírito urbano, que se agitava, conseguimos perceber o começo de inequívocas transformações na fisionomia social brasileira.

É a partir desse momento que começava a ser criada uma relação de diferenciação, ou até mesmo de oposição, entre campo e cidade, ou melhor, entre o “tipo urbano” politizado, racional, envolvido com o debate científico e seu contraponto, o “mundo rural”, aristocrático, patriarcal e que não tinha na lei e na razão um caminho de ação, mas sim de oposição.

Por muito tempo, o campo atuará na vida política do país mas, com o advento do cidadão ativo, aquele perdeu espaço e autonomia, pois não tinha mais tato para intervir na nova lógica social, o que abriu espaço para intervenção da *urbe*, em um contexto que exigia além do *logos*, agilidade e visão geral de mundo, pois era preciso colocar o Brasil em uma nova órbita.³⁰⁴

Em 1900, ao escrever uma análise sobre estes tempos, Sílvio Romero afirmou que via “um bando de ideias novas esvoaçarem sobre nós de todos os pontos do horizonte”, referindo-se ao conjunto denso de influências teóricas e conceituais que vinham de vários países e muito estimulavam os jovens bacharéis brasileiros.

Esse conjunto bastante heterogêneo de letrados, composto em sua grande maioria de bacharéis, como já citado anteriormente, formou o que hoje podemos denominar com maior ou menor convicção, de Geração de 1870. Os caminhos construídos por estes intelectuais tiveram início com as clássicas perguntas que há muito tempo incomodavam a humanidade: Quem somos? O que devemos fazer de nós? Quem é o Eu perante o Outro? Essas perguntas tinham no fundo o desejo de entender o Brasil e os brasileiros, buscando também perscrutar os meandros que se estabeleciam entre o ser brasileiro e o ser estrangeiro, ou seja, quem é e como deve ser o Brasil no mundo?

Segundo a historiadora Maria Aparecida Rezende Mota, esses intelectuais produziram um vasto arsenal cultural que tinha como objetivo “compreender, explicar e mostrar a nacionalidade, ou seja, revelar o Brasil a si mesmo, para além das representações construídas até àquela altura, que desejavam definir, de fora para dentro, uma identidade ‘brasileira’”, sendo o grande desafio desses letrados, entre historiadores, romancistas, cronistas e poetas,

³⁰⁴ MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel**. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2008. p. 96.

conciliar de maneira clara e bem definida “uma unidade essencial que, simultaneamente, distinguiria o *Nós* e o *Outro*.”³⁰⁵

Ainda perseguindo o caminho interpretativo indicado pela professora Maria Aparecida Rezende Mota, em texto já citado, é possível perceber que os argutos bacharéis advindos, principalmente de Pernambuco, estavam dispostos a interferir na cena cultural brasileira com um conjunto bastante polêmico de propostas que perseguiram o *ser brasileiro*. Tratava-se, diz a professora Maria Aparecida, de um movimento auto avaliativo, que buscava fundamentar um projeto político bastante ambicioso: recriar a nação, ou, o ideal de nação brasileira.

Esse projeto nacionalista, apresentado pela Geração de 1870, partia do pressuposto de negação dos modelos, considerados à época, arcaicos, visando um novo arquétipo de brasileiro que levasse o país ao progresso, à civilização. Mas para isso, era preciso desnudar o Brasil de si mesmo, era necessário repensar suas estruturas políticas, sociais e culturais. Não era possível, acreditava aquela geração de intelectuais, transformar uma nação, que se mantinha sob a égide da monarquia, que instruía suas crianças em sistemas ultrapassados e obsoletos de educação e estimulava o consumo de uma literatura exacerbadamente adocicada, sentimental e escapista, em uma copia mal acabada da escola romântica europeia.

O que se buscava em fins do século XIX, era demonstrar a urgência que se tinha em superar essas condições político-culturais que freavam a *marcha para o progresso*, pois só assim conseguir-se-ia renovar a sociedade brasileira, libertando-a da decadência e do atraso.

³⁰⁶

Mas que nação seria a brasileira? Que modelo nós deveríamos seguir? Qual era a identidade cultural brasileira construída até 1870? O que identificava o Brasil e os brasileiros em uma só nação? Prosseguindo no encalço da historiadora Maria Aparecida Rezende Mota, percebemos que:

As respostas mais frequentes apontavam para um vácuo identitário. A nação simplesmente não existia. Do ponto de vista étnico, éramos uma raça ainda em formação; do ponto de vista histórico, nossa experiência coletiva não era “autêntica” (...); nossa literatura permanecia “alheia aos mais graves problemas humanos e sociais porque a sociedade não tem nenhum interesse nisso”, como observava José Veríssimo. Enfim, éramos “um dos povos mais deteriorados do globo”, de acordo com Silvio Romero.³⁰⁷

³⁰⁵ MOTA, Maria. A. R. **A Geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil**. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal (RN). XXVII Simpósio Nacional de História - Anais eletrônicos. Natal (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. v. 1. p. 02.

³⁰⁶ Id., Ibid. p. 03

³⁰⁷ Id., Ibid. p. 05

A cada incursão que realizamos ao “mundo das ideias” daqueles sujeitos que nasceram na década de 1850 e protagonizaram as mudanças sugeridas, a partir, de 1870, compreendemos que aquela geração pleiteava a desconstrução de uma sociedade eminentemente “ignorante, preconceituosa, submissa e apática.” Buscava-se, com isso, redesenhar a imagem que o Brasil e os brasileiros construíram de si ao longo da história. Um dos caminhos mais seguros e que trariam, a médio e longo prazo, transformações, inquestionavelmente profundas era engajar-se:

(...) numa prática crítica e pedagógica, caracterizada por uma militância político-literária, com a qual julgavam ser possível transformar a massa submissa ao poder político e ao poder religioso em um conjunto de cidadãos aptos para acompanhar a *marcha do progresso*, conduzindo [o] Brasil ao mundo civilizado.³⁰⁸

A condução do conjunto de reformas que precisava passar o Brasil, partia, acreditavam os letrados brasileiros, da reformulação da educação, pois só com um povo instruído e intelectualmente ativo, era possível encampar a condução do país ao ritmo do progresso e da civilização, aos moldes do velho mundo. A reformulação da instrução pública tornou-se prioridade para a geração de 1870 não por acaso, é preciso lembrar, que estes sujeitos foram formados nas academias nacionais, já citadas anteriormente, em um contexto no qual se promovia o declarado culto à ciência como mestra da vida.

Como já nos apontou Maciel de Barros, o discurso científico, característica básica dessa corrente, é o ponto de encontro do pensamento novo; não necessariamente em defesa da ciência pela ciência, mas o reconhecimento da incoerência em tentar solucionar qualquer problema humano que não seja a partir de um olhar racional, científico. “Só a ciência nos revela o ‘ser’ das coisas (enquanto dever, enquanto relação, enquanto fenômeno) e o *valer* há de decorrer do ser.”³⁰⁹

Todas essas ideias advindas de modelos científicos e políticos os mais diversos, e em alguns casos até opostos, chegaram ao Brasil durante a segunda metade do século XIX e transformaram essa geração na melhor representação da diversidade de ideias – científicas e políticas – que o mundo vivia. Por isso, encontramos no Brasil representantes do positivismo, liberalismo, cientificistas, republicanos, monarquistas liberais, republicanos escravistas,

³⁰⁸ Id., Ibid. p. 05

³⁰⁹ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 20.

abolicionistas monarquistas, positivistas escravistas, e muitos outros que aderiam concepções aparentemente opostos, mas que se comunicavam aparentemente bem em nosso país.

O aglomerado conjunto de ideias importadas do exterior era, de certo modo, de fácil acesso. Além dos celebrados modelos políticos britânicos e norte-americanos, também chegava através dos portos brasileiros o darwinismo social do inglês Herbert Spencer e sua concepção de sobrevivência dos mais aptos; também ganhava força no Brasil a filosofia positiva do francês Augusto Comte, que sugeria a evolução da sociedade a partir de um processo que passaria por três estágios, ou estados, mas sempre sob a orientação de uma elite técnica e científica; Henry Buckle, inglês que exerceu forte influência sobre os letrados brasileiros com suas inovadoras concepções de história e civilização, além das noções de determinismo geoclimático; ainda faziam parte desse conjunto teórico as teorias raciais do francês Joseph Arthur de Gobineau, a partir de quem as relações entre raça e civilização era tema central no debate da nacionalidade tão presente entre os letrados brasileiros.

Para além da ciência, mas não desvincilhada dela, é ainda preciso destacar a atuação de literários que muito contribuíram na formação do fazer literário no Brasil e em vários outros países, principalmente aqueles que contribuíram na escrita realista e naturalista, buscando esgaçar na ficção as mazelas sociais de que a humanidade era vítima, entre os maiores nomes temos o naturalista francês, Émile Zola; o também francês Gustave Flaubert, o maior nome do realismo naquele país, produziu obras clássicas como *Madame Bovary* (1857) demonstrando profundidade em suas análises psicológicas, senso de realidade e lucidez social; ainda com um estilo muito parecido, ao que destacamos anteriormente, a França presenteou o mundo com Honoré de Balzac e suas argutas críticas à sociedade burguesa pós-napoleônica; destacamos ainda o escritor luso Eça de Queirós, que teve reconhecido no seu romance, *O crime do padre Amaro* (1875), o título de melhor obra realista portuguesa do século XIX.

A união entre as novas ideias político-filosóficas e a cultura letrada, ou literatura propriamente dita, representou o casamento perfeito para a construção do Brasil em fins dos oitocentos. A elite letrada era embevecida por esse conjunto efervescente de ideias que chegavam de todas as partes do horizonte, e ao mesmo tempo utilizava-se desse saber filosófico e político para transmitir, através da ficção e dos textos de crítica literária, como era o caso de Sílvio Romero, um conjunto contundente e bem alicerçado do que deveríamos ser, do que deveríamos fazer, ou melhor, de quem éramos nós, quem eram eles e que composição existia entre ambas. A literatura seria nesse processo de construção da nação o braço forte da instrução, do esclarecimento e da unidade nacional.

O que os protagonistas da Geração de 1870 entendiam por nação ou nacionalismo, seria o que Eric Hobsbawm identificou como a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com “sua” nação e podiam ser mobilizadas. É obvio que esse sentimento que movia as pessoas em um único propósito não começou no século XIX, todavia, destacou Hobsbawm, no período de 1870 a 1914, o nacionalismo avançou dramaticamente e seu conteúdo ideológico e político transformou-se. A palavra “nacionalismo” apareceu pela primeira vez em fins do XIX, para descrever grupos de ideólogos franceses e italianos que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros.³¹⁰

Mas também é preciso refletir que nação e nacionalismo, assim como assinala Cornelius Castoriadis, não são normas ou conceitos forjados dentro de uma estrita racionalidade, ao contrário, a construção da identidade nacional requer o apelo emotivo, exige imaginação, apelo lúdico, anseio. É preciso unir os indivíduos em torno de um modelo de sociedade que ganha significado a partir de “coisas inventadas”, erigindo uma complexa rede simbólica que ganhava sentido ao tempo em que a maioria numérica ou a minoria letrada lhes confere vigência. Essas invenções tem o propósito de oferecer caminhos, pelo menos temporários, para solucionar conflitos os quais se erguem diante de qualquer sociedade, e principalmente dar respostas a questionamentos clássicos que de uma geração a outra vem à superfície: Quem somos nós? Quem somos nós diante do mundo?³¹¹

O que poderíamos chamar de identidade coletiva, nacional ou, até mesmo, cultural seria algumas das respostas proferidas a partir dessas questões, mas independente da abrangência das respostas, elas configurariam o modo de funcionamento dessa coletividade, definindo os mecanismos de acomodação das instituições sociais e seus instrumentos simbólicos, para que possam ser socialmente reconhecidas, aceitas e sancionadas, pois só assim, sua importância estratégica de manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que dele participam, será alcançada.

Ou seja, o que levamos em consideração, nesse processo de construção da nacionalidade é que, na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação

³¹⁰ HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios** (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998. p. 203 e 204.

³¹¹ CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição e o imaginário: primeira abordagem**. In: A instituição imaginária da sociedade. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 139-197.

cultural. As pessoas não são apenas cidadãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional, assim como argumenta Stuart Hall.³¹²

Nessa perspectiva, é preciso levar em consideração a carga simbólica construída em torno da nação, que se converte no mesmo instante em criador e criatura, representado, historicamente, na forma mais eficaz de constituição da identidade coletiva, tendo como produto desse processo de formalização o pertencimento, ou seja, o reconhecimento dos indivíduos em relação a uma determinada comunidade, cumprindo, talvez, o mais importante papel da identidade nacional, a produção da ordem, da norma, isto é, o “de equacionar, no interior da coletividade, seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais.”³¹³

Nesse processo de construção da nação e da nacionalidade a educação cumpre importante papel na aquisição dos pré-requisitos da identidade coletiva, pois é preciso construir símbolos culturais que ligassem as pessoas, tornando-se mister a conscientização sobre a salvaguarda dos mesmos. Assim, a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizando, por exemplo, uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda uma nação, criando-se uma cultura homogênea e mantendo-se instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional público que possa levar o ideal de cidadão aos mais diversos lugares. Dessa e de outras formas, a cultura nacional tornou-se um dispositivo para construção da modernidade, ou pelo menos, de algo que representava o novo.³¹⁴

3.3 O PRESIDENTE INGLÊS DE SOUZA EM ROTA DE COLISÃO COM “VELHOS” PARADIGMAS

Neste cenário de constantes mutações por que passava o mundo, o Brasil e por consequência, a Província de Sergipe em fins dos oitocentos, Inglês de Souza, sujeito para o qual a dispensa apresentação, enquadra-se como um personagem singular a nos conduzir em meio aos complexos jogos de interesses que prevaleciam naquele contexto. Como presidente de província, a sua função era a manutenção da coesão nacional, integrando a Província que

³¹² HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. São Paulo: DP&A Editora, 2006. p. 47 a 63.

³¹³ MOTA, Maria. A. R. **A Geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil**. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal (RN). XXVII Simpósio Nacional de História - Anais eletrônicos. Natal (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. v. 1. p. 01 e 02.

³¹⁴ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. São Paulo: DP&A Editora, 2006. p. 47 a 63.

administrava ao Império, em um regime de estabilização política nacional, o que fez Tavares Bastos qualificar o presidente de Província como um *vice-rei*.³¹⁵

Mas, assim como outros correspondentes do império da época, Inglês de Souza, foi além da sua atuação na burocracia e na gestão provincial, ele foi um importante divulgador dos métodos pedagógicos, um agitador cultural, ou ainda, um agente de mudanças dos mecanismos utilizados no processo de formação docente.³¹⁶

No uso de suas atribuições como presidente, Inglês de Souza viu na qualificação dos professores e na consequente reformulação do ensino das instituições públicas de educação o caminho mais seguro para levar o Brasil ao rol das grandes nações industrializadas. Desde o seu primeiro mandato como deputado provincial por São Paulo que Inglês de Souza trouxe à tona a problemática da educação pública no Brasil, colocando em destaque a formação dos professores, pois via na boa formação dos mestres o melhor caminho para a construção do cidadão moderno e bem preparado para os desafios que lhe eram apresentados.

Omar Schneider, em seu trabalho de doutoramento, afirma que Inglês de Souza via:

Na escola [produzir-se] o homem criativo, industrial e possuidor de outras concepções de mundo. As pedagogias modernas [eram, para Inglês de Souza], o meio para atingir as metas que ele havia traçado a (...) Província, quiçá o Brasil. A introdução de novos métodos de ensino que se fundamentavam na atividade, nas experiências com as coisas, não poderiam ser realizadas, valendo-se dos métodos considerados ultrapassados, (...) A escola reformada seria o local em que se poderia criar o novo homem para as nova sociedade moderna (...).³¹⁷

Mas o processo de adaptação ou de maturação do melhor modelo de escola para formação desse homem moderno não foi nada fácil. As dificuldades eram impostas por um conjunto de divergências que se erguiam sempre que o tema debatido era a formulação ou reformulação da educação pública nas Províncias. Os debatedores, intelectuais, educadores, políticos, clérigos e demais interessados, dividiam-se quanto aos métodos de ensino que deveriam ser adotados e os conteúdos ministrados, ficando o problema ainda maior quando se falava em formação de professores, ou melhor, em como deveria ser organizado o currículo das Escolas Normais.

³¹⁵ BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. **A Província: estudo sobre a descentralização do Brasil**. Ed. facsim. Brasília: Senado Federal, 1996.

³¹⁶ SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império**. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 285.

³¹⁷ Id., Ibid. p. 288.

Em profícuo trabalho concluído em 2007, Omar Schneider, citado anteriormente, destaca que as divergências, quanto à formação de professores, eram problemáticas, sendo os questionamentos a esse respeito constantes: Em quantos anos o curso da Escola Normal deveria ser concluído? Quantos anos deveriam ser dados para que todos os professores já formados passassem pela Escola Normal? Quais conteúdos garantiriam a padronização da formação dos futuros professores? Sendo que, ainda em meio a todas essas questões, perguntava-se: qual padrão pedagógico deveria ser seguido, o “germânico” ou o “americano”? Qual deles oferece os melhores resultados na prática pedagógica e na formação dos jovens estudantes? ³¹⁸

A participação de Inglês de Souza em meio aos debates educacionais começou ganhar fôlego quando ele defendeu na 39ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (ALPSP), aos 06 de Abril de 1880, a reabertura da Escola Normal paulista e a sua reestruturação curricular, ocasião em que reverberou sua simpatia pelo modelo pedagógico germânico. Mas a opinião de Inglês de Souza não era unânime, pois se havia um consenso, naquele momento, que “um país é o que sua educação o faz ser”, ³¹⁹ isso não ocorria quanto aos métodos e conteúdo concernentes aos currículos e cursos.

Era evidente e inquestionável a valorização da ciência entre a maioria dos debatedores que se envolviam nas discussões sobre os modelos educacionais durante as décadas de 1870 e 1880, afinal o cientificismo era o ponto de encontro do “pensamento novo”, assim como destacava Maciel de Barros. ³²⁰

Essa geração era a representação do culto à ciência, mas não da ciência por si mesma, mas da impossibilidade de qualquer solução não científica para os problemas humanos, introduzidos nos desafios que compunham a complexa modernidade. Esse conjunto de ideias que procurava alinhar as instituições brasileiras ao “espírito do século” proveniente do ocidente próspero, encontrava na “mentalidade liberal” – que nada tem a ver com partido liberal – terreno fértil e de forte articulação rumo à consolidação de seus propósitos.

Entretanto, destaca Marcial de Barros, quando nos aproximamos dessa “mentalidade liberal” não temos uma homogeneidade, muito menos contornos nítidos no que se refere aos meios utilizados na consolidação de seus ideais: “há *liberais* e *liberais*, que, embora

³¹⁸ Id., Ibid. p. 286.

³¹⁹ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 10.

³²⁰ Id., Ibid. p. 20.

frequentemente concordando nas medidas práticas a tomar, buscam a inspiração de seus atos e de seus pensamentos em fontes teóricas completamente diversas.”³²¹

Neste sentido, o debate que regulamentava a reabertura da Escola Normal de São Paulo, proposto por Inglês de Souza e já citado anteriormente, foi amplamente aceito pelos seus pares, mas não houve consenso em relação ao modelo pedagógico adotado pela instituição responsável por formar o professorado paulista. Assim, o embate travado entre Inglês de Souza e os deputados bandeirantes torna-se um importante instrumento para perscrutar o mundo das ideias de nosso personagem principal, afinal, pouco tempo depois desse episódio, Inglês de Souza foi enviado para Sergipe e nessa Província, articulou uma reforma na instrução pública que muito se pareceu com aquela que havia alvitado tempos antes enquanto parlamentar.

No discurso proferido por Inglês de Souza na sessão da ALPSP, ele nos deixa claro a sua total indignação com a recusa, por parte da Comissão de Instrução Pública, do seu programa para a Escola Normal, e aponta que o Projeto 274 que estava sendo votado naquela sessão era exatamente o oposto daquele que ele havia anteriormente sugerido.

É nesse momento que Inglês de Souza pleiteia a palavra e dirige-se ao presidente da sessão: “Sr. Presidente,” sou autor do primeiro “projeto sobre o qual a nobre Comissão de Instrução Pública deu seu parecer e apresentou” hoje um substitutivo, “corre-me de alguma forma o dever de justificar as ideias contidas no projeto que apresentei,” afinal “foram elas censuradas na imprensa como fruto da precipitação, e da falta de exame da questão.” E continuou o então deputado Inglês de Souza: o projeto apresentado era filho “de um sistema que me pareceu bem pensado, em relação às matérias do ensino do curso normal.” Por isso, insistia na “defesa do projeto primitivo, no ataque das diversas disposições do projeto da nobre Comissão, visto como um é exatamente o contrário do outro.”³²²

Ao afirmar a oposição e contrariedade entre os projetos apresentados à casa parlamentar paulista, Inglês de Souza deixa evidente, no decorrer de seu discurso, que havia ali concepções de uma Escola Normal que representavam propósitos bem diversos, encontrando seus principais pontos de divergência “em relação à extensão e qualidade do ensino, (...) em relação à duração do curso, [e] (...) em relação à divisão das matérias por

³²¹ Id., Ibid. p. 58.

³²² ANAIS ELETRÔNICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PROVINCIAL DE SÃO PAULO (AEALPSP), 1880. p. 396. (Grifos do autor)

ano.” E ficando a maior divergência, diz Inglês de Souza, “ao modo de entender o ensino” em sua extensão e qualidade.³²³

Estes aspectos, em destaque, apresentados por Inglês de Souza, referem-se ao tempo que duraria o curso de formação de professores na Escola Normal e a quantidade de matérias ministradas no mesmo, levando os alunos, futuros mestres, a uma constituição mais específica e/ou mais ampla. O projeto criticado por Inglês de Souza, aquele apresentado pela Comissão de Instrução Pública, estava propondo uma formação mais ampla, em número de matérias e em tempo de curso, já o projeto defendido pelo deputado Inglês de Souza limitava o tempo e as cadeiras oferecidas, objetivando uma formação mais específica, voltadas às reais necessidades do professor no exercício de suas funções profissionais.

Na prática, o visualizado com esse debate entre Inglês de Souza e seus pares da Comissão de Instrução da ALPSP é a discussão de dois modelos pedagógicos, um germânico, defendido pelo deputado, e outro francês, acastelado pela comissão. Falando ainda de modo limitado, as diferenças que se apresentam entre esses dois modelos é que o primeiro é mais específico e tem como finalidade a formação naquilo que se apresenta como essencial para o professor ministrar em suas aulas, já o segundo, deseja uma composição mais ilustrada dos conteúdos, apesar de superficial.

Essas evidências chegam a lume, através da fala do próprio Inglês de Souza em seu discurso na ALPSP, onde afirma que “(...). Ministrar aos alunos uma instrução sólida e limitada” é a missão “de uma escola normal bem organizada; e para que esse ensino seja bastante profundo e possa produzir verdadeiros professores, é indispensável que seja limitado.” Destacando ainda que, propunha a limitação do número de cadeiras na Escola Normal, não porque desconhecia naquela instituição os seus propósitos, mas por entender que “tratando-se de professores, era preciso ensinar-lhes o que mais tarde deveriam ensinar aos seus alunos.”³²⁴

Dando prosseguimento ao tema debatido, Inglês de Souza ainda endossa e provoca os deputados e a Comissão de Instrução dizendo:

Trata-se de organizar uma escola normal primária, e segundo a legislação que rege essa matéria na província, o ensino é um e bem determinado. O que deve fazer o legislador que trata de organizar uma escola nessas condições? Ter em vista, e é essencial esse ponto, as matérias que formam o ensino elementar do país.
Qual a missão da escola normal entre nós? Criar professores que possam ensinar as matérias elementares aos que iniciam a sua carreira literária. Sob

³²³ Id., Ibid. p. 396.

³²⁴ Id., Ibid. p. 396.

esse ponto de vista é claro que toda e qualquer matéria que se introduzir no ensino normal, sem ser da ordem das que lhe são essenciais, será pelo menos dispensável, e a escola normal, como já disse alguém, só deve ocupar-se de matérias indispensáveis.³²⁵

E sobre a composição de currículos, considerados por Inglês de Souza os considera extensos e desnecessários no processo de formação da juventude brasileira, destaca ainda, vislumbrando uma evidente comparação, a situação das academias superiores de direito e medicina. Para o então deputado Inglês de Souza, as “faculdades superiores do Império, pela grande extensão que se tem dado ao ensino, hão produzido efeitos contrários” àqueles desejados para o país. Segundo ele, o que se via, na época, era “sair grande número de alunos” que tinham “uma tintura geral das matérias que estudam”, mas “não conhecem profundamente nenhuma delas” e eram “incapazes, muitos, logo que deixam os bancos da academia, de exercerem a profissão para que estudaram cinco ou seis anos.”³²⁶

Sendo ainda mais enfático sobre o assunto, aponta que “nas academias de direito” brasileiras, da qual ele próprio havia feito parte, “temos visto constantemente que o ensino de matérias inúteis, algumas até ridículas, sobrecarregando a inteligência do aluno,” trazendo com isso, destaca Inglês de Souza, “apenas uma ilustração superficial (quando essa mesma existe) e incapaz de produzir os frutos que todo homem sensato deve ter em vista.”³²⁷

Inglês de Souza continuava sua explanação, assegurando ao presidente da ALPSP que a “Ilustrada Comissão de Instrução” não havia compreendido o que seu projeto de reabertura da Escola Normal de São Paulo pretendia, ou ainda, que o júri parlamentar não tinha, ainda, noção clara da finalidade do ensino normal e os reais riscos que sua má estruturação causaria para os futuros professores, alunos e por consequência ao país. Sendo assim, qual outra “razão temos nós para temer que na escola normal, existindo o ensino por demasia, no fim de dois ou três anos, quando se encerrar o curso, tenhamos professores com algumas noções das matérias que estudaram, mas completamente ineptos para ensiná-las.” Esse, diz Inglês de Souza, deveria ser o:

“(...) resultado (...) [visto pela] ilustrada Comissão, apresentando o seu parecer, porque deve saber que a escola normal é criada para formar professores de certas e determinadas matérias, e portanto sob esse ponto de vista é que devia firmar-se a base do estudo, procurar estabelecer o ensino

³²⁵ Id., Ibid. p. 396.

³²⁶ Id., Ibid. p. 396

³²⁷ Id., Ibid. p. 396

em ordem a produzir um resultado seguro e ilustrar o professor tanto quanto possível, nas matérias que tem de ensinar.³²⁸

Diante dos pontos de vista apresentados, procuramos ser o mais sucintos possível, pois, Inglês de Souza afirmava que não defendia simples opiniões particulares e desvinculadas da realidade, ao contrário, defendia um modelo de Escola Normal que já vinha dando certo e logrando êxitos em outros destacados países do globo, a exemplo dos:

(...) Estados Unidos, (...), país que a muitos outros se avanta pelo desenvolvimento da instrução popular, reconheceu-se a supremacia a esse respeito; em um país europeu muito atrasado em outras coisas, na Prússia, onde o ensino normal tem tido grande desenvolvimento. E, irei buscar em fonte insuspeita o reconhecimento dessa autoridade da Prússia; tenho aqui algumas palavras do relatório apresentado, em 1871, pelo Diretor da Instrução Pública ao Ministro do Interior (...).

Desde muito tempo, Sr. Presidente, que a questão de instrução pública e, especialmente a questão de escola normal, ocupa a atenção dos estadistas prussianos. (...).³²⁹

Ironicamente, Inglês de Souza interpela os parlamentares dizendo acreditar “que toda a casa [conhecia] os regulamentos de 1854” que reformulavam “a instrução pública da Prússia e especialmente o primeiro, que se ocupa da organização das escolas normais evangélicas.” Pois, estudando as matérias desse regulamento, adverte Inglês de Souza, “veremos que ali em seis anos de curso (...) poucas matérias se exigem;” sendo somente a língua alemã, o cálculo, a geografia e história pátria, além do canto e da ginástica. Porém, “o parecer da Comissão exige, além de todas essas matérias, substituindo a língua alemã pela portuguesa, química, física, noções de história universal, francês e outras coisas.”³³⁰

Ora, mais uma vez inquiriu Inglês de Souza, “se na Alemanha se julgou que seis anos eram apenas indispensáveis para ministrarem-se ao aluno conhecimentos limitadíssimos como esses, como pretende a nobre Comissão, em dois anos, sobrecarregar a inteligência do aluno com conhecimentos tão variados e tão importantes?”³³¹

O pleito teve continuidade e as ideias defendidas pelo deputado Inglês de Souza foram expostas de maneira cada vez mais evidente, trazendo sempre o exemplo alemão para o centro do debate como um caminho a ser seguido, levando, consecutivamente, em consideração as devidas adequações da escola germânica às necessidades nacionais exigidas pelo contexto

³²⁸ Id., Ibid. p. 397 (Grifos do autor)

³²⁹ Id., Ibid. p. 397

³³⁰ Id., Ibid. p. 397

³³¹ Id., Ibid. p. 397 (Grifos do autor)

brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, Inglês de Souza pressentia que sua proposta era voto vencido, por isso mesmo, ainda tendo muito a falar, e falou, antecipou-se em dizer:

Sei que a opinião da Comissão encontrará talvez eco nesta Casa, e nem eu pretendo destruir o seu projeto, e muito menos fazer prevalecer as ideias que tenho sobre a matéria; mas, como disse a princípio, cabe-me a responsabilidade de sustentar o meu projeto e, como as ideias se acham em antagonismo, eu prosseguirei na demonstração das verdades como as entendi, para chegar a conclusão de que, se as nossas ideias divergem, os nossos sentimentos são os mesmos. O pensamento que me levou a elaborar aquele projeto foi todo de ordem de utilidade pública.³³²

Traçando, de modo contundente, o que acreditava ser o modelo ideal de Escola Normal, Inglês de Souza deixava claro em seu discurso na ALPSP quais eram os desafios que o Brasil e os brasileiros teriam que enfrentar naquela virada de século, sendo a formação dos professores um dos passos mais importantes a ser dado. O que o jovem bacharel propalou em São Paulo foi concretizado posteriormente em Sergipe e no Espírito Santo, províncias que governou nos anos seguintes. Em terras sergipanas, foco de nossa pesquisa, o êxito de Inglês de Souza veio com o decreto de 04 de Julho de 1881, que promovia uma ampla Reforma na Instrução Pública Provincial, e a reabertura da Escola Normal de Sergipe, tema que já abordamos nos capítulos anteriores.

A cada novo espaço perscrutado e novas ideias desveladas, vamos desnudando um Inglês de Souza, surpreendente, que deixava a cada instante evidência mais concreta de seu perfil, contorno que buscamos traçar insistentemente ao longo desse trabalho, pois só assim conseguiríamos compreender as motivações que levou aquele personagem, nos idos dos anos de 1880, advogar o que Roque Spencer de Barros chamou de “ilustração brasileira”, ou seja, um conjunto de crenças que creditava ao absoluto poder das ideias o caminho mais seguro para aproximação com a ciência “e a certeza de que a educação intelectual [era] o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral.”³³³

Mas ainda, complementa Macial de Barros:

(...) não é só em tal sentido que falamos de uma “ilustração brasileira” nesse período, [anos de 1870 e 1880]. Usamos a expressão no seu sentido mais lato: os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente, a “ilustrar” o país; a “ilumina-lo” pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas “focos de luz”, donde haveria de sair uma nação transformada. (...)

³³² Id., Ibid. p. 397

³³³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 09.

[esperava-se] a transformação da sociedade pela ilustração: ilustrar-se é ser bom e é ser feliz.³³⁴

E, naquele contexto, não havia melhor exemplo a ser seguido do que aquele que vinha da Europa Central, ou seja, da próspera Alemanha. Como já destacamos anteriormente, era crença entre os intelectuais brasileiros que um país é o que sua educação o fazia ser, fazendo um paralelo entre a bem estruturada educação alemã e sua rápida e sólida estruturação política e econômica. Quando se comentava a vitória alemã na guerra de 1870, costumeiramente atribuíam-se o êxito nacional à bem organizada estrutura educacional. Até os mais importantes autores franceses, a exemplo de Charles Schützemberger, que escreveu livros considerados bíblias da pedagogia para muitos intelectuais brasileiros, afirmou a superioridade do ensino alemão em relação ao francês, destacando ainda que isso era a causa de tanto triunfo para a jovem nação.

Destaca Marcial de Barros, “que não se [procurava] explicar o estado do ensino como reflexo da situação geral do país,” seja a Alemanha, a França ou o Brasil, ao contrário, a boa ilustração que levava, por consequência, o progresso da nação, eram “as ideias, acreditava-se, que [moviam] o mundo e a escola, por excelência, a instituição que as organizava e desenvolvia.”³³⁵

A lógica a ser seguida deveria partir do pressuposto que, para um país cumprir o seu destino, era preciso superar o seu “atraso cultural”, acelerando a marcha “para alcançar a parte mais progressiva da humanidade”, sendo este o espírito que impulsionou a “ilustração brasileira” do final do século XIX, dando aquela geração, diz Barros, inspiração “prospectiva”, ou seja:

(...) os seus homens mais significativos não [olhavam] para trás, mas para frente. Nada mais expressivo, nesse sentido, do que esta frase de Rui [Barbosa]: “a situação da lei nem sempre há de ser precisamente idêntica à da sociedade onde tem de imperar. Aquela pode, e, em certos pontos, deve, adiantar-se a esta, como escola, como prenúncio dos novos tempos, como preparação do futuro.” Isto é, as ideias que se exprimem na lei não têm por função (...) consagrar a situação presente: a lei [assim, como a escola] é “educadora”, exprime um ideal ainda irrealizado e deve ser uma das forças a [trabalhar] na sua realização.³³⁶

Esse “idealismo” que perpassava as fronteiras políticas, jurídicas e pedagógicas, da arvorada juventude ilustrada brasileira tinha como finalidade a construção da nação, a

³³⁴ Id., Ibid. p. 09 e 10. (Grifos do autor)

³³⁵ Id., Ibid. p. 10. (Grifos do autor)

³³⁶ Id., Ibid. p. 11. (Grifos do autor)

universalização daquilo que se denominava Brasil. Buscava-se, mesmo diante das diferenças étnicas e culturais, já bem perceptíveis, na época, uma unidade civilizadora que enquadrasse a nação brasileira aos mais bem equipados centros de saber, afinal, destacou Barros, “há um processo histórico único e as principais diferenças entre as nações são de *fase* e não de *natureza*”.³³⁷

Entre os aparentes desafios que precisavam ser transpostos, por aqueles que buscavam encarrilhar o Brasil nos trilhos do progresso cientificista, encontramos as barreiras impostas pela religião e sua forte aderência ao Estado, brecando ações mais contundentes por parte daqueles que viam para além das barreiras do pecado. Mesmo diante das relações abaladas, entre a Igreja e o Estado imperial brasileiro – tema que trabalharemos com mais afinco nas próximas laudas – a influência dessa instituição nos mais diversos setores da sociedade era inequívoca em fins dos oitocentos. Por isso, em uma reforma educacional, como a que foi implementada por Inglês de Souza em Sergipe, não havia lugar para religião, ou melhor, para o ensino da religião, matéria considerada por ele e grande parte de sua geração, desvinculada dos reais desafios que os jovens estudantes enfrentariam no mundo moderno logo após o termino dos estudos.

A representação, para Inglês de Souza, de uma educação moderna, aos moldes dos países mais desenvolvidos, estava diretamente ligada, como já podemos perceber em alguns dos seus discursos, ao ensino livre, e essa liberdade impedia que houvesse qualquer direcionamento canônico por parte da escola, seja de nível elementar ou superior, suprimindo crenças ou cultos religiosos de qualquer credo ou denominação por parte, principalmente dos professores.

Com essa predileção por extirpar qualquer forma de culto religioso nas escolas, fica evidente o olhar positivista dado por Inglês de Souza à estruturação da sociedade, estruturação que só era possível, acreditava-se, através do saber advindo da escola. Isso fazia Inglês de Souza seguir a lógica interpretativa comtiana, na qual defendia, que as ideias conduzem e transformam o mundo, sendo através dela, que se dá a evolução da inteligência humana a qual comanda o desenrolar da história, fazendo o espírito humano, em seu esforço para explicar o universo, passar sucessivamente por três estados: teológico ou *fictício*, o metafísico e o estado positivo.³³⁸

³³⁷ Id., Ibid. p. 12.

³³⁸ Foi a partir da observação do progresso humano, que Augusto Comte (1798 - 1857), filósofo francês, formulou a famosa Lei dos Três Estados. A evolução das concepções intelectuais da humanidade fez Comte perceber que esse desenvolvimento passava por três estados, ou fases, teóricas diferentes: o estado *teológico* ou *fictício*, o estado *metafísico* ou *abstrato* e o estado *científico* ou *positivo*. Essa teoria, ou melhor, lei, tornou-se a

Sendo assim, Inglês de Souza exortava, como um positivista convicto, que os saberes concernentes à religião e às crenças religiosas encontravam-se represados no estado teológico, ou fictício, não estando estes saberes voltados para as reais necessidades do mundo moderno, ou seja, completamente desvinculados dos anseios liberais de progresso, civilização e riqueza. O que preocupava aqueles que se encontravam no primeiro estado, apontado por Comte, era um conjunto amplo de valores acéticos que só impediam o desenvolvimento de uma nação, em franca construção, como era o Brasil em fins do século XIX.

O primeiro contato que Inglês de Souza obteve com as teorias positivistas se deu ainda no Recife, por volta de 1873, período que predominavam esses debates na Faculdade de Direito pernambucana e ainda tinha a ilustrada e ativa Escola do Recife como espaço aglutinador dos mais acalorados debates filosóficos, jurídicos e culturais da época. Segundo Antônio Paim,³³⁹ a Escola do Recife atravessou quatro fases, entre as quais Inglês de Souza é partícipe e produto da primeira, que compreende os fins da década de 1860 até 1875.

Segundo Antônio Paim, já citado, na primeira das quatro fases que subdivide a história daquele grupo seletivo e diverso de pensadores, é perceptível que seus fundadores eram entusiastas de um movimento que aspirava alcançar uma ampla renovação no terreno das ideias, atendendo aos anseios de grande parte da intelectualidade da época, rejeitando com veemência o ecletismo espiritualista. Para combater os antigos e, na época, desvalorizados ideais, era preciso se apoiar em novos paradigmas, daí vem às alternativas oferecidas pelo positivismo e também pelo darwinismo, ou até mesmo, o materialismo defendido por Sílvio Romero. Esses aspectos já davam o prenúncio da formação de uma geração autônoma e ávida pelo “novo”, aviltando dos “antigos” donos do saber a possibilidade de defesa.

A influência positivista entre os integrantes da Escola do Recife, entre eles Inglês de Souza, começou ainda em 1868, período de auge do amadurecimento filosófico de Tobias Barreto, fenômeno que gerou significativa amplitude dos círculos intelectuais do Recife, e

base da filosofia, da política e da ciência ocidental por quase dois séculos através do positivismo. A Lei dos Três Estados é o fundamento da obra de Comte, tendo sido apresentada pela primeira vez em seu livro *Curso de filosofia positiva* (1848). Nesta obra, segundo Comte, o espírito humano, de modo a explicar os fenômenos que se observam no universo, passa por três formas de concepção da realidade que são explicados da seguinte forma: **1º Teológico:** os fenômenos são explicados através de vontades de seres sobrenaturais e/ou transcendentes. O Estado Teológico pode ser dividido em três fases progressivas: Animismo; Politeísmo e Monoteísmo. **2º Metafísico:** os fenômenos são explicados por meio de forças ocultas e/ou entidades abstratas. As abstrações personificadas substituem as vontades sobrenaturais. **3º Positivo:** o espírito humano renuncia à busca das causas primárias e dos fins últimos, subordinando os fenômenos a leis naturais experimentalmente demonstradas. As causas absolutas (os porquês) e os fins (finalidades últimas), por serem inacessíveis ao exame científico, são substituídas pelo estudo e descobertas das leis naturais que explicam como os fenômenos ocorrem. No estágio positivo procura-se descobrir as leis segundo as quais os fenômenos se encadeiam uns aos outros. REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. Vol. III. São Paulo: Paulus, 1991.

³³⁹ PAIM, Antônio. **A filosofia da Escola do Recife**. Editora Saga: Rio de Janeiro, 1966. p. 83.

algumas colisões entre representantes da Escola do Recife e figuras que exerciam o magistério na Faculdade de Direito, a exemplo do professor Aprígio Guimarães, lente ultramontano e conservador, era membro do corpo docente da Academia desde a década de 1850, reconhecia, até certo ponto, o desenvolvimento da ciência, da filosofia e do direito, mas não desvencilhava-se, em hipótese alguma, da sua bagagem trazida da “ciência velha”, o que causou, diz Beviláqua, intensos embates entre alunos e mestre.³⁴⁰

Esse amadurecimento por parte de Tobias Barreto, que por consequência influenciou os colegas, deu-se nos dois últimos anos de Academia, compreendidos entre 1868 e 1869, quando ele fora despertado para as obras de cultores da crítica religiosa, tema que ganhara inúmeros adeptos na Europa a partir da década de 1830. Segundo Antônio Paim,³⁴¹ provavelmente a fonte imediata para o conhecimento desses autores teria sido a famosa disputa literária ocorrida em Portugal, por volta de 1865, e que passaria à História com o nome de *Questão Coimbrã*. O que levou o estudo da religião como fenômeno histórico, produto de determinadas condições sociais, assim, a crítica científica. As obras que mais influenciaram Tobias Barreto e seus pares no sentido de levarem ao rompimento com o espiritualismo e aproximarem-se de outras correntes filosóficas, como o positivismo, foram aquelas escritas por: Wilhelm Scherer, Joseph Ernest Renan, Friedrich Max Müller e Hippolyte Adolphe Taine.

A predileção pelo discurso cientificista trazido pelo positivismo, em oposição ao ecletismo religioso, predominante no Brasil até meados do século XIX, ganhou ainda mais adeptos nos primeiros anos da década de 1870, período em que Tobias Barreto tentava ganhar a vida no Recife como advogado e jornalista. Neste ano, Tobias ingressa no Partido Liberal e fundou o jornal *O Americano*, colocando-o a serviço da agremiação da qual agora fazia parte. No referido período, Tobias publica uma série de artigos genericamente intitulados de *Notas de crítica religiosa*, onde afirmava que:

A crítica religiosa é um dos poderes do século, cuja atmosfera moral está impregnada da poeira a que tem reduzido as antighalhas caducas; sua influência é inevitável a qualquer espírito ambicioso de luz; os grandes homens que se hão colocado a frente do movimento são de uma enorme estatura, e projetam até nós suas sombras gigantescas.³⁴²

³⁴⁰ BEVILÁQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª Ed. Brasília, INL, Conselho Federal de Cultura, 1977. p. 47.

³⁴¹ PAIM, Antônio. **A filosofia da Escola do Recife**. Editora Saga: Rio de Janeiro, 1966. p. 20.

³⁴² Id., Ibid. p. 21 APUD: BARRETO, Tobias. **Estudos Alemães**. p. 273 e 274.

Os artigos de Tobias Barreto geraram uma grande celeuma nos meios católicos pernambucanos, bastando a nós lembrar o episódio destacado por Antônio Paim, em que o Conselheiro Autran nominou os artigos do advogado sergipano de *Crônicas dos Disparates*, refutando de maneira contundente os argumentos de Tobias que, também não deixando barato, acentuou duras apreciações ao referido conselheiro, arrastando a luta por vários números de *O Americano* e de *O Católico*.³⁴³

Mesmo quando Tobias Barreto transferiu-se, em 1871, para a cidade pernambucana de Escada, onde viveu até 1882, não perdeu os vínculos com Recife e sua vida intelectual, principalmente com os integrantes da Escola do Recife. Sobre o assunto destaca Sílvia Romero: “Durante os dez anos (...) em que residiu (...) [em] Escada, (...) Tobias ia (...) quinzenalmente ao Recife, colaborava a miúdo nos jornais desta capital, frequentava os teatros e os salões, era assíduo na tribuna do júri, foi ali deputado” [e promoveu inúmeros discursos].³⁴⁴

Vê-se que o propósito dos tobiáticos, ou melhor, daqueles que reunidos ficaram para a história nominados como Escola do Recife, aspiravam a uma reforma ampla e irrestrita da ideologia dominante no Brasil dos fins dos oitocentos. Com suas críticas, desejavam desalojar o ecletismo e as velhas doutrinas das escolas jurídicas. Mas também sonhavam, diz Antônio Paim, com a reforma dos costumes políticos, sendo sua importância manifestada com destaque neste ponto, pois, o que realizaram no sentido de radicar no país um pensamento filosófico e por dar base científica ao estudo da sociedade e das suas relações jurídicas, bastando isso para situá-los como um ponto alto no processo de evolução de nosso povo e da constituição de sua cultura.³⁴⁵

Todo esse arcabouço teórico, absorvido por Inglês de Souza durante os quatro anos que esteve no Recife, entre 1872 e 1875, desempenhou grande influência no seu processo de formação intelectual, ficando isso evidente em suas predileções filosóficas positivistas. Mas não podemos esquecer que Inglês de Souza não concluiu seus estudos no Recife, transferiu-se para São Paulo, onde concluiu seus estudos jurídicos em 1876, o que nos leva a fazer algumas perguntas em relação à permanência ou interrupção das preferências teóricas de nosso personagem: A mudança de academia interferiu nas opções teóricas, e consequentes formas de interpretar o mundo para Inglês de Souza? Se a orientação positivista de Inglês de Souza

³⁴³ Id., Ibid. p. 22.

³⁴⁴ Id., Ibid. p. 23. APUD: Prólogo à 2ª edição e *Estudos de Direito*, In VI volume das *Obras Completas de Tobias Barreto*, pag. XXXV.

³⁴⁵ Id., Ibid. p. 85.

estava no Recife, o que ele passou a seguir em São Paulo? Quais as influências teórico-filosóficas, jurídicas e culturais que tinham os alunos no curso jurídico paulista? Inglês de Souza passou, ou não, a seguir novas correntes teóricas em São Paulo?

Para responder essas perguntas, daremos continuidade a algo que já começamos a apresentar em parágrafos anteriores, num diálogo estabelecido com Antônio Paim, em texto já citado, onde este afirma que a famosa Escola do Recife, da qual Inglês de Souza fez parte, dividiu-se, teoricamente falando, em quatro fases. A primeira dessas fases, já apresentada por nós, tinha o positivismo comtiano como principal instrumento de leitura de mundo. A segunda fase teve início em 1875, logo após a saída de Inglês de Souza do Recife, tendo como marco o famoso incidente onde Sílvio Romero, durante a defesa de sua tese de doutoramento, declara perante a banca examinadora *que a metafísica estava morta*. A partir daí, Tobias Barreto deu início aos seus estudos, que intitulou: *Deve a metafísica ser considerada morta?* Texto de 1875, seguido pelo famoso livro de Sílvio Romero, *A filosofia no Brasil*, do mesmo ano. Nesse momento, abre-se espaço para o rompimento radical com o positivismo e a busca por novas doutrinas. Novamente, Tobias Barreto é a figura central do grupo, incumbindo-se de fixar as linhas gerais de uma posição autônoma no debate entre as correntes difundidas no Brasil.

A influência positivista na inteligência brasileira, especialmente entre os nossos bacharéis ilustrados, foi, aos poucos, perdendo forças, em um processo natural que se deu principalmente a partir do aparecimento de novos paradigmas trazidos por outras correntes filosóficas, como o darwinismo e o spencerismo. O resultado disso, como destacou o historiador paulista, Roque Spencer Maciel de Barros, foi um gradual processo onde o positivismo foi transformando-se em cientificismo.³⁴⁶

Já a terceira e quarta fases mostram-se bem diversas das duas anteriores, principalmente pelo fato de não ter mais à frente do grupo o seu mais importante líder, Tobias Barreto, falecido em 1889. Na terceira fase, seguiu-se a tentativa de fixar uma posição cientificista não dogmática, mas com características muito peculiares, principalmente no que se refere à inspiração neokantiana e a defesa do evolucionismo spenceriano, tão combatidos por Tobias.

A consequência dessas novas escolhas reverberou na quarta fase, diz Antônio Paim, que teve início em 1906, ano da morte de Fausto Cardoso, mas que também representou o início do fim para a Escola do Recife, sobretudo diante do abandono virtual da atividade

³⁴⁶ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 145 e 146.

filosófica por parte de seus componentes. Os representantes ativos, a exemplo de Clóvis Beviláqua dedicaram-se aos debates jurídicos e à defesa do mais novo Código Civil republicano, outros, como Sílvio Romero, ainda trabalhavam à procura de uma explicação para sociedade brasileira, mas a morte de Romero, em 1914, levou consigo o último sopro de vida que tinha a Escola do Recife, restando apenas adeptos remanescentes.

Mas, enquanto os debates teóricos ferviam no Recife, e as referências teórico-filosóficas mudavam de acordo com as tendências do velho mundo, ou principalmente o mundo germânico, em São Paulo as influências permaneciam sob a égide francesa, com destaque ao positivismo de Augusto Comte, coisa que já era, em 1875, considerada um tanto obsoleta pela maioria dos estudantes da Academia pernambucana. Esses contextos diferenciados no Recife e em São Paulo nos ajudam a compreender por que em 1881, quando esteve em Sergipe, Inglês de Souza, ainda era ávido pelo positivismo, situação que muito representava os estudantes paulistas durante toda a década de 1870, mas que não mais atraía os representantes da Escola do Recife a partir de 1875, período que Inglês de Souza não mais se encontrava nas plagas do norte brasileiro.

Diante do exposto, fica evidente que o “espaço de experiência” adquirido durante os anos que esteve no Recife e depois em São Paulo, muito contribuiu na constituição de um Inglês de Souza que interpelava o mundo com os olhos da ciência, da razão e da verdade positiva, em contraposição ao dogma, ao *teológico* e *metafísico* que trazia a revelação, o que fazia do seu “horizonte de expectativa” um emaranhado de possibilidades que tutelava a liberdade como princípio básico da vida em sociedade, cujos valores adquiridos e aplicados desde os primeiros anos no Recife até sua formação em São Paulo.

Isso nos evidencia que o espaço/tempo de maturação de nosso personagem começou ainda no Recife, nos primeiros anos da década de 1870, quando o mesmo ajudou a fundar a já bastante citada Escola do Recife, e teve continuidade em 1875 quando solicitou transferência para Faculdade de Direito de São Pulo, onde deu prosseguimento aos estudos positivistas nos campos da filosofia e do direito, linha teórica que se perpetuou naquela instituição até os idos do século XX.

Pensar esse processo de formação de Inglês de Souza, seja no Recife ou em São Paulo, é de extrema importância para nós, pois como diria um dos mais importantes historiadores alemães do século XX, Reinhart Koselleck, o “espaço de experiência” de um sujeito ou sociedade “é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.” Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes

no conhecimento.” Sendo que na “experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia.” Esse processo também ocorre com a história, a qual “é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.” ³⁴⁷

Nesse sentido, entender as linhas interpretativas que foram apresentadas a Inglês de Souza durante os anos mais importantes de sua formação, no curso jurídico, é fundamental para compreendermos esse sujeito e suas ações, afinal, tanto aqueles indivíduos com os quais Inglês de Souza compartilhou ideias, como as instituições por que passou, muito têm a nos falar sobre esse personagem, pois os mesmos, sujeitos e instituições, contribuíram para forjar o “espaço de experiência” e fazê-lo vislumbrar um “horizonte de expectativas” para o Brasil, para Sergipe e inúmeros outros espaços que o digno personagem percorreu durante toda sua trajetória de vida.

É nesse jogo de relações, entre indivíduo e sociedade, que nós conseguimos desvelar as ações deliberadas por Inglês de Souza em Sergipe, enquanto este esteve à frente da presidência da Província, além, é claro, de compreender os resultados futuros, ou seja, o “horizonte de expectativas” que Inglês de Souza tinha diante da aplicação das medidas que programou. E por “horizonte”, Koselleck entende uma “linha por trás da qual se abre no futuro, um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, depara-se sempre com um limite absoluto, pois ele, o futuro, não pode ser experimentado.” ³⁴⁸

Ou seja, não podemos aqui afirmar, de maneira categórica, o que teria acontecido no “futuro” se as ações de Inglês de Souza tivessem sido interpretadas de maneira diversa do que de fato aconteceu, mas como agora nos situamos literalmente no futuro daqueles acontecimentos, podemos sugerir linhas interpretativas para as mesmas, entendendo os resultados dos fatos a partir de uma gama diversa de interesses coletivos e/ou particulares, acordos políticos, opções filosóficas, ou, até mesmo, crenças religiosas, o que nos permite elencar um conjunto amplo de possibilidades investigativas a cerca do período em que Inglês de Souza esteve em Sergipe.

Não queremos aqui enquadrar Inglês de Souza e suas ações em parâmetros pré-estabelecidos, ou sistemas imutáveis de classificação e/ou ordenação, que venham a promover uma interpretação mecanizada de sua atuação em Sergipe, ou, até mesmo, qualificando seus

³⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 310.

³⁴⁸ Id., Ibid. p. 311.

atos fora de um contexto humano, mais ou menos como René Descartes propôs em 1637 quando escreveu sua famosa obra, *Discurso do Método*, ao propor uma renovação completa do discurso científico, deixando para posteridade o que a História da Ciência denomina de *Método Cartesiano*.³⁴⁹

Ao contrário, o que ambicionamos quando imergimos no mundo de Inglês de Souza era entender as ações implementadas por ele em Sergipe, buscando compreender o seu universo de pertencimento, ou como costumeiramente chamamos, sua cosmovisão. Assim, apreendemos o mundo de ideias que vai além do sujeito, que ultrapassa os interesses individuais, mas não perde a particularidade, a sensibilidade, a agudeza daquele que as forjou e nos guiou por um complexo mundo que vai além da racionalidade e da norma, ultrapassando os limites dos sentidos, mas se deixando ser observado pelos olhos mais atentos do historiador astuto.

Para apossar-se desse sujeito e descortinar os efeitos dos seus feitos, nos apropriamos de um valioso instrumento interpretativo da geração da qual Inglês de Souza fazia parte, um texto que já vem há várias laudas dialogando conosco, mas que a partir desse momento irá fomentar, de maneira ainda mais evidente, nosso debate, ajudando-nos a entender não só Inglês de Souza, mas vários outros sujeitos que estavam no seu entorno, seja promovendo parceria, seja lhe fazendo oposição, a exemplo do padre Olympio de Sousa Campos, figura bastante citada no primeiro capítulo desse trabalho.

O texto o que nos referimos, no parágrafo anterior, é a “Ilustração Brasileira” de Roque Spencer Maciel de Barros, valioso estudo, desenvolvido pelo historiador paulista, que muito tem contribuído nesse trabalho, ajudando-nos a interpretar os anseios e objetivos de Inglês de Souza e seus algozes. Sendo assim, seguiremos nas próximas laudas a procura dos indícios do que Maciel de Barros denominou em sua obra de: *Mentalidade Liberal*; *Mentalidade Católico-conservadora* e *Mentalidade Cientificista*. Mas antes, torna-se

³⁴⁹ Rene Descartes, filósofo, físico e matemático francês, elaborou em sua famosa obra, *Discurso do Método*, um conjunto de reflexões que buscavam um princípio seguro para edificar as ciências modernas. Para Descartes, era preciso construir um caminho que levasse à verdade última das coisas, sendo preciso para isso a fundação de um método universal – nesse percurso, parte-se da dúvida sistemática até chegar à certeza da existência de um sujeito pensante. Esse método consiste em um Ceticismo Metodológico - duvida-se de cada ideia que pode ser duvidada, Descartes instituiu a dúvida metódica, ou seja, só se pode dizer que existe aquilo que possa ser provado. Nesse processo, é preciso, diz Descartes, a realização de quatro tarefas básicas: verificar se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno ou coisa estudada; analisar, ou seja, dividir ao máximo as coisas, em suas unidades de composição, fundamentais, e estudar essas coisas mais simples que aparecem; para que ao fim se possa sintetizar, ou seja, classificar como verdade o objeto ou coisa estudado; para que só a partir disso, possa enumerar todas as conclusões, a fim de manter a ordem do pensamento. O grande problema desse método universal de Rene Descartes é que o mesmo padroniza as interpretações, qualificando e agrupando as conclusões em blocos imutáveis de verdade, nunca considerando as possibilidades e parcialidades. REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. Vol. III. São Paulo: Paulus, 1991.

importante frisar que não podemos ainda afirmar, definitivamente, a completa existência das três mentalidades, afinal de contas, o próprio Maciel de Barros frisa que não é possível enquadrar um sujeito, ou um grupo de sujeitos em uma das classificações especificadas, mas sem sombra de dúvidas, há resquícios das mesmas em alguns dos perfis aqui elencados.

3.4. SUJEITOS MULTIFACETADOS: EQUALIZANDO IDEIAS POR TRÁS DE PSEUDONOMES

Roque Spencer Maciel de Barros realizou um panorama da ilustração brasileira na sua clássica obra *A Ilustração brasileira e as ideias de universidade*. Seus estudos, que demarcam como tempo os anos de 1870 e 1889, enquadram-se nos domínios da história das ideias e tem como objetivo perceber como a educação, principalmente a superior, teve papel importante na construção das correntes ideológicas brasileiras durante as últimas décadas do século XIX. Com esse anseio, Marcial de Barros destaca como assunto central ao longo do trabalho a relevância da intelectualidade brasileira no período destacado e o papel dos bacharéis na recondução dos paradigmas nacionais.

O livro de Maciel de Barros foi produto de uma longa e densa pesquisa em arquivos e bibliotecas de vários Estados brasileiros, e tinha como objetivo final, além, é claro, da contribuição para historiografia nacional, o título de livre-docência em História e Filosofia da Educação, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, concedido ao autor em 1959.

Na primeira parte dessa obra, Macial de Barros realiza o que nesse momento mais nos interessa, ele nos apresenta um *Panorama da Ilustração Brasileira*. É aqui que encontramos muitos indícios interligados com os sujeitos que perpassam nosso trabalho, principalmente o personagem principal da trama social aqui elencada, Inglês de Souza.

O período estudado por Maciel de Barros, entre 1870 e 1889, engloba o que nos propomos analisar nesse trabalho, exatamente por isso, as reflexões do historiador paulista encaixam-se nos caminhos interpretativos que escolhemos desde o início de nossas pesquisas. A problemática da educação, e principalmente do ensino livre, tema que transpassa nossa pesquisa e os sujeitos que a compõem são um dos pontos nevrálgicos que interliga o olhar que lançamos sobre a passagem de Inglês de Souza em Sergipe e aquela que Maciel de Barros promoveu com diversos atores sociais.

Nesse sentido, torna-se importante destacar, segundo Maciel de Barros, a crescente importância dada à educação e a crença no poder das ideias, da científica e do agudo espírito

científico que deu a muitos brasileiros, no final do século XIX, algumas características que eram próprias do iluminismo europeu setecentista, contribuindo, diz o autor, para uma “acrescida (...) visão histórica” que se tornou fundamental para construção da imagem do Brasil para si e para o mundo.³⁵⁰

Nesse cenário, desvelado por Maciel de Barros, conseguimos perceber que os atores creditavam no poder transformador das ideias a válvula de propulsão que mudaria o país e o colocaria em um novo rumo, tendo a ciência e a educação como base de transformação. Nesse sentido, só uma escola livre seria capaz de dar sustentação para essa transformação. Mas para isso, era preciso, no entanto, reformar o ensino, garantir a educação gratuita, aperfeiçoar a instrução pública, superar o atraso cultural, avançar, ver adiante no tempo, preparar-se para o futuro. Só assim, garantir-se-ia uma política de Estado, de nação, um modelo universalizante, mesmo não havendo, naquele momento, um único modelo entre os representantes da ilustração, compreendendo assim:

[...] que o Brasil era, como é, uma nação tipicamente ocidental – e não apenas *portuguesa*, como muito menos o era *indígena* ou *africana* – estes homens buscaram os instrumentos capazes de integrar-nos, de vez, na grande comunidade euro-americana; ao invés de entregarem a uma suposta realidade brasileira, procuravam criá-la pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa, do livro.³⁵¹

Todo esse debate em torno da liberdade do ensino, aparece de maneira muito evidente, no ofício emitido pelo presidente Inglês de Souza ao padre Olympio Campos. Nesta missiva, o diligente provincial destaca que a Província não tem obrigações constitucionais de ministrar “a sua custa o ensino de religião; (...), porque essa [Província] tem o direito de legislar sobre a instrução”, complementando ainda que essa decisão não promove “ofensa a Religião do Estado” que as escolas primárias abstraíam o ensino religioso, afinal, destaca o presidente, essa “obrigação [é] restrita dos parochos e dos paes.”³⁵²

Mas, a defesa a liberdade do ensino, fica ainda mais incisiva nas palavras do presidente quando ele, contundentemente, destaca:

(...) os princípios de justiça que devem presidir a toda a legislação impedem que se limite aos filhos dos catholicos a vantagem proporcionada pelos dinheiros de todos os habitantes da Província, catholicos e acatholicos, e que estes se vejam privados de usufruir do ensino ministrado á custa do seu óbolo.

³⁵⁰ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 23.

³⁵¹ Id., Ibid. p. 25 e 26.

³⁵² Essas citações já estão devidamente referendadas no primeiro capítulo deste trabalho: pag. 24 e 25.

A secularização do ensino é não só um princípio consagrado pela *theoria* da liberdade civil, sem offensa do direito de pessoa alguma, como ainda é de rigorosa justiça.

Essa verdade, hoje universalmente reconhecida, não impede porém o exercício da liberdade do ensino, consagrada também pelas doutrinas liberais.³⁵³

Com essa fala, fica ainda mais evidente a visão liberal e positivista de Inglês de Souza, nos fazendo ver alguns daqueles indícios propostos por Marcial de Barros ao referir-se ao que ele chama de *Mentalidade Liberal*, que se subdivide entre *liberais clássicos* e *liberais cientificistas*. Nesse sentido, Maciel de Barros argumenta que existiam diferentes visões liberais, com fundamentações deveras distintas e até opostas, mas de maneira geral, percebia-se que os *liberais clássicos* baseavam-se principalmente nos direitos naturais, já *liberais cientificistas* sustentavam-se na orientação racional da lei e da justiça, ou, como costumeiramente denomina-se, na interpretação científica.

Mas, mesmo diante da classificação, não podemos, e nem queremos, enquadrar Inglês de Souza em um dos parâmetros, afinal de contas, encontramos em suas ações e ideias características que o levam a beber das concepções que compreendem aspectos dos dois grupos de ilustrados, sendo importante enfatizar ainda, que esse não é um privilégio de Inglês de Souza, pois encontramos vários outros sujeitos na mesma condição.

Os *liberais clássicos* tinham no filósofo francês contratualista, Jean-Jacques Rousseau, e no germânico criticista Emanuel Kant, bases sólidas para suas teorias de direito natural. O que se compreendia como direito natural era tudo aquilo que se tinha como originário, diz Maciel de Barros, ou seja, pré-existent, de caráter individual, que resultava da natureza humana, e o que o Estado deveria respeitar. Sendo assim:

O liberalismo de Rousseau e de Kant apontava para o aniquilamento do estado despótico, absoluto, para substituí-lo por um estado *ético*, [para os liberais clássicos], *jurídico*, [para os liberais cientificistas], lançando assim as bases do estado democrático moderno. Para Kant, o estado é o guardião do direito, a garantia de uma vida *heteronomamente* justa.³⁵⁴

Essa visão de um Estado cada vez menor fica evidente no discurso de Inglês de Souza quando ele lançou mão do argumento que o Estado imperial brasileiro não podia obrigar a Província a custear as aulas de religião, tendo a mesmo a liberdade e o direito constitucional de legislar sobre a instrução pública local. Ficando evidente, diz Maciel de Barros, o

³⁵³ Id., Ibid. p. 24 e 25.

³⁵⁴ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 71.

“radicalismo francês”, que exigia a garantia dos direitos e liberdades individuais, sendo essa mesma liberdade introduzida em todos os setores da sociedade: “liberdade de imprensa, de ensino, de reunião, de associação, de consciência e, por consequência, a separação da Igreja e do Estado”.³⁵⁵

Mas era preciso perceber, destacou Maciel de Barros, que apesar de franceses e germânicos estarem falando em direitos naturais, o que fundamentou os mesmos foram concepções um tanto diversas. Rousseau, por exemplo, desenvolveu uma visão do direito natural, fundado no pacto social, no contratualismo que defendia os interesses comuns, já Kant trouxe o debate do direito natural para o campo do produto histórico e cultural, ou seja, como fruto de um processo de reivindicações sociais, sendo esses direitos produto da racionalidade humana.

O resultado dessa coalizão de concepções resultou em um amadurecimento significativo do liberalismo brasileiro, compondo uma visão bastante aguçada dos ilustrados em torno de um dos princípios basilares do direito natural que perpassou muitos debates travados entre os intelectuais da geração de 1870 e seus sucessores, o direito individual, questão também levantada por Inglês de Souza ao contra argumentar o padre Olympio Campos, afirmando que os não católicos sergipanos não podiam ser obrigados a frequentar as aulas de religião ministradas pelo pároco, ou mesmo custear dos seus impostos essas aulas, já que os mesmos não professam tal credo.

Nesse sentido, um problema central, desse período, vem a lume: a relação entre indivíduo e Estado. Quando Inglês de Souza afirma que os não católicos não podem ser obrigados a frequentar as aulas da religião católica, ele está sobrepondo o direito do indivíduo sobre as determinações do Estado, contrariando, inclusive, a Constituição Política do Império, que veta em seu artigo quinto outras expressões públicas de religiosidade que não a católica apostólica romana, ou seja, é o liberalismo em uma de suas mais claras expressões.

A partir desse fator, surgiu, como destacou Maciel de Barros, a questão da liberdade de ensino, pois, enquanto se defendia essa liberdade, que propõe a não intervenção estatal na área educacional, surgia a ideia do princípio da educação elementar obrigatória e gratuita. Assim, “ao mesmo tempo em que se protesta contra o estado-educador, consagra[va] a sua necessidade”, tornando-se indispensável conciliar a liberdade de ensino e a intervenção estatal.³⁵⁶

³⁵⁵ Id., Ibid. p. 72.

³⁵⁶ Id., Ibid. p. 75.

Esse processo fica bastante evidente na reforma educacional implementada por Inglês de Souza em Sergipe, pois, ao mesmo tempo em que ele argumentou que o Estado não obrigava e nem podia obrigar o ensino da religião católica nas escolas da Província, o próprio presidente, como representante do estado, determinou os modelos pedagógicos a partir da elaboração de um novo Regulamento da Instrução Pública Provincial, ou seja, intervindo no processo educacional para atender as demandas conhecidas pelo Estado, mas sem a intervenção do credo oficial.

O que se buscava com essa “intervenção controlada” do Estado no processo de educativo era a liberdade de pensamento e de consciência, assim como pregava o 11º artigo da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1791, ao afirmar que “a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos do homem; todo cidadão pode então falar, escrever, imprimir livremente, respondendo pelo abuso desta liberdade nos casos determinados pela lei”. Essas conquistas jamais seriam possíveis, acreditavam os liberais, com intervenções doutrinárias de um Estado absoluto e/ou de uma religião dogmática e disciplinadora, como era a católica.

Sendo assim, para uma educação que liberta e garante direitos, a ação intermediadora do Estado ficou bastante evidente na Constituição Francesa de 1791, ao passo que se estabeleceu a criação de uma instrução pública que deveria ser comum a todos os cidadãos, além de gratuita, sendo os estabelecimentos de ensino distribuídos adequadamente em todo território nacional. Com isso, buscava-se um propósito comum entre os liberais, fossem os franceses, ingleses, germânicos ou brasileiros, a saber, o fim da desigualdade de instrução, pois a referida disparidade na educação era o primeiro passo para as tiranias, mas o seu fim representava as luzes que realizariam o ideal ilustrado de uma sociedade justa.

Mas, torna-se importante destacar que essa intervenção do Estado na educação é limitada, pois, assim como nos fala Marcial de Barros citando Condorcet:

(...) o estado-educador (...), não á de ser o guardião ou o propugnador de qualquer doutrina determinada; (...); [pois] ‘um poder que impede se ensinar uma opinião contrária à que serviu de fundamento às leis estabelecidas atacaria diretamente a liberdade de pensar e estaria em contradição com o fim de toda instituição social – o aperfeiçoamento das leis, consequência necessária do combate das opiniões e do progresso das luzes’ (...).³⁵⁷

Sendo a escola um espaço de poder, torna-se necessário, para os liberais, que se erga um campo aberto a todas as doutrinas, não havendo uma “filosofia privilegiada”. Esse processo é bastante benéfico para o exercício da liberdade, não havendo, desse modo, mal

³⁵⁷ Id., Ibid. p. 75.

algum no fato de o Estado encarregar-se da instrução, mas sem prejuízo das ações particulares.

Percebe-se, no cenário educacional brasileiro, em fins do oitocentos, uma predileção dos nossos ilustrados pelo modelo comumente denominado de “germanismo francês”, apontado por Inglês de Souza quando ainda estava na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, em 1880, quando se referiu à abertura da Escola Normal daquela província, e que também trouxe para Sergipe no ano seguinte. Esse modelo educacional foi denominado de “germanismo francês” porque os franceses indicavam a organização educacional alemã como modelo mais adequado de conciliação entre a liberdade de ensino e a intervenção do Estado, baseando-se principalmente na excelência do ensino universitário daquele país e na superioridade de sua ciência.

Sobre o “germanismo francês”, Maciel de Barros, reconheceu que:

De fato, o regime alemão garante a plena liberdade doutrinária e seu segredo está em trazer o princípio da *livre-concorrência*, a *oferta e a procura*, reguladas apenas pela competência demonstrada na obtenção do título de *privat-docenten*, para o seio mesmo da universidade. E a universidade é o Estado; este não abdica, de forma alguma, do seu papel educador - apenas não impõe doutrinas; garante para todas elas a possibilidade de se fazerem ouvir, de florescer, dependendo o seu triunfo ou seu malogro de suas virtudes intrínsecas e não da coação do poder.³⁵⁸

Influenciados pelo modelo germânico, os *liberários clássicos* brasileiros, entre eles Inglês de Souza, colocaram na ordem do dia a obrigatoriedade da educação elementar, aliada à sua gratuidade; além da ampla liberdade de ensino, mesmo sendo esses princípios consagrados desde a Constituição de 1824 em seu artigo 179, inciso 32 estabelece que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Mas, tornava-se necessário para os liberais, diz Maciel de Barros, “reconhecer, ainda, além do *direito* à educação, o *dever* da educação” fazendo com que a gratuidade que existia na lei, se tornasse realidade efetiva, “multiplicando-se as escolas, criando-se o máximo de oportunidade de educação”.³⁵⁹

Complementarmente às propostas dos *liberais clássicos*, estavam aquelas alvitadas pelos *liberais cientificistas*, concepções que ficam, também evidentes, no discurso de Inglês de Souza, no que se refere à liberdade do ensino, naquele mesmo ofício emitido ao padre Olympio Campos destaca a importância da secularização do ensino como um princípio consagrado pelas teorias da liberdade civil, sendo ainda, de rigorosa justiça e universalmente reconhecido pelas doutrinas liberais.

³⁵⁸ Id., Ibid. p. 86.

³⁵⁹ Id., Ibid. p. 106.

As palavras de Inglês de Souza deixam transparecer um conjunto de concepções que ganhava força nas décadas de 1870 e 1880, no Brasil. A secularização do ensino estava diretamente ligada, desde a década de 60, daquele século, à doutrina positivista e ao que Maciel de Barros, chamou de *novo liberalismo*, onde a confiança total na liberdade que pode ser cientificamente comprovada através, da fé, que se tinha agora na ciência, atendia, de maneira, digamos, mais completa, aos desafios impostos pelo século.³⁶⁰ Assim, o Estado caminhava, para os *liberais cientificistas*, rumo à desagregação da religião, enquanto aspecto cultural, transferindo essa função para uma outra esfera da vida social, neste caso a ciência, a ilustração, o saber como fator de coesão e identificação social.

Isso ocasionou um processo irreversível, onde a *mentalidade liberal cientificista* passou a qualificar as instituições nacionais à luz da ciência e de sua evolução histórica, sendo essa perspectiva histórica, cronológica, umas das características que os liberais absorvem da ascendente ampliação dos debates em torno do darwinismo e do spencerismo, momento já de certa oposição ao positivismo comtiano.

Nessa perspectiva, os que defendiam a integração da realidade nacional a um modelo civilizatório, assim como Inglês de Souza, viam na educação o mais importante e seguro caminho para se atingir esse intento. Maciel de Barros destaca que, naquele momento, entendia-se que era necessária a transformação de vários níveis: cultural, jurídico, econômico, educacional, social e político. Dentre os seus principais postulados destacavam-se: o regime republicano-democrático, o sufrágio universal, as liberdades de consciência e espiritual, o trabalho livre, a abolição da escravidão, a imigração, a emancipação da mulher, entre outros. Pontos elencados no Manifesto Republicano de 1870.³⁶¹

No tocante à educação, os cientificistas defenderam a liberdade irrestrita do ensino, o ensino livre, baseado em uma ampla formação intelectual e científica, como forma de superar os problemas fundamentais do país, sendo a secularização do ensino o ponto de partida para a superação das divergências religiosas, mas para isso, era preciso, defendiam os liberais, a secularização do Estado.

Só com a aclamação de um Estado laico, destacou Maciel de Barros, sem doutrinas e credos oficiais, que seria possível impedir o sacrifício da liberdade duramente conquistada. Mas, torna-se imperativo frisar que nem os liberais e nem os liberais negavam a Igreja; nem poderiam isso fazer; eles recusavam, energeticamente, os privilégios advindos do monopólio clerical em vários setores da sociedade civil, principalmente aquele exercido nas

³⁶⁰ Id., Ibid. p. 75.

³⁶¹ Id., Ibid. p. 166 - 185

escolas elementares e até nas Faculdades, espaços onde deveria prevalecer a livre opinião e o livre pensamento.³⁶²

No centro desse debate está a união entre Igreja e Estado. Para os liberais, tanto clássicos como cientificistas, a origem de grande parte das mazelas político-sociais encontra-se nesse matrimônio, inclusive a formação das monarquias absolutistas, típicas das sociedades “atrasadas”. A junção entre a Igreja e o Estado tende a produzir, acreditavam os liberais, a discórdia, o fanatismo, as perseguições, os crimes. A melhor maneira de combater esse mal não é pelos seus resultados, mas sim, pelos princípios em que se assenta.

Para os *liberais clássicos*, a junção Igreja/Estado é uma violação do *direito natural*, pois molda o homem natural através de crenças e valores contrárias a sua consciência. Já os *cientificistas* justificavam o litígio diante da necessidade da secularização para se legitimar juridicamente, pois do contrário, assentado nos privilégios de alguns em detrimento da maioria, constituirá uma forma de usurpação de um direito inalienável da liberdade de consciência. Essas reivindicações nos parecem coerentes, afinal de contas, quando falamos em liberdade de consciência, não podemos separar isso da liberdade de culto e da laicização do Estado, que por consequência nos leva à necessária extinção da igreja oficial.³⁶³

Mas, sobre esse desejo liberal inexorável em diluir as relações Igreja/Estados, Maciel de Barros alerta:

O ‘radicalismo’ coerente de um Silveira Martins, de um Saldanha Marinho, de um Rui [Barbosa] ou de um Tavares Bastos não é o de todos os liberais. Há os que creem que a *separação* é um ideal longínquo, os que temem por amor da religião, os que a profligam por temor do ultramontanismo. Nabuco de Araújo, por exemplo, aceita em tese a separação, mas a rejeita no caso brasileiro. Separar a Igreja do Estado, raciocina ele, será enfraquece-la, debilitar o sentimento religioso ou, o que lhe parece igualmente possível, dar-lhe uma força extraordinária, que o poder temporal não conseguirá mais conter.³⁶⁴

Torna-se importante destacar que os *liberais cientificistas* promoveram uma contribuição significativa na reformulação das concepções jurídicas brasileiras. Segundo Maciel de Barros, a evolução do pensamento humano exigia, naquele contexto, um conjunto radial de mudanças no campo do direito, concatenando-se com as visões científicas em voga nos fins dos oitocentos. Parafraseando Clovis Beviláqua, intérprete da Escola do Recife,

³⁶² Id., Ibid. p. 77.

³⁶³ Id., Ibid. p. 93 e 94.

³⁶⁴ Id., Ibid. p. 94 e 95.

Maciel de Barros afirma que “nossos bacharéis, influenciados por novos pensadores, sentiam a necessidade de enquadrarem o direito na interpretação científica que tinham do mundo”.³⁶⁵

O primeiro a erguer a espada em defesa das mudanças de paradigmas foi Tobias Barreto, professor da Faculdade de Direito do Recife. Repudiou a clássica ideia do direito natural e originário, para defender uma concepção *culturalista* do direito, o direito como produto histórico-cultural da humanidade, produto das lutas e combates da sociedade.³⁶⁶

Em linhas gerais, torna-se importante perceber que esse amplo e complexo, panorama de transformações que incidiu sobre o Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, é a clara incidência de uma onda ilustrada sobre nós, ou melhor, é o *liberalismo ilustrado brasileiro*, seja ele *clássico* ou *cientificista*. Esse movimento, liderado principalmente pelos bacharéis, tinha como inegável propósito realizar as grandes tarefas do século XIX: elevar o país ao nível do ocidente, além, e não menos importante de promover uma revolução jurídico-política no Brasil.

Para além dos interesses da *geração ilustrada brasileira*, tínhamos os anseios particulares de cada um dos grupos, até aqui apresentados, mas que por vezes, como já destacamos anteriormente, mostravam-se um tanto diferentes. As peculiaridades das noções de mundo dos *liberais clássicos*, em face daquelas apresentadas pelos *liberais cientificistas*, justificam, por si mesmo, o amplo e, por vezes, complexo, projeto de Brasil que a alardeada geração de 1870 tinha.

É perceptível como os *liberais cientificistas* levantavam-se amparados por uma interpretação científica, ou pretensamente científica da vida, enquanto os *liberais clássicos* enguem-se guiados por uma visão jurídica do homem. Os cientificistas acreditavam no determinismo universal, crendo que a melhor coisa a fazer era: “tomar conhecimento das leis naturais que regem a sociedade e, extraíndo o *valor* do *ser*, nela intervir para acelerá-la, detê-la ou mesmo modificá-la, desde que respeitando sua tendência geral” para o homem conseguir o melhor; mas já os clássicos erigiram sua crença na natural liberdade humana, ou seja, atribuem à liberdade um “núcleo donde emana [uma] ética de validade universal, que, como em Kant, é a fonte do direito natural, ainda que dele distinta.”³⁶⁷

No campo jurídico, os *liberais cientificistas* acreditavam que lei, ética ou jurídica, era a expressão de uma situação concreta, pois do contrário, seu significado não tem sentido; sobre o mesmo tema, para os *liberais clássicos* a lei pode, não necessariamente deve,

³⁶⁵ Id., Ibid. p. 148.

³⁶⁶ Id., Ibid. p. 149 – 157.

³⁶⁷ Id., Ibid. p. 83.

caminhar junto com os fatos, disciplinada, em certos casos, corrigindo, em outros, ou até, modificando-os.

Pensando na formação de um país como o Brasil, os *liberais clássicos* acreditavam que a mudança dos modelos governamentais, saindo da monarquia para república, promoveria uma significativa reforma na sociedade, conseqüentemente uma legislação adequada transformaria o modo de ser do povo; já para os *liberais cientificistas*, só haveria mudanças profundas, se antes, ocorresse um expressivo amadurecimento social, pois era necessário, antes, transformar o povo, para que só depois, a legislação, ou a administração, se alterasse adequadamente.

As medidas de comparação entre *liberais clássicos* e *cientificistas* são infindáveis, poderíamos ficar aqui enumerando centenas delas, mas esse não é o objetivo de nosso trabalho, nem, muito mesmo, de nosso interesse. O que na verdade desejávamos, ao tempo que arrolamos tantas informações com relação à *geração ilustrada brasileira*, é encontrar indícios que pudessem nos auxiliar em um processo de grande valia em nossa pesquisa: interpretar as ações implementadas por Inglês de Souza durante o período que esteve à frente da administração provincial em Sergipe.

As laudas apresentadas até aqui elucidaram significativamente as ações de Inglês de Souza em terras sergipanas, já conseguimos perceber um conjunto significativo de ideias que nosso personagem defendia e a partir de que concepções construiu seu discurso, mas para irmos um pouco além nessa peregrinação, torna-se imprescindível interpretar, mesmo que de maneira *en passant*, os desafetos que Inglês de Souza teve de transpor, ou seja: contra que e contra quem Inglês de Souza lutou em Sergipe? Ele lutou contra alguma coisa? Que sujeitos e ideias lhe fizeram oposição? Existiam aliados? Que ideias estavam em confronto?

3.4.1 As naturais incongruências no mundo dos vivos

Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que muitas polêmicas foram travadas em torno de Inglês de Souza, durante o período em que esteve em Sergipe. Desde a sua chegada a Aracaju, capital da Província, ficam evidente, a partir de fontes seguras, os interesses diversos que determinados grupos políticos tinham ao aproximar-se, ou até repudiar, o então presidente. Para além das divergências entre os partidos liberais e conservadores, ainda existiam, como já trabalhando anteriormente nesse capítulo, as querelas internas na agremiação liberal sergipana, mais um fator que contribuiu, de certo, na passagem conturbada de Inglês de Souza por Sergipe.

As razões que levaram o Partido Liberal de Sergipe a dividir-se em dois blocos, certamente, vão além dos propósitos de nossa pesquisa, mas não temos dúvidas de que essa fragmentação não foi benéfica para Inglês de Souza, quando o mesmo esteve por essas plagas, afinal de contas, ele era um representante do Partido Liberal enviado da corte, e precisaria de todo apoio dos seus correligionários, pois estava imbuído de realizar a primeira eleição legislativa provincial nesse distrito eleitoral.

Esse contexto deixa evidente que as tensões entre os liberais sergipanos acirraram-se ainda mais, pois tínhamos um presidente liberal que comandaria um importante pleito, podendo, desse modo, trazer benefícios para o partido, mas, no caso sergipano, não poderia ser para todos, só para um dos lados.

Os prejuízos que podiam ser gerados, com a divisão do Partido Liberal sergipano, foram elencados por um de seus correligionários, na edição de 05 de Agosto de 1881, no jornal *O Democrata*. Esse sujeito, que se mantém nas sombras de um pseudônimo, é enfático e enérgico ao afirmar que “não pode-se negar o esphacelamento da política liberal n’esta província. Em todas as localidades é geral o clamor contra semelhante estado de couzas, que levará sem sombra de dúvidas o partido liberal de Sergipe ao aniquilamento (...)” E continua o autor desconhecido dizendo que: “se não erguer-se, de pronto, um poderoso braço que levante-o da prostração em que acha-se, provavelmente a união d’esse partido, que não passa de uma pyramide com o vértice para o chão!”³⁶⁸

A união do Partido Liberal só seria novamente possível, acreditava o autor anônimo, se fosse engendrada pelas mãos de um “cidadão dotado de muito tino, não menos inteligente e prestigioso”, afinal de contas, diz ele, “para as grandes medidas, os grandes homens.” E continua:

(...) existe um cidadão, altamente colocado, que pode tirar o partido liberal de Sergipe do marasmo em que acha-se, collocando a pyramide em seu verdadeiro lugar.

Esse cidadão é o Esm. Sr. Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza, ellustrado e distincto presidente d’essa província, o qual não poderá, sem duvida, bem guiar a nau-Sergipe e leval-a á seu destino pelo anda não suleado oceano da eleição direta, estando, como está, a sua tripulação indisciplinada e quase que em debandada!

Fiquem todos os liberais sergipanos convencidos dessa verdade.

(...)

Não queremos cosntituil-o leader do nosso partido, mas apenas o novo Moysés que salvando-nos dos áridos desertos que vamos trilhando, conduza-nos á terra da União.

(...)

³⁶⁸ O DEMOCRATA. Puras verdades. Ano. 2º, Nº. 76, p. 01.

Fazemos votos (...) que o exm. Sr. dr. Inglez de Souza, sem desviar-se um seítil dos princípios de direito e justiça (...) promova a união do partido liberal d'esta provincial, para que bem possa ele no próximo pleito eleitoral, concorrer às urnas com o partido antagonista (...).
É somente o que deseja *O Velho Liberal* ³⁶⁹

Essa situação gerou inúmeros problemas para Inglês de Souza, que se tornou entre 1881 e 1882, pivô das querelas políticas dos grupos liberais sergipanos, ganhando oposições gratuitas e, por vezes, desmedidas daqueles que simplesmente não tinham o apoio incondicional do presidente. Mas o prejuízo maior ficou mesmo para Província de Sergipe, que teve alguns dos projetos políticos implementados pelo dirigente provincial embargados por uma oposição que, ao que parece, tinha um imperioso propósito de atrapalhar a gestão do respectivo governante, criando os mais diversos empecilhos, principalmente através da imprensa da capital; o propósito era desqualificar Inglês de Souza perante a sociedade, fazendo-o de inimigo dos sergipanos.

Os periódicos que tinham a contingente função de desqualificar a administração de Inglês de Souza a mando de alguns grupos, ou sujeitos, eram aqueles em que suas tipografias encontravam-se na capital, conseqüentemente, ganhando maior circulação entre os cidadãos. Torna-se importante ressaltar que esses jornais não fizeram oposição todo o tempo, alguns promoveram contundentes críticas ao longo do período em que Inglês de Souza esteve em Sergipe, outros logo no começo da gestão, outros ainda, no fim, ou no meio, e ainda outros em momento específicos e por motivos diversos. ³⁷⁰

Por consequência, concluímos que não havia periódicos de oposição ou situação, o que existiu foi um conjunto de defesas e/ou desqualificações ocorrido, em maior ou menor proporção, por parte da imprensa sergipana, na qual, havia grupos e sujeitos que expunham seus interesses em relação à gestão de Inglês de Souza. O problema foi que nem sempre esses interesses estavam de acordo com os do presidente, o que tornava a disputa ainda mais acirrada. Entre os principais jornais que narraram a passagem de Inglês de Souza por Sergipe,

³⁶⁹ Id., Ibid. p. 01 e 02.

³⁷⁰ “Entre os anos de 1875 e 1899, por quase 25 anos, Aracaju contou com algumas dezenas de tipografias, instaladas no chamado “quadrado” de Pirro, no centro da capital sergipana. A velha Rua da Aurora, atual avenida Rio Branco, abrigava 5 tipografias, onde eram editados 6 jornais, dentre eles, o Diário Oficial, criado durante o primeiro Governo do general Oliveira Valadão. A rua São Cristóvão também contava com 5 oficinas tipográficas, sendo uma delas registrada como de propriedade de Antonio da Mota Rabelo, sendo impressor Aristides Soares de Andrade. Em seguida, com 4 tipografias, estavam as ruas Santa Luzia, Pacatuba, Maroim, e a praça José de Faro (atual Travessa José de Faro). As demais tipografias estavam localizadas na rua Japarutuba (hoje João Pessoa), 3; Propriá, Itaporanga, Santo Amaro, Capela, 2; Rio Real, Praça do Palácio (Fausto Cardoso), Praça da Matriz (Olimpio Campos), Laranjeiras e Itabaiana, 1, totalizando 41 tipografias, nas quais eram impressos os jornais, cada um com sua feição gráfica, sua orientação política, seu prestígio.” BARRETO, Luíz Antônio. **Tipografias, editores e jornais do século XIX**. Fonte: <http://www.combr/luisantoniobarreto/ler.asp?id=78888> Acesso: 13/12/2014.

destacam-se: *Echo Liberal*; *O Democrata*; *O Guarany*; *Gazeta do Aracaju*; *Sergipe* e o *Jornal de Sergipe*.

É obvio que periódicos defendiam interesses e traziam em suas páginas o, nem sempre claro, discurso de seus editores e grupos políticos financiadores. Os jornais *Echo Liberal* e *O Democrata*, por exemplo, eram órgãos oficiais do Partido Liberal de Sergipe, só que cada um defendia sua respectiva subdivisão. O primeiro era financiado pelo Barão da Estância e, conseqüentemente, defendia o grupo que denominamos, no início deste capítulo, de *Patriarcas*; já *O Democrata*, representava os *Bacharéis*, sendo financiado pelo Comendador Boto e os letrados que compunham o partido, principalmente aqueles residentes na cidade de Maruim, a exemplo do advogado José d'Aguiar Boto de Barros, amigo de Inglês de Souza, desde os tempos do curso jurídico no Recife.

O Guarany, periódico aracajuano que se intitulava como “popular”, ou melhor, como “jornal de todos” trouxe em onze de suas edições uma figura que vez por outra aparecia na imprensa local, mas mantinha-se na penumbra do pseudônimo *O Velho Liberal*. Personagem controverso, em nosso entendimento, publicou em *O Guarany* onze missivas ao presidente Inglês de Souza, entre julho e setembro de 1881. Por vezes contraditório no que defendia, *O Velho Liberal* utilizava-se da mesma mão para bater e afagar o presidente Inglês de Souza.

Em uma análise breve de seus artigos, não temos dúvidas de que se trata de um liberal convicto, atento aos problemas por que o Brasil e o mundo passavam em fins do século XIX, mas ele também deixa claro, ou melhor, deixou para seus leitores, na época, que queria contradizer, contrariar interesses e pessoas. *O Velho Liberal* não queria deixar rastros de sua identidade, principalmente para aqueles que, afetuosamente desqualificou, como fez com o presidente Inglês de Souza.

As *Missivas ao Presidente*, redigidas pelo *Velho Liberal*, são de uma riqueza de detalhes impressionante, próprias de quem vivenciou todos aqueles acontecimentos. O espaço que temos nesse trabalho é diminuto para podermos deslindar esses instigantes textos que revelam aspectos esclarecedores do período no qual Inglês de Souza esteve em Sergipe, e ainda outros mais, como questões em torno da economia, da política, da cultura, das mazelas que assolavam Aracaju, da educação, dentre tantos outros aspectos que eram próprios daquele período e que só um observador atento poderia trazer à superfície.

Não temos dúvidas de que o leitor deve estar se perguntado: mas qual é a verdadeira identidade desse *Velho Liberal*? Pois é, o trabalho foi duro, as pesquisas só ampliaram-se e o desejo era um só: desvendar o nome civil do enigmático e instigante personagem que muito nos esclareceu sobre aqueles fatídicos meses que Inglês de Souza esteve em Sergipe. É

chegada a hora. O *Velho Liberal*, pseudônimo nunca citado por Armino Guaraná em seu famoso dicionário, é do jornalista João José Gomes de Souza Prelelué, liberal que apoiava a agremiação dos *Patriarcas*. João José Gomes Prelelué também estava na lista de sócios apoiadores da Sociedade Libertadora Aracajuana Cabana do Pai Tomaz, além de ser editor e proprietário de *O Democrata*, entre os anos de 1881 a 1884.

A descoberta do nome veio com uma longa procura nos periódicos, até que ele decidiu revelar-se em uma edição de *O Democrata*, de 13 de maio de 1884, bastante tempo depois do marco temporal de nossa pesquisa, onde após duras críticas ao periódico *A Voz do Povo*, assina o artigo com o pseudônimo e logo abaixo o nome civil. Após a descoberta do seu verdadeiro nome, conseguimos compreender as motivações que levaram a escrita das missivas e sua postura perante os fatos. Ele era um apoiador do grupo liberal liderado pelo Barão da Estância, consequentemente, aquele que passou a fazer oposição ao presidente Inglês de Souza, quando esse não apoiou incondicionalmente seus candidatos ao pleito eleitoral. Mesmo sendo proprietário de um jornal, *O Velho Liberal* publica suas cartas ao presidente em outro periódico, ficando sua identidade mais segura e discretamente protegida, chegando inclusive, a afirmar, que morava muito distante de Aracaju.

Mas as polêmicas expostas pelo *Velho Liberal* nas páginas de *O Guarany* estão longe de ser as mais excitantes e as únicas que trouxeram autores escondidos por trás de pseudônimos. Esses meses que compreenderam a administração do presidente Inglês de Souza foram regados de calorosas polêmicas e acirrados debates. Nesse caso, estamos nos referindo ao conturbado conflito de ideias travado entre Inglês de Souza e o padre Olympio Campos, embate que já trabalhamos detalhadamente no primeiro capítulo desse trabalho, e sobre o qual desvelamos outros aspectos nesse que o leitor tem em mãos.

Ao que parece, aquele conflito ocorreu entre dois sujeitos, o padre de Aracaju e o presidente liberal. Tendo tudo começado com a Reforma da Instrução Pública e o fim da cadeira de ensino religioso, coisa que muito desagradou ao clérigo, o fazendo-o abrir contundentes críticas no jornal *Gazeta do Aracaju*, onde fez publicar treze artigos desqualificando a reforma, e onde se acham os argumentos do diligente provincial e o conjunto de ideias que representava.

Em contraposição, três artigos foram feitos a público no *Echo Liberal*, desqualificando com veemência a defesa do pároco da capital sergipana e construindo bem fundamentado discurso a favor da reforma do presidente e do fim da cadeira de ensino religioso da escola normal sergipana. O destaque nesses artigos do *Echo*, como inclusive já foi exposto no primeiro capítulo, é que os mesmos foram assinados por *Homo*, pseudônimo atribuído ao

presidente Inglês de Souza pelo padre Olympio Campos e por tantos outros contemporâneos dos fatos.

Os artigos assinados por *Homo*, e outro por *Francisco Antônio da Silva*, foram conferidos publicamente ao presidente Inglês de Souza até maio de 1904, quando, o já monsenhor, Olympio Campos publicou uma série de artigos no periódico *O Estado de Sergipe*, realizando nesses textos uma retrospectiva da sua vida política, na edição de 01 de maio do correspondente ano, clérigo afirma: “Atribuía ao Presidente Inglês de Souza a autoria dos artigos de *Homo*, os quais depois soubesse ter sido da pena do então inspetor da alfândega Souza Botafogo”. Em seu texto, o padre Olympio Campos refere-se a Antônio Joaquim de Souza Botafogo, 2º escriturário do tesouro nacional, nomeado inspetor da alfandega de Santos, São Paulo, onde ficou até 1879, depois foi enviado para Sergipe, onde exerceu suas funções até agosto de 1882.

Pelas relações estreitas que Souza Botafogo havia contraído com o presidente Inglês de Souza, supõe-se que sua exoneração foi uma represália por parte dos conservadores, em destaque ao padre Olympio Campos, deputado provincial, à época, pela defesa que o inspetor da alfandega havia feito nas páginas do *Echo Liberal* ao presidente, no caso do fim da cadeira de ensino religioso na Escola Normal.

3.5 A DESPEDIDA, A DESQUALIFICAÇÃO E A REORDENAÇÃO DA HISTÓRIA

Cumprindo a prerrogativa que era incumbida aos presidentes de circular em um grande número de Províncias durante seu processo de ascensão na carreira política, Inglês de Souza despede-se de Sergipe no dia 03 de Março de 1882. Dias depois da despedida, o jornal *O Democrata*, periódico liberal, destacou em sua primeira página que “as três horas da tarde do corrente sahiu deste porto, com destino à Bahia, o *Caracellas*, conduzindo a seu bordo o exm. Sr. dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, que se dirige à província do Espirito Santo, a fim de tomar conta da respectiva presidência.”³⁷¹

Mas, “pouco antes do embarque, a casa de sua residência achava-se regurgitando de povo, (...). Como intérprete dos sentimentos dos amigos, o dr. José de Aguiar Botto de Barros, deputado provincial, proferiu uma ligeira alocução, manifestando os sentimentos de *sympathia*” que os amigos sergipanos nutriam pelo administrador que despedia-se,

³⁷¹ O DEMOCRATA. Partida. Ano. 3º, Nº. 97, p. 01.

presenteando-o “em nome dos amigos de s. exc., [com] um magnifico retrato seu, tirado a óleo pelo nosso distinto Horácio Hora.”³⁷²

Logo em seguida, o presidente foi acompanhado da sua comitiva ao embarque, “junto à ponte do Imperador estava postada uma guarda de honra que ao passar s. exc. fez as continências devidas (...)”. A bordo do *Caravellas*, “que como todos os navios ancorados no porto estava embandeirado, (...) deram-se “lugar as ultimas despedidas, largando, pouco depois o vapor.”³⁷³

O presidente Inglês de Souza partiu e sua presença em Sergipe não era mais um problema para aqueles que não o apoiavam. Assumiu a Província o vice-presidente José Joaquim Ribeiro de Campos. Não se demorou muito para que os adversários do agora ex-presidente Inglês de Souza, se apressassem a demolir a reforma educacional e administrativa erigida por ele. Na edição de 15 de abril do *Echo Liberal*, periódico liberal comandados pelos *Patriarcas*, publicou-se a seguinte nota: “Nunca pensou o ex-presidente desta Província que lá foi conviver nas terras dos capixabas, que a sua *non plus ultra* reforma tivesse um fim tão desastroso. (...) Sergipe foi o Waterloo daquele Napoleão da Paulicéia”³⁷⁴

Mas os ânimos entre os desafetos de Inglês de Souza continuaram a se exaltar, o propósito era apagar qualquer resquício do que eles consideravam uma “degenerada” administração. Na assembleia provincial, os embates entre os parlamentares eram intensos, principalmente entre aqueles que desejavam a revogação imediata do decreto de 04 de julho de 1881, que havia determinado a Reforma na Instrução Pública Provincial, e aqueles que votavam pela permanência do decreto.

Um dos discursos mais acalorados foi proferido pelo vigário Barroso, na sessão da Assembleia Provincial de Sergipe de 16 de março de 1882, onde o referido clérigo exigia da mesa diretora daquela casa legislativa a anulação do que ele chamava de Reforma Inglês de Souza, referindo-se ao decreto de 04 de julho do ano anterior.³⁷⁵

Contra-argumentando o vigário, publicou-se em *O Democrata*, aos 06 de julho de 1882, uma paródia intitulada: “Ao celeberrimo patriarcha Barroso, a propósito do seu discurso

³⁷² Id., Ibid. p. 01

³⁷³ Id., Ibid. p. 01

³⁷⁴ ECHO LIBERAL. Ano. 2º, Nº. 31, p. 01.

³⁷⁵ José Gonçalves Barroso, mais conhecido como vigário Barroso, pelo fato de ser padre, nasceu na então vila de Laranjeiras a 21 de março de 1821 e faleceu na cidade de S. Cristóvão a 17 de setembro de 1882. Na primeira fase de sua vida política militou ativamente nas fileiras do partido conservador, que o elegeu em 1852, vereador da Câmara Municipal de S. Cristóvão para o quadriênio de 1853-1856. Foi o primeiro cargo eletivo que ocupou no longo estágio percorrido durante trinta anos de lutas partidárias, no decurso dos quais figurou como deputado provincial em onze legislaturas, sendo quase sempre elevado à cadeira de presidente da Assembleia. GUARANÁ, Manuel Armino C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 314.

sobre a reforma Ingles de Souza”.³⁷⁶ Esse texto foi assinado por um anônimo que nominou-se como *Satanaz*. O referido escrito traz, em tom bastante sarcástico, uma aberta defesa à reforma implementada por Inglês de Souza e a clara desqualificação do vigário Barroso.

O texto escrito por *Satanaz* tem em suas primeiras palavras a ridicularização do vigário Barroso ao compará-lo ao famoso bispo absolutista francês Jacques Bossuet: “Salve, Bossuet das margens do rio Paramopama, dez salve!” Mas continua, em gradações irônicas, a desqualificar o discurso do orador: “Que talento! Que prodígio! Que maravilha! Isto é que é orar e dizer couzas bonitas e bonitas couzas. V. Revm. Electrisou se logo ao primeiro calor da pugna oratória curveteoi galhardamente na tribuna, empinando-se e caracolando como uma égua a cavalhada.”³⁷⁷

Dos dissimulados elogios, *Satanaz* vai ao declarado ódio, ao afirmar que tinha conhecimento de “todas as [miseráveis malagridas do vigário!] Es uma besta velha a espaduada. Desapparece com este teu fingido arrastar de pés,” pois, destacava *Satanaz*, “a toda hora assassinas o Christo de teus paes e o escarneces fazendo também pender levemente sobre o hombro esta cabeça pejada de indignides e torpesas.”³⁷⁸

Apressaram-se os adversários de Inglês de Souza a demolir a reforma que mantinha o nome do ex-presidente vivo em Sergipe. O primeiro passo foi a aprovação da resolução 1.210, de 30 de março de 1882, onde através dela o vice-presidente em exercício, Dr. José Joaquim Ribeiro de Campos, declarava como não existente o Regulamento da Instrução Pública implantado pelo antigo presidente, bem como todos os atos dele decorrentes.³⁷⁹

As pressões exercidas por aqueles que desejavam a desqualificação de Inglês de Souza e do conjunto de medidas tomadas pelo mesmo em Sergipe foram tão grandes, que não demorou muito, até que a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe anulasse as ações do ex-presidente. Sobre esse fato, que tem o padre Olympio Campos como um dos principais protagonistas, a historiadora Maria Thetis Nunes destaca:

A Assembleia Legislativa Provincial, ao rejeitar a reforma de 1881, através do Parecer das Comissões de Instrução Pública e Justiça Civil, presididas pelo Padre Olímpio Campos, em sessão de 3 de março de 1882, autorizava o Vice-presidente, em exercício, o Bacharel José Joaquim Ribeiro Campos, a reformar a instrução pública segundo as novas bases estabelecidas [...].

³⁷⁶ O DEMOCRATA. Ao celeberrimo patriarcha Barroso, a proposito do seu discurso sobre a reforma Ingles de Souza. Ano. 3º, Nº. 107, p. 03.

³⁷⁷ Id., Ibid. p. 03

³⁷⁸ Id., Ibid. p. 03

³⁷⁹ Art. 1º da Resolução 1,210 de 30/03/1882: “Ponderando que o regulamento do ano passado, além de não ter sido feito por autorização do poder legislativo, não atingiu aos fins eu se propôs, e, muito, pelo contrário, entorpeceu a marcha e regularidade do ensino, era declarado como não existente, bem como todos os atos dele decorrentes”.

Assinado em 13 de maio desse mesmo ano, o novo regulamento fazia retornar o ensino de Instrução Religiosa as escolas primárias e, como disciplina, ao currículo da Escola Normal. [...]. Desaparecia a Escola Normal mista, [...].³⁸⁰ (NUNES, 1984, p. 152).

Foi diante dos embates travados entre Olympio Campos e a Reforma Inglês de Souza que o nome do vigário da capital sergipana despontou com força no cenário político local. Segundo o pesquisador Luís Antônio Barreto, esse cenário projetava o nome do clérigo como referência para o Partido Conservador de Sergipe, ocasionando sua candidatura “a deputado provincial, com a promessa de tornar novamente obrigatório o ensino de religião nas escolas públicas sergipanas.”³⁸¹

A partir daí, a vida pública do então padre entrou em um franco processo de fortalecimento, pois foi eleito entre 1885 e 1889 deputado geral do Império por duas vezes, depois com a Proclamação da República foi intendente de Aracaju, deputado estadual e presidente da Assembleia Constituinte em 1892, além de ter presidido o Estado de Sergipe (1899-1902) sendo ainda eleito senador da república entre os anos de 1903 e 1911, tornando-se uma das figuras políticas mais influentes de Sergipe nas primeiras décadas do século XX, não à toa conhecermos esse período como “era olimpista”.

Aproximando-se agora do ponto que mais temíamos as considerações finais, temos ainda muitas dúvidas e uma única certeza, a que esse trabalho vai chegando ao final que nós escolhemos, mas não conseguimos esgotar uma gama complexa de fatos a serem debatidos e refletidos pelo leitor e outros pesquisadores, pois como sabemos, todo olhar é limitado, sendo o nosso caso, logo, não conseguimos ainda enxergar a amplitude desses fatos históricos que representam o mundo rico de “ideias novas” que fervilhavam em fins dos oitocentos, tendo ainda muitas coisas a dizer sobre a sociedade, os sujeitos, as instituições e todo jogo que compõem esses atores sociais na virada do século XIX para o XX. Espaços ficam abertos para nós e/ou para o leitor atento. Caminhos ainda podem ser perscrutados.

³⁸⁰ NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984. p. 152.

³⁸¹ BARRETO, Luiz Antonio. **Pequeno dicionário prático de nomes e denominações de Aracaju**. Aracaju: Editora ITBEC, 2002. p. 81.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já havíamos anunciado, nas primeiras laudas desse trabalho, nosso real interesse em torno de Inglês de Souza e da sua passagem pela Provincial Sergipe. Sendo assim, o que queríamos, e acreditamos ter conseguido, era mergulhar em seu mundo, ou pelo menos em parte dele, observando esse indivíduo como um agente ativo, percebendo os efeitos provocados por suas escolhas e quais mundos elas representavam.

Para tanto, nos utilizamos da metáfora da *pedra lançada no lago*, do historiador medievalista Jorge Duby, que, com essa alegoria, buscou esclarecer que não devemos nos preocupar demasiadamente com a pedra e sua composição, ao contrário, o mais importante é entendermos os círculos que se formam na água quando aquela é lançada, propondo, assim, uma clara referência de valorização das *ressonâncias* em prejuízo aos *acontecimentos*.

Essa ilustração de Duby guiou nossos passos durante toda a pesquisa, pois se tornou um aspecto referencial para que pudéssemos ir à procura do sujeito, ou melhor, ir mais além, em busca de compreendermos suas ações e os seus efeitos no tempo e no espaço. Sendo assim, fazendo um paralelo entre a pedra de Duby e Inglês de Souza; entre os círculos que se formam na água e as ações de nosso personagem, percebemos um caminho profícuo de análises, pois o sucesso ou o malogro das escolhas assumidas por Inglês de Souza representou um mundo que é muito maior que ele, mas é através dele que conseguimos ter acesso.

Nesse sentido, o primeiro aspecto referencial para nossa análise acena para o processo de formação intelectual de Inglês de Souza, pois sendo bacharel em direito, assim como o era, trazia consigo um conjunto de pré-requisitos indispensáveis para o clássico homem culto dos fins do século XIX, ou seja, era liberal por convicção e positivista por opção.

A origem desta influência ilustrada advém primeiro da passagem de Inglês de Souza pela Faculdade de Direito do Recife, o que fez o jovem estudante envolver-se profundamente com profícuos debates da Escola do Recife e seus influentes colaboradores; o segundo aspecto refere-se à passagem desse sujeito pelo curso jurídico paulista e sua forte base positivista, além da rede de parcerias que construiu com figuras de destaque em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Ainda sobre o segundo aspecto, destacado anteriormente, vale enfatizar que a saída de Inglês de Souza do Recife em 1875, indo concluir seu curso jurídico na Faculdade de São Paulo, fez com que não ultrapassasse os limites da escola positivista francesa, ao contrário do que fez Tobias Barreto, Sílvio Romero, entre outros intelectuais, alvitando em Spencer e Darwin os novos caminhos interpretativos exigidos naqueles tempos. Nosso personagem,

Inglês de Souza, manteve-se fiel aos debates advindos da Escola Metódica, linha jurídica que seguiam seus mestres paulistanos.

Graças a todo esse conjunto de ideias científicas, liberais e ilustradas que circundavam, Inglês de Souza colocava-se em franca oposição a qualquer ideal contrário à absoluta liberdade, principalmente se estivermos falando em liberdade de pensamento, fator fundamental que garantiria, segundo Inglês de Souza, a secularização do ensino, ponto nevrálgico da defesa feita por ele em São Paulo, ainda como deputado provincial, e depois em Sergipe, já como presidente da Província. Essa aversão que tinha Inglês de Souza a qualquer tipo de doutrina ou dogma no espaço escolar advinha dessa base liberal que ele o sorveu, assim como tantos outros contemporâneos, das teorias demandadas da Europa desde o século XVIII.

Mas, ainda mais importante que perceber o Inglês de Souza enquadrado ao *habitus* de clássico bacharel, é ver o sujeito agente que faz escolhas, que muda o caminho “pré-estabelecido”, mesmo que estas ações tenham como consequência a interrupção de um percurso que estava, teoricamente, determinado pela posição que ocupava na sociedade.

A interrupção é feita por Inglês de Souza quando, diferente da maioria dos bacharéis, decidiu não participar, nas décadas de 1870 e 1880, da campanha republicana, ficando à margem do processo de transição política por que passava o Brasil em 1889. As justificativas que condicionaram Inglês de Souza a não fazer parte dos debates pró-república são muitas, mas preferimos nos ater a duas: a primeira diz respeito aos seus interesses particulares, afinal de contas nosso personagem havia acabado de terminar seu curso jurídico, desejando lograr alguns espaços no governo. Assim como seu pai que era desembargador, precisava afinar as relações com os monarquistas; o segundo ponto relaciona-se à sua rede familiar, pois Inglês de Souza desposou uma moça paulista de família tradicionalmente monarquista, aristocrática, logo, não poderia fazer oposição interna à parentela da esposa.

Com isso, contrariando todas as expectativas que se tinha de um bacharel no limiar do século XIX para o XX. Inglês de Souza nos deixa evidente, a partir de suas escolhas, que era mais que um liberal e positivista, era também um monarquista, ou pelo menos, foi assim classificado pelos seus contemporâneos, o que o impediu de conseguir colocações no governo central com o advento da República.

De acordo com, essa evidência, não estamos querendo fazer de Inglês de Souza um sujeito excepcional, ou classificá-lo como um tipo exclusivo de bacharel perante os seus pares. A constatação nos revela a multiplicidade dos sujeitos, mesmo diante de um cenário onde as circunstâncias exigiam posturas mais austeras ante à realidade apresentada. Nesse

sentido, provocamos o leitor a ver o sujeito, ou melhor, Inglês de Souza, não só como um produto social, reflexo de um conjunto de ideias que estavam postas em fins do século XIX, mas como um agente cultural, que fez suas próprias escolhas, em determinadas circunstâncias, perante um complexo mundo que apresentava mais incongruências que incidências.

Assim, percebemos um Inglês de Souza um tanto afastado da “rígida” norma construída socialmente, mas não o identificamos como um sujeito fora do eixo, ao contrário, ele encontra-se dentro de um limite estabelecido culturalmente. Conseguimos com isso endossar o que já foi defendido por Norbert Elias e Carlo Ginzburg quando se referem à análoga relação entre as estruturas sociais e o indivíduo histórico, levando sempre em consideração o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas* desses personagens, que no caso de Inglês de Souza, diferente do Menocchio, de Ginzburg, exercia a liberdade condicionada a ele, com clareza e lucidez, em meio aos limites impostos por uma *jaula flexível*, articulando os instrumentos que estavam, naquele momento, à sua disposição.³⁸²

O silêncio, que foi a escolha feita por Inglês de Souza diante do confronto aberto, promovido pelo padre Olympio Campos, é outro aspecto que merece ser evidenciado por nós nessas considerais, afinal de contas, não conseguimos captar a voz aberta e direta de nosso personagem contra os seus algozes, mas, por outro lado, conseguimos ver muito mais que vozes, pois o aparente silenciamento do presidente nos fala tanto quanto os seus vociferados opositores, que publicaram mais que uma dezena de artigos na imprensa aracajuana.

Mesmo assim, não podemos dizer que Inglês de Souza nada falou, ou escreveu, enquanto esteve em Sergipe, pois o conflito com o padre ganhou as páginas dos jornais logo depois que o dirigente provincial respondeu ao clérigo da capital, através de ofício expedido a 16 de julho de 1881.

Não contente com os argumentos do presidente, o religioso deu início ao debate público, que foi de julho a outubro daquele ano. Já sabemos que o interlocutor do padre, aquele que assinava como *Homo*, não era o presidente Inglês de Souza, mas sim o inspetor da alfandega, Antônio Joaquim de Souza Botafogo. Isso significa que nem um dos textos publicados pelo padre na *Gazeta do Aracaju* foi respondido, e mais, outras notas e artigos que desqualificavam o presidente e seus pares, em diferentes periódicos, também nunca foram respondidos por Inglês de Souza, nem mesmo assinando com pseudônimos.

A justificativa para o silêncio do presidente, que era um ávido literato e jornalista, escrevendo, à época, para muitos periódicos, de diferentes gêneros e em vários lugares do

³⁸² Os textos de Elias e Ginzburg que nos referimos são respectivamente: *A sociedade dos indivíduos* (1995) e *O queijo e os vermes* (1998).

país, pode parecer inexplicável, mais não é. Três são os motivos que justificam a aparente neutralidade de Inglês de Souza, o primeiro é de ordem pessoal, o segundo ideológica e o terceiro institucional.

No que se refere ao pessoal, levamos em consideração alguns pontos que todos aqueles que conviveram com Inglês de Souza destacavam, um homem calmo, que preferia ouvir a falar, de voz baixa, serena, mas sempre enfática e bem articulada para defender as ideias em que acreditava. A segunda justificativa para o silêncio do presidente enquadra-se no campo das opções ideológicas, e as que eram defendidas por Inglês de Souza baseavam-se totalmente no argumento científico, bem ao contrário do que acreditava o padre, preferindo o presidente, nesse caso, a não argumentação, pois seria impraticável, esperava debater diante de tais condições.

Mas a terceira justificativa para o silêncio de Inglês de Souza, aquela de caráter institucional, é a que consideramos de maior importância, pois ela divide-se em duas frentes: a primeira diz respeito à opção feita pelo presidente em não envolver-se no conflito direto, o propósito era a preservação do cargo que ocupava, afinal de contas não pegaria bem a mais importante liderança política provincial protagonizar, de maneira aberta, um bate boca nas páginas dos jornais. A segunda frente refere-se a *Homo*, um claro porta-voz do presidente, que tinha a intenção de resguardar o dirigente, desqualificando os argumentos do padre, além de outros editoriais, que não eram assinados, mas buscavam blindar, mesmo que sem grande sucesso, a imagem de Inglês de Souza.

Assim, percebemos que o silenciamento de Inglês de Souza, perante seus acusadores, atendia escolhas pessoais, mas também representava o interesse de um grupo que estava pronto para o combate, em um duelo que não era de um único homem, mas de um conjunto de sujeitos que tinham interesses semelhantes e que apoiaram Inglês de Souza durante o período que o mesmo esteve em Sergipe.

O apoio a Inglês de Souza é outro aspecto muito relevante de nossa pesquisa, pois o que a historiografia parece ter mostrado até agora é um presidente isolado, solitário, sem aliados para compartilhar interesses, ou ainda pior, dando a entender que a província sergipana estava muito aquém das reformas implementadas por Inglês de Souza.

Já podemos afirmar que essa concepção é completamente equivocada, pois não só existiam sujeitos em Sergipe que comungavam das mesmas ideias de Inglês de Souza, como também apoiaram a reforma proposta pelo então presidente. E destacamos ainda mais, antes mesmo de Inglês de Souza ir a Sergipe, aliados seus já se encontravam naquelas plagas á sua espera, sujeitos que haviam estudado com ele no Recife, ou construído algumas parcerias nos

encontros da Escola do Recife, como era o caso de Tobias Barreto, que foi convidado pelo presidente a ir participar da reforma em Sergipe; ou Sílvio Romero, amigo pessoal de Inglês de Souza; morava em Sergipe nessa época José de Aguiar Boto de Barros, grande apoiador do presidente, tendo sido seu colega de turma no Recife, e eleito deputado provincial nas eleições que Inglês de Souza presidiu.

Poderíamos continuar listando outros sujeitos que ergueram apoio ao presidente Inglês de Souza durante sua estadia em terras sergipanas, mas o espaço torna-se cada vez mais diminuto para esse profícuo debate, restando-nos legar aos leitores nossas últimas palavras, que sintetizam o alívio das derradeiras linhas e a angústia da eventual insatisfação por parte dos que leem.

Ao iniciarmos essa pesquisa, tínhamos o ambicioso desafio de buscar mais do que já havia sido dito, ir além das interpretações já postas, desvelando aspectos que nem um outro pesquisador havia, ainda, percebido. Esse é aquela expiração desbravadora do historiador, que sempre considera seu trabalho a melhor representação do ineditismo. Triste ilusão e clara decepção a nossa, não é mesmo?

Mas, foi graças ao arsenal de trabalhos já realizados em torno do nosso objeto que se tornou possível o amadurecimento dessa pesquisa, juntando com os alfarrábios deixados pelo tempo, construímos um caminho interpretativo para melhor entendermos os complexos percalços encontrados por Inglês de Souza quando esteve à frende da administração de Sergipe. Levamos, neste caso, também em consideração as relações erigidas entre os sujeitos e as instituições, pois estas tiveram papel decisivo na tecedura dos indivíduos aqui apresentados.

Parafraseando, com adaptações, o general romano Pompeu, o poeta português Fernando Pessoa escreveu uma das suas mais célebres frases: *Navegar é preciso, viver não é preciso*.³⁸³ Apesar de algumas confusões semânticas em relação ao que se queria dizer por “preciso”, a opção mais coerente é da precisão, exatidão, ou seja, o que o poeta português nos evidencia é a impossibilidade de prever o humano e suas ações, ao contrário do que ocorre com a navegação.

As palavras do trovador lusitano são para nós bastante elucidativas quando pensamos esse trabalho que aqui se encerra, ou melhor, que neste momento de pausa, um instante de reflexão, de retomada do fôlego, pois mesmo após o longo caminho trilhado até aqui, sobram

³⁸³ "Navigare necesse; vivere non est necesse" - latim, frase de Pompeu, general romano, 106-48 aC., dita aos marinheiros, amedrontados, que recusavam viajar durante a guerra, cf. Plutarco, in Vida de Pompeu]

dúvidas e faltam respostas para compreender a complexidade dos sujeitos, que trilham caminhos quase sempre controversos, realizando escolhas muitas vezes tortuosas, mas ao chegarmos aqui, temos uma certeza: essa pesquisa nos legou possibilidades de inúmeros desdobramentos futuros, escolhas que faremos dentro em breve com a convicção de desvelarmos situações e contextos ainda não desbravados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

JORNAIS:

ECHO LIBERAL. *Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos*. Ano. II, Nº. 47, p. 02.

ECHO LIBERAL. *Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos*. Ano. III, Nº. 02, p. 02.

ECHO LIBERAL. *Ao Ilmo. e Revm. Sr. Vigário Olympio de Souza Campos*. Ano. III, Nº. 03, p. 02.

ECHO LIBERAL. Ano. 2º, Nº. 31, p. 01.

GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 108, p. 02 e 03.

GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 110, p. 03.

GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 111, p. 04.

GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 112, p. 02.

GAZETA DO ARACAJU. *A minha Província e a seu actual presidente, o sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza*. Ano. III, Nº. 113, p. 03 - 04.

JORNAL DE SERGIPE. *Presidente da Província*. Ano XVI, nº 12, p. 3.

JORNAL DE SERGIPE. *Atos Oficiais – Presidência da Província*. Ano XVI nº 18 p. 1

JORNAL DE SERGIPE. *Presidente da Província*. Ano XVI, nº 44, p. 3.

O DEMOCRATA. *Digressão Presidencial*. Ano 02, nº 74, p. 02.

O DEMOCRATA. *Puras verdades*. Ano. 2º, Nº. 76, p. 01.

O DEMOCRATA. *Ao celeberrimo patriarcha Barroso, a proposito do seu discurso sobre a reforma Ingles de Souza*. Ano. 3º, Nº. 107, p. 03.

O DEMOCRATA. *Partida*. Ano. 3º, Nº. 97, p. 01.

O GRARANY. *Missiva ao presidente IV*. Ano. IV, Nº. 23, p.01.

O GUARANY. *Missivas ao Presidente*. IX. Ano. IV, Nº. 28, p. 02.

FONTES IMPRESSAS E MANUSCRITAS:

ANAIS ELETRÔNICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PROVINCIAL DE SÃO PAULO (AEALPSP), 1880. p. 396.

APES. AG4-27. Correspondências Recebidas e Recebidas ao Presidente e Vice-Presidente da Província de Sergipe.

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: Matrículas do 1º ano (1869-1887), livro nº 45, fl. 19.

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: Julgamento dos exames do 1º ano (1869-1890), livro nº 46, fl. 13.

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: Julgamento dos exames do 4º ano (1874-1892), livro nº 123, fl. 37.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1824. Rio de Janeiro: Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1846.

REGULAMENTO Geral da instrução pública da Província de Sergipe. Aracaju. Typ. Jornal de Sergipe de 1881.

OBRAS REFERENCIAIS:

AFONSO, José Antônio. OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. STAMATO, Maria Inês Sucupira. SILVA, Sandra Cristina da. **Educação e Cultura Protestante na transição do século XIX: circulação de impressos e diálogos luso-brasileiros**. R. Educ. Públ. Cuiabá. v. 21. n. 47. p. 599 – 618. set/dez 2012.

AMORA, Antônio Soares. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Edição Saraiva, 1974.

ANDRADE, Oswald. **Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe**. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

AURELL, Jaume. **A Escrita da História: dos positivismos aos pós-modernismos**. Tradução: Rafael Ruiz. São Paulo: Sita-Brasil, 2010.

BARBOSA, Francisco de Assis (Org.) **Retratos de Família**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 105 a 118.

BARRETO, Luiz Antonio. **Pequeno dicionário prático de nomes e denominações de Aracaju**. Aracaju: Editora ITBEC, 2002.

BARRETO, Luiz Antônio. **Apologia de Deus e outros escritos sergipanos**. Sociedade Editorial de Sergipe, Aracaju. 1993.

BARRETO, Mauro Viana. **O romance da vida amazônica**: uma leitura socioantropológica da obra literária de Inglês de Souza. Presidente Venceslau – SP: Letras à Margem, 2003.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. **A Província**: estudo sobre a descentralização do Brasil. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1996.

BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2 ed. Brasília, INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo. Editora Unesp, 2012

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3.ed. Aracaju: Banese. 2001

CALAZANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe, Fundesc, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** – a elite política imperial; Teatro de sombras – política imperial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Paulino José de Sousa, Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 v. 03.

CORREIA, Oscar Dias. **O ficcionista Inglês de Sousa**. In: ABL (Org.) Ciclo dos fundadores da ABL. Rio de Janeiro: ABL, 2003. p. 149 -164.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DÓRIA, Epifânio. **Aracaju**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, nº 12, Aracaju: 1942.

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1995.

FERREIRA, Roberto A. **Política de Sergipe no século XIX: o breve governo de Herculano Marcos Inglês de Sousa (1881-1882)**. 1997. 33 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe. 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GUARANÁ, Manuel Armino C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. São Paulo: DP&A Editora, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico – declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 6.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. Introdução. In: SOUSA, Herculano Inglês de. **O Missionário**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1946. p. I – XVI.

JOZEF, Bella (org.). **Inglês de Sousa – Nossos Clássicos**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1963.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, Marcos Vinicius Cavalcante. **Cenas da Vida Amazônica: ensaios sobre a narrativa de Inglês de Souza**. Belém: Humana, 2002.

LIMA, Alceu Amoroso. **Nossos Clássicos: Inglês de Sousa – textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1963.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.

MALERBA, Jurandi (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES, Xavier. **Discursos: academia brasileira de letras**. Imprensa Oficial do Estado, 1920.

MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MENDES, R. Teixeira. **A Pátria Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1902.

MOTA, Maria. A. R. **A Geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil**. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal (RN). XXVII Simpósio Nacional de História - Anais eletrônicos. Natal (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. v. 1.

MOTA, Maria. A. R. **Sílvio Romero**: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Böas Carvalho do. **A Escola Americana e o Colégio Inglês na “História da Educação em Sergipe”**. In: VII SEMANA DE HISTÓRIA: A HISTORIOGRAFIA DE MARIA THETIS NUNES, 7., 2004, São Cristóvão. Anais. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004. v. 1. p. 162-171.

NASCIMENTO, Jorge. Carvalho. do; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas Boas Carvalho do. **O Colégio Inglês de Laranjeiras e a educação feminina em Sergipe**. In: IV SEMANA DE EDUCAÇÃO E I ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2004, São Cristóvão. Anais. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2002. v. 1. p. 57-68.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Fernão. **A Academia Brasileira de Letras**: notas e documentos para sua história (1896-1940). Rio de Janeiro: ABL, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II** (1840/1889). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: 2006.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Aracaju: Paz e Terra, 1984.

OCTÁVIO FELHO, Rodrigo. **Inglês de Sousa**: 1º centenário de seu aniversário. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1955.

OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasse do federalismo brasileiro**: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

PAIM, Antônio. **A filosofia da Escola do Recife**. Editora Saga: Rio de Janeiro, 1966.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira**: prosa e ficção (1870 a 1920). São Paulo: Editora Itatiaia, 1945.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. Vol. III. São Paulo: Paulus, 1991.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SANTANA, Valéria Carmelita do Nascimento. **A relação entre igreja e educação na “história da educação em Sergipe” de Maria Thétis Nunes** In: VII SEMANA DE HISTÓRIA: A HISTORIOGRAFIA DE MARIA THÉTIS NUNES, 7., 2004, São Cristóvão. Anais... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004. V.1. p. 155-161.

SANTOS, Ivanete Batista. **História da Educação em Sergipe de Maria Thetis Nunes como uma fonte para a História do ensino de Matemática em Sergipe**. In: VII SEMANA DE HISTÓRIA: A HISTORIOGRAFIA DE MARIA THETIS NUNES, 7., 2004, São Cristóvão. Anais... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004. v. 1. p. 155-161.

SANTOS, Maria Nely. **Aracaju**: um olhar sobre sua evolução. Aracaju: Triunfo, 2008.

SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública**: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do Segundo Império. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1995.

SILVA, Maurício Pedro da. **O sorriso da sociedade**: literatura e academicismo no Brasil na virada do século (1890-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**: seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio de Olyveira, 1960.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios** (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro. **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Caio Navarro de Toledo (org.) – Rio de Janeiro: Revan. 2005.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas**: representações da cultura escolar feminina na escola normal em Aracaju – 1871-1931. 121 f. Monografia (Especialização em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2003.